

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS SUDESTE SEDE MORRINHOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM AMBIENTE E SOCIEDADE

RODRIGO WIESNER

**ANÁLISE DA GESTÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
GOIÁS SEGUNDO INDICADORES QUANTITATIVOS DE DESEMPENHO**

MORRINHOS/GO

2020

RODRIGO WIESNER

**ANÁLISE DA GESTÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
GOIÁS SEGUNDO INDICADORES QUANTITATIVOS DE DESEMPENHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ambiente e Sociedade, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito para a obtenção do título de mestre em Ambiente e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos.

Coorientador: Prof. Dr. Hamilton Afonso de Oliveira.

Linha de pesquisa: Dinâmica Socioeconômica nos Ambientes Urbano e Rural.

MORRINHOS/GO

2020

RODRIGO WIESNER

**ANÁLISE DA GESTÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
GOIÁS SEGUNDO INDICADORES QUANTITATIVOS DE DESEMPENHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Ambiente e Sociedade, da Universidade
Estadual de Goiás, como requisito para a obtenção do
título de mestre em Ambiente e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos.

Coorientador: Prof. Dr. Hamilton Afonso de Oliveira.

Linha de pesquisa: Dinâmica Socioeconômica nos
Ambientes Urbano e Rural.

Morrinhos, ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Flávio Reis dos Santos (Orientador)
(Orientador – PPGAS/UEG)

Prof. Dr. Júlio Cesar Meira
(Membro Interno – PPGAS/UEG)

Prof. Dr. Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves
(Membro Externo – PPGHIS/UEG)

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UEG
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

WW651 Wiesner, Rodrigo
a ANÁLISE DA GESTÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE GOIÁS SEGUNDO INDICADORES QUANTITATIVOS DE DESEMPENHO
/ Rodrigo Wiesner; orientador Flávio Reis dos Santos ; co-orientador
Hamilton Afonso de Oliveira. -- Morrinhos, 2020.
125 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em
Ambiente e Sociedade) -- Câmpus Sudeste - Sede: Morrinhos, Universidade
Estadual de Goiás, 2020.

1. Universidade Estadual de Goiás. 2. Gestão Institucional. 3. Indicadores
de desempenho. 4. Panorama Histórico. 5. Lei de Acesso à Informação. I. Santos
, Flávio Reis dos , orient. II. Oliveira, Hamilton Afonso de , co-orient. III. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu melhor amigo, meu companheiro de vida e meu esposo Leonard Rodrigues do Vale, que em todos os momentos sempre está ao meu lado para me incentivar e perseverar no alcance de meus sonhos. Sua dedicação incondicional a me ajudar em todos os desafios que enfrentamos em nossa vida juntos, foi indispensável para que esta conquista se concretizasse.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Salete Meneghetti Steffler, que com muito esforço e sacrifício enfrentou todas as adversidades que a vida impôs para me educar e ensinar a ser uma pessoa correta e índole. À Cristiane Wiesner, que além de irmã também sempre foi uma grande amiga e esteve comigo nos momentos bons e ruins de nossas vidas. Muito além dos laços de sangue, vocês são a família que levo no coração.

Ao meu esposo Leonard Rodrigues do Vale que em 2015 despertou em mim a iniciativa de continuar meus estudos no programa de Pós-Graduação Ambiente e Sociedade. Sem o seu apoio e insistência, eu não teria realizado a primeira inscrição no Programa, que mesmo sem sucesso, foi fundamental para alicerçar as bases ao ingresso no mestrado em 2019.

Aos meus amigos que me apoiaram a conquistar essa etapa e sempre entenderam os momentos de distanciamento ocasionados pela dedicação do tempo livre aos estudos.

Aos meus colegas do mestrado que enfrentaram comigo os desafios impostos pelos estudos, e, principalmente, ao Lauro, Laurielly, Thaynara, Carmen e Cristiane, que se mostraram mais do que apenas colegas, mas sim, amigos do coração.

Aos professores que me proporcionaram uma infusão de reflexões e aprendizados durante o meu desenvolvimento escolar e acadêmico, os quais trago e levarei comigo em toda a vida profissional e pessoal. Em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos que foi uma grande inspiração no mestrado e sempre muito prestativo em me guiar na realização deste estudo, mesmo diante das diferenças com a minha área de formação acadêmica. Conjuntamente, ao meu coorientador Prof. Dr. Hamilton Afonso de Oliveira que acreditou no meu potencial desde a primeira tentativa de ingresso não sucedido no Programa em 2015.

Aos ilustres membros da Banca dos Exames de Qualificação e Defesa, Prof. Dr. Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves e Prof. Dr. Júlio Cesar Meira, os quais com suas imensas sabedorias, contribuíram significativamente para a melhora da qualidade desta pesquisa de mestrado.

À Universidade Estadual de Goiás e ao Câmpus Sudeste (Sede Morrinhos), que me proporcionaram o ingresso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade na graduação, especialização e agora em nível de mestrado.

Ao Sr. Alancardek da Contabilidade Azevedo, que em 2019 propiciou a conciliação da minha atividade profissional com a realização das atividades acadêmicas do programa, as quais em sua grande maioria ocorreram em horários conflitantes.

A todos os demais que direta ou indiretamente proporcionaram que mais esta etapa do meu desenvolvimento acadêmico e pessoal pudesse concretizar-se.

A universidade é, pois, na sociedade moderna, uma das instituições características e indispensáveis, sem a qual não chega a existir um povo. Aqueles que não a têm também não têm existência autônoma, vivendo, tão somente, como um reflexo dos demais.

Anísio Teixeira

WIESNER, Rodrigo. **Análise da gestão institucional na Universidade Estadual de Goiás segundo indicadores quantitativos de desempenho**. 2020. 125f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sociedade) – Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos/GO, 2020.

RESUMO

Na “sociedade do conhecimento” o papel e função da Universidade tem sido ressignificado à medida em que o uso do conhecimento vincula-se ao atendimento das demandas do capitalismo neoliberal como sistema hegemônico contemporâneo. Além disso, a atual política pública nacional de abertura à mercantilização, transformou o ensino superior não gratuito em uma semimercadoria para a iniciativa privada em face à sua difusão e massificação. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa foi o de avaliar o panorama histórico da gestão institucional na Universidade Estadual de Goiás (UEG) nos anos de 2011 a 2018, segundo os indicadores de desempenho nos níveis de transparência e seus impactos econômicos, sociais e ambientais, visto que a UEG representa a única instituição pública e gratuita mantida pelo governo estadual goiano. A metodologia de análise caracteriza-se como exploratória-descritiva com fontes documentais e, para coleta dos dados, utilizamos da Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011 (LAI). No processamento foram utilizados os princípios da estatística descritiva, tendo em vista evidenciar a análise dos valores quantitativos históricos, médios e percentuais em gráficos, figuras e tabelas. Como principais resultados, em relação à transparência foi possível constatar que a UEG fomenta o processo de publicidade das informações de caráter público, bem como cumpre com os prazos estabelecidos pela LAI. Em relação aos indicadores sociais, verificamos que a UEG perdeu espaço na quantidade do corpo discente em relação à rede particular no estado. Em outro aspecto, aperfeiçoou a titulação do corpo docente e reduziu a diferença numérica entre servidores efetivos e temporários. Em nível econômico, verificamos que a delicada situação financeira da instituição, à medida em que o aumento expressivo das despesas, alavancado principalmente pela folha de pagamento, não foi acompanhado pelo incremento das receitas. Em nível ambiental, averiguamos a total ignorância no conhecimento e a ausência de ações para a mitigação dos impactos no meio ambiente em que está inserida. Concluímos, que é fundamental acompanhar e analisar permanentemente as políticas públicas vinculadas à UEG para verificar o atual patamar de sua gestão e, assim, reduzir ou amenizar os aspectos negativos e potencializar os aspectos assertivos na consolidação do Plano Estadual de Educação para o ensino superior em Goiás.

Palavras-chave: Universidade Estadual de Goiás; Gestão Institucional; Indicadores de desempenho; Panorama Histórico; Lei de Acesso à Informação.

WIESNER, Rodrigo. **Analysis of institutional management at the State University of Goiás according to quantitative performance indicators**. 2020. 125f. Dissertation (Master in Environment and Society) – State University of Goiás, Morrinhos/GO, 2020.

ABSTRACT

In the “knowledge society” the role and function of the University has been reframed as the use of knowledge is linked to meeting the demands of neoliberal capitalism as a contemporary hegemonic system. In addition, the current national public policy of opening to commercialization has transformed non-free higher education into a semi-commodity for the private sector in view of its diffusion and massification. In this context, the objective of the research was to assess the historical panorama of institutional management at the State University of Goiás (UEG) in the years 2011 to 2018, according to performance indicators in terms of transparency and their economic, social and environmental impacts, since UEG represents the only public and free institution maintained by the state government of Goiás. The analysis methodology is characterized as exploratory-descriptive with documentary sources and, for data collection, we use the Access to Information Law nº 12.527/2011 (LAI). In the processing, the principles of descriptive statistics were used, in order to show the analysis of historical, average and percentage quantitative values in graphs, figures and tables. As main results, in relation to transparency, it was found that UEG promotes the process of publicizing information of a public nature, as well as complying with the deadlines established by LAI. Regarding social indicators, we found that UEG lost space in the number of students in relation to the private network in the state. In another aspect, it improved the qualification of the faculty and reduced the numerical difference between permanent and temporary employees. At the economic level, we note that the delicate financial situation of the institution, as the significant increase in expenses, leveraged mainly by the payroll, was not accompanied by the increase in revenues. At the environmental level, we verified the total ignorance of knowledge and the absence of actions to mitigate the impacts on the environment in which it operates. We conclude that it is essential to permanently monitor and analyze public policies linked to UEG to verify the current level of its management and, thus, reduce or mitigate the negative aspects and enhance the assertive aspects in the consolidation of the State Education Plan for higher education in Goiás.

Keywords: State University of Goiás; Institutional Management; Performance Indicators; Historical Overview; Law of Access to Information.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Quantidade de Instituições de Ensino Pública e Privada (1995-2017).....	32
Figura 2 -	Investimento Público em Educação em Relação ao Produto Interno Bruto (2000-2015) e Estimativa do Percentual (2016-2024).....	33
Figura 3 -	Quantidade de Novos Contratos pelo FIES (em milhares).....	35
Figura 4 -	Número de Matrículas (milhões) IES Públicas X Privadas (FIES e Não-FIES).....	36
Figura 5 -	Bolsas ofertadas (2005-2018).....	37
Figura 6 -	Nível de Instrução em Goiás (25 anos ou mais).....	41
Figura 7 -	Participação (%) da Rede Pública na Expansão do Ensino Superior em Goiás.....	44
Figura 8 -	Quantidade de instituições de ensino superior em Goiás.....	46
Figura 9 -	Número Total de Ingressos nos Cursos de Graduação Presenciais em Goiás	49
Figura 10 -	Número Total de Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais em Goiás.....	50
Figura 11 -	Proporção de Matrículas na Rede Pública em Goiás.....	51
Figura 12 -	Número Total de Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais em Goiás.....	52
Figura 13 -	Proporção entre a Quantidade de IES, Ingressos e Concluintes (1995 e 2017).....	53
Figura 14 -	Quantidade de Bolsas PROUNI Ofertadas por Ano em Goiás (2005-2018)..	54
Figura 15 -	Quantidade de Contratos FIES/Ano Celebrados em Goiás e Percentual de Participação do Estado em Relação ao Total Nacional (2010-2018).....	56
Figura 16 -	Quantidade de Manifestações Registradas no Sistema de Ouvidoria.....	63
Figura 17 -	Aumento na Quantidade de Solicitações em Relação ao Ano Anterior (%)..	64
Figura 18 -	Prazo Médio Anual (em dias) de Finalização das Solicitações na Ouvidoria	65
Figura 19 -	Perfil de Escolaridade do Manifestante.....	66
Figura 20 -	Classificação dos Critérios de Avaliação da Transparência.....	67
Figura 21 -	Relação de Cumprimento por Classificação dos Critérios da Pesquisa.....	67
Figura 22 -	Distribuição por Grupos de Critérios Atendidos.....	68
Figura 23 -	Proporção Média Anual por Tipo de Vínculo do Corpo Funcional.....	70
Figura 24 -	Quantidade Média Histórica de Efetivos <i>versus</i> Temporários por Ano.....	71
Figura 25 -	Evolução Quantitativa de Docentes Por Titulação Acadêmica.....	73
Figura 26 -	Evolução Quantitativa de Licenças Parciais e Integrais em Vigência/Ano Concedidas a Docentes para Realização de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	74
Figura 27 -	Proporção de Distribuição de Gênero em Cargos de Diretoria dos Câmpus..	76

Figura 28 - Número de Vagas Oferecidas no Vestibular, Candidatos Inscritos e Concorrência Geral Anual nos Cursos de Graduação Presenciais na UEG...	78
Figura 29 - Proporção de Ingressos Por Vestibular Em Relação Ao Total De Vagas Oferecidas Nos Cursos Presenciais.....	79
Figura 30 - Número Total de Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais na UEG.	79
Figura 31 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais por Grau Acadêmico.....	81
Figura 32 - Número Total de Ingressos e Concluintes nos Cursos de Graduação Presenciais.....	81
Figura 33 - Diversidade de Gênero por Total de Alunos em Processos Seletivos da UEG.....	83
Figura 34 - Proporção Histórica de Ingressos nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância.....	85
Figura 35 - Proporção Histórica de Investimentos Anuais em Bolsas à UEG (2010 a 2018).....	88
Figura 36 - Valores Investidos em Bolsas Via Programa Próprio da UEG.....	89
Figura 37 - Relação entre a Receita Prevista e Realizada na UEG.....	92
Figura 38 - Histórico de Flutuação em Proporção nas Receitas Realizadas na UEG.....	93
Figura 39 - Histórico de Gastos Governamentais Empenhados da UEG.....	94
Figura 40 - Histórico de Flutuação em Proporção nas Despesas da UEG.....	94
Figura 41 - Flutuação Histórica no Saldo de Equivalentes de Caixa.....	96
Figura 42 - Proporção de Gastos Anuais com Pessoal.....	98
Figura 43 - Comparação entre o Total de Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas e a Folha de Pagamento (2006-2018).....	99
Figura 44 - Comparação de Gastos Totais com Pessoal entre Efetivos e Temporários....	99
Figura 45 - Relação Gastos <i>versus</i> Quantidade de Servidores Efetivos e Temporários...	100
Figura 46 - Curva de Consumo Total Anual de Água em m ³	108
Figura 47 - Modelo de Relatório de Consumo/Unidade Consumidora repassado pela ENEL.....	109
Figura 48 - Potencial de Instalação de Usinas Fotovoltaicas em Goiás.....	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Investimento Público Direto por Estudante (2000-2015).....	31
Tabela 2 - Contratos FIES/Renda Familiar em Salários Mínimos (2010-2017).....	35
Tabela 3 - Número de Matrículas em IES Privadas X Quantidade de Bolsas do PROUNI.....	37
Tabela 4 - Histórico de Quantidade e Valores de Bolsas PBU (2003-2018).....	57
Tabela 5 - Prazo Médio de Finalização Anual (dias).....	65
Tabela 6 - Quantidade de Servidores no Corpo Funcional por Ano.....	69
Tabela 7 - Distribuição de Gênero nos Cargos de Reitoria e Pró-Reitorias (1999 a 07/2019).....	75
Tabela 8 - Distribuição de Gênero em Cargos de Diretoria de Câmpus (1999 a 2019)...	75
Tabela 9 - Diversidade de Gênero no Corpo Funcional por Tipo de Vínculo (em 12/2018).....	76
Tabela 10 - Diversidade de Gênero Corpo Funcional por Função e Tipo de Vínculo (em 12/2018).....	77
Tabela 11 - Diversidade de Gênero por Grau Acadêmico e Total de Alunos (2010-2018).....	83
Tabela 12 - Quantidade de Ingressos em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância	84
Tabela 13 - Investimentos Anuais em Bolsas à UEG em R\$ (2010-2018).....	87
Tabela 14 - Histórico de Repasses da FAPEG à UEG.....	88
Tabela 15 - Registo de Valores e Quantidades do Programa Próprio de Bolsas da UEG..	89
Tabela 16 - Saldo Iniciais e Finais do Fluxo de Caixa da UEG.....	95
Tabela 17 - Demonstrativo Sintético de Restos a Pagar.....	96
Tabela 18 - Gastos Anuais com Pessoal por Tipo de Vínculo.....	97
Tabela 19 - Rendimentos Brutos e Média Salarial/Tipo de Vínculo e Gênero (12/2018/Exceto 13º e Férias).....	101
Tabela 20 - Rendimentos Brutos e Média Salarial por Cargo, Tipo em Vínculo e Gênero em 12/2018 (exceto 13º e Férias).....	102
Tabela 21 - Disparidade entre o Menor e o Maior Salário Bruto por Tipo de Vínculo e Gênero em 12/2018 (exceto 13º e Férias).....	103
Tabela 22 - Histórico de Consumo de Água por Cidade em Volume Faturado (m³).....	104
Tabela 23 - <i>Ranking</i> das Cidades com Maiores Valores de Consumo Total, Médias Anual e Mensal em Volume Faturado (m³).....	105
Tabela 24 - Classificação dos Grupos de Cidade Segundo Consumo (m³).....	107
Tabela 25 - Consumo de água total anual, média mensal e por unidade consumidora.....	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Relação de Indicadores Propostos para Análise na UEG.....	20
Quadro 2 -	Protocolos de Pedido de Informação (LAI) para a Pesquisa.....	22
Quadro 3 -	Relação de IES e seus Câmpus na Rede Pública em Goiás.....	47
Quadro 4 -	Indicadores Disponíveis para Acesso à Informação.....	60
Quadro 5 -	Relatórios Institucionais e de Gestão da UEG.....	62
Quadro 6 -	Detalhamento dos Critérios de Avaliação não Atendidos pela UEG.....	68
Quadro 7 -	Investimentos em Auxílios de Custeio e Capital à UEG.....	86

LISTA DE SIGLAS

ATRICON	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CEUA	Comissão de Ética no Uso de Animais
CGE	Controladoria Geral do Estado de Goiás
COSIS	Coordenação de Normas, Sistemas e Inovação do Financiamento Estudantil
CsU	Conselho Universitário
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito de Goiás
DPB	Diretoria de Programas e Bolsas no País
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FAPEG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDP	Instituto Brasiliense de Direito Público
IES	Instituições de Ensino Superior
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
IFGoiano	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
IMB	Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPASGO	Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de Goiás
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LPP	Programa Licenciatura Plena Parcelada
MEC	Ministério da Educação
OVG	Organização das Voluntárias de Goiás
PBU	Programa Bolsa Universitária
PEE	Plano Estadual de Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SECIMA	Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos
SCGI	Sistema de Informação da Contabilidade do Estado de Goiás
SCP	Sistema de Contabilidade Pública do Estado de Goiás
SEAD	Secretaria de Estado de Administração
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda
SEI!	Sistema Eletrônico de Informações
SSP	Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TBM	Taxa Bruta de Matrícula
TCE	Tribunal de Contas do Estado de Goiás
TLE	Taxa Líquida de Escolarização
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	Opções, Procedimentos e Recursos Teórico-Metodológicos.....	19
2	O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO: DEMOCRATIZAÇÃO <i>VERSUS</i> PRIVATIZAÇÃO.....	24
2.1	A Sociedade do Conhecimento.....	24
2.2	O Ensino Superior no Contexto da Sociedade do Conhecimento.....	26
2.3	A Universidade na Sociedade Contemporânea.....	27
2.4	O Financiamento das Universidades Brasileiras.....	30
2.5	Os Programas para a Democratização de Acesso ao Ensino Superior no Brasil: FIES e PROUNI.....	34
3	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE DO PANORAMA HISTÓRICO EM GOIÁS POR MEIO DE DADOS QUANTITATIVOS.....	39
3.1	Indicadores sobre a Educação no Estado de Goiás.....	40
3.2	O Plano Estadual para Educação Superior em Goiás (2015-2025).....	42
3.3	As Redes de Ensino Superior no Estado de Goiás.....	45
3.4	Relação de Ingressos, Matrículas e Concluintes nas IES em Goiás.....	48
3.5	Os Programas de Democratização do Ensino Superior na Rede Privada em Goiás (PROUNI, FIES e Bolsa Universitária).....	54
4	A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS: INDICADORES QUANTITATIVOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO, HUMANOS E SOCIAIS.....	59
4.1	Indicadores de Transparência.....	60
4.2	Indicadores do Corpo Funcional.....	69
4.3	Indicadores do Corpo Estudantil.....	77
4.4	Indicadores de Ações Afirmativas.....	84

5	A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS: INDICADORES QUANTITATIVOS FINANCEIROS E AMBIENTAIS.....	91
5.1	Indicadores de Nível Financeiro.....	91
5.2	Indicadores de Nível Ambiental.....	103
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
7	REFERÊNCIAS.....	118

1 INTRODUÇÃO

Embora seja uma das mais antigas instituições da humanidade, a Universidade hoje se encontra em uma nova posição na sociedade. É inegável que sua produção e difusão do conhecimento alcance uma parcela cada vez maior da população. O conhecimento é fator significativo no crescimento econômico e social, e, apenas agora, estamos nos dando conta de que esse recurso invisível, também possa ser considerado o elemento mais importante de nossa cultura (KERR, 2005). De acordo com Peter Ferdinand Drucker (1993), nenhuma outra instituição enfrenta desafios tão radicais quanto aqueles que transformaram as instituições de ensino, à medida em que o conhecimento se tornou o principal recurso da sociedade pós-capitalista, promotora e canal de distribuição de conhecimento à sociedade.

Diante do exposto, a problemática da presente pesquisa questiona se a Universidade Estadual de Goiás no processo de administração/gestão fomenta a transparência organizacional considerando a Lei nº 12.527/2011, segundo indicadores pré-definidos¹ que contemplam os aspectos de disponibilização de informações econômicas, sociais e ambientais, para a sociedade. Nesses termos, o nosso propósito não é o de elaborar um relatório técnico da instituição em si, mas sim, fomentar a prestação de contas à sociedade em geral acerca das informações correlatas à gestão na instituição pública estadual.

A escolha da UEG para análise, justifica-se em razão de sua importância no meio acadêmico e científico, frente aos seus 21 anos de atuação em todo o território goiano, pela necessidade de transparência à sociedade no processo de gestão em instituição mantida por recursos públicos, bem como pela perspectiva atual de necessidade de reestruturação dos Câmpus e cursos que vem sendo discutida com a comunidade acadêmica.

Por conseguinte, torna-se relevante o estudo na transparência dos resultados de gestão apresentados pela Instituição de Ensino Superior (IES), frente ao panorama atual do esvaziamento das políticas públicas vinculadas à gestão nacional do ensino superior público e gratuito, em decorrência de sua privatização e mercantilização. Sem sombra de dúvida, é necessário discutir a importância da UEG no contexto da responsabilidade social por ela exercida, além de a transparência ser um dos pilares fundamentais para que ocorra o devido diálogo de seus resultados com a sociedade e sua relevância seja reconhecida.

¹ Indicador corresponde a um sistema métrico para mensuração de dados ao longo de um período de tempo, conforme critérios pré-estabelecidos de apuração. Seus resultados quantitativos evidenciam o panorama das ações de gestão passadas e constituem ferramentas de avaliação interna e/ou externa para direcionar o planejamento futuro da Instituição, além de apontar possíveis desvios nos resultados esperados.

Com isso, o desenvolvimento da pesquisa apoia-se na aplicação da Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), a qual regulamenta o direito previsto na Constituição de qualquer pessoa solicitar e receber de todos os entes e poderes, informações públicas por eles produzidas ou custodiadas. Assim, a publicidade passou a ser a regra e o sigilo a exceção. Segundo seu art. 4º inciso I, as informações, processadas ou não, poderão ser utilizadas para produção e compartilhamento do conhecimento, mediante registro em qualquer suporte ou formato (BRASIL, 2011).

No estado de Goiás as manifestações formais de acesso à informação são realizadas pelo Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC), disponível no site da Controladoria Geral do Estado, a qual encaminha as solicitações aos órgãos selecionados pelo cidadão, de modo a estabelecer um relacionamento democrático e transparente entre a sociedade e a Administração Pública Estadual².

Nesse sentido, no ano de 2015 foi criada a Ouvidoria da UEG pela Resolução CsU nº 711, com a reponsabilidade de apresentar o elo entre a reitoria e as comunidades acadêmica e externa, de forma a facilitar a troca de informações nos diversos canais de comunicação e atender às demandas de pedidos de informação (UEG, 2015). Qualquer cidadão pode acessar as informações produzidas e/ou custodiadas pela Universidade Estadual de Goiás, tendo assegurado o direito constitucional de acesso à informação, regulamentado pela Lei Federal nº 12.527/2011 e em âmbito estadual pela Lei nº 18.025/2013 e pelo Decretos nº 7.904/2013 (UEG, 2019a), bem como solicitar à ouvidoria do Estado sua manifestação de elogio, denúncia, pedido de informação (LAI), reclamação, sugestão e informações.

Considerando esse contexto, estabelecemos como objetivo geral da pesquisa avaliar o panorama histórico da gestão institucional na Universidade Estadual de Goiás nos anos de 2011 a 2018, segundo os indicadores pré-definidos nos níveis de transparência e seus impactos econômicos, sociais e ambientais. E, por seu tempo e necessidade, definimos os seguintes objetivos específicos:

- 1) Discutir o surgimento e crescimento da UEG ao longo de seus 21 anos de existência, bem como seu papel no ensino superior público e gratuito no estado de Goiás;
- 2) Investigar se a instituição fomenta o processo de transparência em sua gestão organizacional, bem como via Lei de Acesso à Informação (LAI);
- 3) Refletir acerca dos aspectos positivos e/ou negativos na gestão da instituição de ensino superior, que é mantida por recursos públicos estaduais.

² Disponível em: <<http://www.cge.go.gov.br/ouvidoria/index.php>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Inicialmente, faz-se necessário considerar que o desenvolvimento da pesquisa representa o pioneirismo no desenvolvimento de estudos na Universidade Estadual de Goiás, à medida que não foi encontrada nenhuma outra pesquisa que investigasse o panorama atual da UEG na perspectiva dos indicadores pré-definidos. É importante destacar que a utilização de indicadores se apresenta como uma ferramenta adequada para a comunicação dos resultados auferidos pela Instituição à sociedade, visto que, por meio de sua estrutura e padronização é possível garantir a publicidade das informações e das ações que são efetivamente desenvolvidas em prol da melhoria de sua gestão. Além disso, também proporcionam a comparação dos resultados em um contexto histórico, ou para avaliação com outras instituições similares.

Por ser uma instituição pública estadual, mesmo que diante à divulgação das informações obrigatórias para prestação de contas à sociedade segundo os critérios da LAI, os dados são apresentados de forma isolada e descontextualizada à população. Portanto, é necessário o tratamento analítico e interpretativo no agrupamento dos diversos dados históricos disponíveis para que haja assim, a produção de informações úteis acerca do atual cenário de gestão apresentado pela UEG. Se de um lado temos a transparência por meio da Lei como a fonte de dados públicos obrigatórios, sua compilação e análise transformam-se em informações úteis e compreensíveis à sociedade em geral.

Assim sendo, com o desenvolvimento da pesquisa há a possibilidade de contribuir com uma análise em âmbito regional sobre os resultados dos indicadores de gestão na UEG, além de fomentar a transparência à sociedade em geral acerca da única universidade estadual pública e gratuita de ensino superior no território goiano. Além do mais, os resultados obtidos poderão constituir fonte de dados quanto à situação atual apresentada pelas políticas públicas vinculadas ao ensino superior em Goiás, bem como em futuros estudos comparativos com outros estados ou inclusive, em âmbito das políticas públicas nacionais relativas ao ensino superior brasileiro público e gratuito. Aclaramos que esta dissertação está subdividida nas seguintes seções:

Na Seção 2 (Capítulo 1) discutimos acerca do papel do conhecimento na sociedade do século XXI, denominada de “sociedade do conhecimento”, à medida que seu uso foi vinculado ao desenvolvimento e atendimento das demandas do capitalismo como sistema hegemônico na sociedade contemporânea. Destacamos a instauração da transferência da responsabilidade do Estado pelo financiamento do Ensino Superior à iniciativa privada em face à massificação, justificada pela fundamentação neoliberal de redução dos gastos públicos com a promoção das políticas sociais. Além do mais, apresentamos o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) como políticas públicas de financiamento para

a democratização do acesso à educação superior na rede não gratuita, especialmente, à população de baixa renda.

Na Seção 3 (Capítulo 2) apresentamos o atual cenário das políticas públicas de gestão vinculadas ao Ensino Superior no estado de Goiás segundo indicadores quantitativos. Concentramos os nossos esforços na análise de informações sobre o Nível de Instrução em Goiás, as Metas 13, 14 e 15 do Plano Estadual de Educação (PEE) (2015-2025), a Quantidade de Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas e Privadas, a Relação de Ingressantes, Matrículas e Concluintes, a Proporção de Matrículas na Rede Pública, o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Bolsa Universitária Organização das Voluntárias de Goiás (OVG).

Na Seção 4 (Capítulo 3) iniciamos o estudo de caso na Universidade Estadual de Goiás sobre o monitoramento do desempenho institucional pela investigação dos indicadores quantitativos que possibilitam a compilação dos dados históricos resultantes do processo de gerenciamento, bem como a análise do atual microcenário interno, fundamental para a compreensão da gestão/administração da UEG de forma holística. Tratamos em um primeiro momento acerca da avaliação nos indicadores de transparência, com destaque à observância da Lei de Acesso à Informação (LAI) e, em seguida, dos indicadores vinculados aos impactos sociais e humanos nas relações da UEG com os indivíduos do corpo funcional e estudantil da Universidade.

Na Seção 5 (Capítulo 4) em continuidade à análise dos indicadores quantitativos na UEG, inicialmente tratamos acerca dos aspectos associados à gestão/administração dos recursos econômico-financeiros no emprego do dinheiro público na Instituição, com destaque à relação de evidenciação histórica dos valores destinados de receitas, despesas e gastos com a folha de pagamento do corpo funcional técnico-administrativos e docentes. Em seguida, avaliamos os impactos ambientais que a Universidade produz ao meio ambiente, entretanto, diante da limitação na capacidade de averiguação quantitativa dos indicadores ambientais, buscamos investigar a relação do consumo de água e energia pelos câmpus da Instituição.

1.1 Opções, Procedimentos e Recursos Teórico-Methodológicos

A abordagem, os recursos, instrumentos e ferramentas metodológicas definidos para a realização deste trabalho são orientados pela pesquisa exploratória e descritiva, pois de acordo com Antônio Carlos Gil (2008), as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral de determinado fato, especialmente, quando o tema escolhido é pouco explorado. Além disso, constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla,

sendo necessário seu esclarecimento e delimitação por meio da revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. Assim, o produto final desse processo passa a ser um problema mais esclarecido e passível de futuras investigações.

Gil (2008) esclarece que as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou pelo estabelecimento de relações entre variáveis. Ela é necessária para o estudo das características de um grupo. As pesquisas descritivas são juntamente com as exploratórias, aquelas realizadas por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática e também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, sociedades comerciais, partidos políticos etc.

De acordo com Gil (2007, p. 46) a pesquisa documental “considera que os documentos constituem fonte rica e estável de dados”, na medida em que “os documentos subsistem ao longo do tempo, tornando-se a mais importante fonte de dados de qualquer pesquisa”. Ainda, segundo Gil (2007, p. 47) diversas pesquisas realizadas “com base em documentos são importantes porque proporcionam melhor visão do problema ou, então, hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios”. Diante disso, para o desenvolvimento do referencial teórico é fundamental a análise bibliográfica na literatura, na base documental pertinente acerca do tema, em manuais técnicos elaborados por organizações públicas e privadas.

Quanto ao procedimento técnico adotado para alcance dos objetivos, optamos pela realização de um estudo de caso, com o intuito de identificar a *práxis* da gestão da Universidade Estadual de Goiás. Em relação às informações coletadas para a investigação, definimos indicadores que pudessem contemplar as particularidades apresentadas pela UEG, na perspectiva de abarcar o rol de informações necessárias para a avaliação da gestão organizacional na IES (Quadro 1). Os indicadores de desempenho foram selecionados em busca de contemplar de maneira holística toda a Instituição nos níveis de transparência, situação econômica, social e ambiental

Quadro 1 – Relação de Indicadores Propostos para Análise na UEG

Nível de Transparência	
<ul style="list-style-type: none"> • Ferramentas disponíveis para acesso à informação; • Relatórios Institucionais e de Gestão da UEG; • Manifestações registradas no sistema de Ouvidoria do Estado; • Prazo médio de Finalização das solicitações na Ouvidoria; • Perfil de escolaridade do Manifestante; • Índice de Transparência do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE). 	
Nível Social	
Indicadores de corpo funcional	Indicadores de corpo estudantil

<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de servidores por ano e tipo de vínculo; • Proporção média anual por tipo de vínculo; • Quantidade média histórica de efetivos <i>versus</i> temporários; • Evolução do total de docentes por titulação acadêmica; • Total de Licenças Parciais e Integrais concedidas a docentes para realização de pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>. <p>Indicadores de diversidade de gênero</p> <ul style="list-style-type: none"> • Distribuição de gênero nos cargos de Reitoria, Pró-reitorias e Diretoria de câmpus; • Diversidade de gênero no corpo funcional por tipo de vínculo e função; • Diversidade de gênero de alunos em Processos Seletivos e por grau acadêmico; 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de Vagas Oferecidas no Vestibular, Candidatos Inscritos e Concorrência geral anual nos Cursos de Graduação Presenciais; • Proporção de ingressos por Vestibular em relação ao total de vagas oferecidas nos cursos presenciais; • Número de Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e por grau acadêmico; • Número Total de Ingressos e Concluintes nos Cursos de Graduação Presenciais. <p>Indicadores de ações afirmativas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de cotas em processos seletivos; • Proporção histórica por forma de ingresso; • Bolsas e auxílios (CAPES/FAPEG/UEG);
Nível Financeiro	
<p>Execução orçamentária</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relação entre a Receita prevista e realizada; • Histórico de flutuação em proporção nas receitas realizadas; • Histórico de Gastos Governamentais empenhados; • Histórico de flutuação em proporção nas despesas. <p>Fluxo de caixa e equivalentes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saldos iniciais e finais do Fluxo de Caixa; • Flutuação histórica no saldo de equivalentes de caixa; • Demonstrativo Sintético de Restos a Pagar. 	<p>Gastos com servidores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gastos anuais com pessoal por tipo de vínculo; • Comparação Receitas realizadas, <i>versus</i> Despesas empenhadas e a Folha de pagamento; • Gastos totais com pessoal entre efetivos <i>versus</i> temporários; • Relação Gastos <i>versus</i> Quantidade de servidores efetivos e temporários; • Rendimentos brutos e média salarial por tipo de vínculo e gênero; • Rendimentos brutos e média salarial por cargo, tipo em vínculo e gênero; • Disparidade entre o menor e o maior salário bruto por tipo de vínculo e gênero.
Nível Ambiental	
<ul style="list-style-type: none"> • Consumo água (m³); • Consumo energético (KWH); • Potencial de Instalação de Usinas Fotovoltaicas nos câmpus 	

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

Por intermédio da aplicação da LAI foi possível realizar a coleta dos dados não disponíveis pela Instituição, via solicitações no sistema online e-SIC da ouvidoria do Estado, os quais fornecem as principais bases de informações para a análise do estudo. No Quadro 2 são apresentados os protocolos de pedidos de informação, bem como a identificação do órgão responsável, o assunto principal, a data de solicitação e atendimento, além da quantidade de dias para finalização.

Após a coleta das informações, foi adotada a abordagem quantitativa de análise e compilação dos dados, visto que por ela evidenciam-se os resultados mensuráveis dos indicadores, tornando possível inferir os aspectos subjetivos para a construção da avaliação.

Neste ponto, é necessário considerar que a UEG publica anualmente o relatório de gestão da instituição³, que também foi utilizado como fonte de dados documental para a análise da gestão organizacional.

Quadro 2 – Protocolos de Pedido de Informação (LAI) para a Pesquisa

Data	Órgão	Nº Protocolo	Assunto da Solicitação	Atendimento	Dias
23/05/19	UEG	2019.0523.115550-32	PPA referente os anos 2012-2015	17/06/19	25
23/05/19	UEG	2019.0523.221435-3	Receitas e despesas da UEG	04/06/19	12
24/05/19	UEG	2019.0524.093458-95	Quantidade de alunos (processos seletivos, matrículas, concluintes)	30/05/19	33
25/05/19	ENEL	2019.0524.100543-98	Histórico de consumo de energia	24/06/19	31
24/05/19	FAPEG	2019.0524.120903-72	Bolsas e auxílios	14/06/19	21
24/05/19	UEG	2019.0524.121055-29	Bolsas e auxílios	13/06/19	20
24/05/19	CAPES	23480.011662/2019-73	Bolsas e auxílios	26/06/19	33
25/05/19	SEFAZ	2019.0525.134545-86	Demonstrativo receitas e despesas	27/05/19	02
25/05/19	SEFAZ	2019.0525.135437-95	Demonstração dos fluxos de caixa	27/05/19	02
25/05/19	SEFAZ	2019.0525.141446-75	Demonstrações contábeis	27/05/19	02
27/05/19	SANEAGO	2019.0527.111223-70	Histórico de consumo de água	11/06/19	15
29/05/19	UEG	2019.0529.114756-62	Demonstrações contábeis	19/06/19	21
29/05/19	MP	157024052019-8	Estatísticas de manifestações	29/05/19	-
30/05/19	UEG	2019.0530.084629-8	Cursos CEAR	26/06/19	27
30/05/19	UEG	2019.0530.111954-38	Histórico dos Reitores, Pró-Reitores e Diretores	03/07/19	34
30/05/19	UEG	2019.0530.121840-64	Relatório sistema de cotas	27/06/19	28
24/05/19	UEG	2019.0524.093458-95	Relatório alunos inscritos, matriculados e concluintes	26/06/19	33
11/06/19	UEG	2019.0611.170900-82	Relatórios de autoavaliação	03/07/19	22
18/06/19	UEG	2019.0618.140124-38	PPA UEG	09/07/19	21
11/09/19	UEG	2019.0911.210435-99	Histórico de consumo de energia	11/10/19	30
16/03/20	UEG	2020.0316.191016-75	Política interna de sustentabilidade no consumo de água e energia	30/03/20	14
02/04/20	SEMAD	2020.0402.095201-32	Solicitação de estudo sobre energia fotovoltaica na UEG	05/05/20	33

Fonte: Elaborado pelo Autor (2020)

Em relação ao percurso metodológico, a pesquisa foi dividida em três fases: 1) Fundamentação Teórica, constituída pelas seções 2 e 3 (capítulos 1 e 2), os quais inserem a temática do papel da Universidade na sociedade contemporânea, além de apresentar o cenário atual das políticas públicas para o ensino superior em Goiás; 2) Desenvolvimento do estudo de caso no levantamento dos indicadores para análise da UEG; 3) Tratamento dos dados estatísticos descritivos, sua compilação, tabulação e representação gráfica (tabelas, gráficos,

³ Os arquivos dos relatórios encontram-se disponíveis para consulta pública, por intermédio do site da instituição. Disponível em: <http://www.ueg.br/exec/revista/?funcao=tela_inicial>

figuras e quadros), utilizados na análise quanti-qualitativa das informações apuradas. Ao final desse processo, buscamos avaliar os resultados da gestão na Instituição e identificar os seus aspectos positivos e negativos.

2 O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO: DEMOCRATIZAÇÃO *VERSUS* PRIVATIZAÇÃO

Denominada por Peter Ferdinand Drucker (1993) como “sociedade pós-capitalista”, por Daniel Bell (1977) como “sociedade pós-industrial” e por Zygmunt Bauman (2008) como “sociedade pós-moderna”, a sociedade contemporânea é conceituada como a “sociedade do conhecimento”, marcada pelas rápidas transformações ocorridas no modo de criar, usar e aplicar o conhecimento técnico e científico, bem como, o seu consequente avanço tecnológico, responsáveis pela elevação constante da produção no sistema capitalista de produção.

O papel da educação na sociedade do conhecimento subsumiu a formação da mão de obra qualificada em sintonia com o avanço tecnológico, exigido ao atendimento das necessidades de crescimento da produção, assentado por seu tempo, na “ideia de uma universidade organizada e gerida nos moldes empresariais, trabalhando como uma semimercadoria no quase mercado educacional, cada vez mais presente no discurso e nas práticas oficiais das políticas públicas de educação superior” (SGUISSARDI, 2009, p. 189).

Nesse contexto, a primeira parte do presente capítulo está concentrada na discussão da função, importância e desafios impostos às Instituições de Ensino Superior (IES) no interior da sociedade do conhecimento. Na segunda parte, a discussão focaliza a democratização do acesso ao ensino superior frente à perspectiva crescente de transferência da responsabilidade por seu financiamento para a iniciativa privada como política educacional brasileira.

2.1 A Sociedade do Conhecimento

As constantes transformações culturais, ambientais, sociais, políticas, econômicas, que decorrem e reverberam das/nas relações de trabalho, nas relações no interior da sociedade em si. Nessas transformações e relações e nas transformações das relações, o conhecimento sempre ocupou uma posição de destaque, pois é a partir do desenvolvimento técnico e científico que as transformações no interior da sociedade se processam (DRUCKER, 1993).

Na concepção de Bell (1977), a sociedade do conhecimento do século XXI seria marcada por transformações e inovações em decorrência do papel decisivo do conhecimento advindo da pesquisa científica e do processo de evolução tecnológico, pelo crescimento dos empregos derivados do conhecimento e, obviamente, pelo emprego de maiores investimentos para a produção do conhecimento, ou seja, investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Robert E. Lane (1966), de sua parte, aponta o aumento na aplicação de recursos financeiros no ensino superior e aprofundamento do fomento em investigação científica sobre as relações do homem com a natureza e a sociedade.

A produção do conhecimento no processo de desenvolvimento (evolução e involução) do sistema capitalista se ocupou de sua apropriação, na medida em que entendeu a sua importância como instrumento fundamental no processo produtivo determinante tanto para a imposição e ampliação do mercado consumidor e na conformidade de seus interesses, o atendimento às demandas da sociedade em sentido amplo, tendo no Estado a instituição para sua regulação, regulamentação e legalidade das ações do capital. De acordo com Lane (1966, p. 650), “na sociedade do conhecimento a quantidade [e a qualidade] de conhecimento [é] maior do que em qualquer outro tipo de sociedade já existente e a forma de sua utilização pelas pessoas, [ocorre] por meio da aplicação com fins de negócios”.

Cabe lembrar, que o processo de transformação na estrutura social para a sociedade do conhecimento teve início com o advento da Revolução Industrial (século XVIII), marcado pelo aumento da produção em virtude do avanço tecnológico aplicado aos meios de produção. E, em segundo momento, pela Revolução da Produtividade, entre a década de 1880 até o fim da Segunda Guerra Mundial (década de 1940), em que o conhecimento passou a ser inserido no contexto dos processos de trabalho, sobretudo, pelos estudos realizados por Frederick Winslow Taylor nos Estados Unidos, instaurando-se a expansão da produção (SANTOS, 2015).

Drucker (1993, p. 21) defende a aplicação do conhecimento como principal fator de produção em substituição à posse de terras e do capital, que podem ser obtidos, desde que exista conhecimento. Nessa direção, o conhecimento se constitui como uma coisa útil e como meio para a obtenção de resultados sociais e econômicos. No entanto, a Revolução Científica e Tecnológica originou-se inicialmente fora do universo acadêmico, mas no transcorrer de seu desenvolvimento além de contar com o fomento do capital, também foi apoiada pelas pesquisas desenvolvidas por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, propriamente dito, portanto, no interior das universidades. Em outras palavras, o sistema capitalista em si, representa:

[...] o movimento de expansão e diversificação do processo produtivo de criações múltiplas que não deve ser dissociado do movimento de produção intelectual que resultou no surgimento das ciências positivas, bem como na emergência de novos critérios de verificação, análise e certificação científicas. Do mesmo modo, as técnicas industriais e as artes e ofícios não podem ser separadas da evolução das ciências da natureza, visto que o progresso do conhecimento científico se encontra vinculado ao desenvolvimento industrial. (SANTOS, 2015, p. 24)

Nesse sentido, é possível afirmar que tanto o desenvolvimento do conhecimento, quanto do sistema capitalista de produção são indissociáveis, visto que, a racionalidade tecnocrática que conduz também é conduzida pelo neoliberalismo econômico, orientado pelas demandas do mercado, contida na regulação e regulamentação dos caminhos a serem

percorridos pela sociedade capitalista por meio “do controle da administração do campo social na elaboração e implementação de políticas promotoras dos princípios de individualidade, liberdade total do mercado e livre concorrência empresarial empregada nas questões sociais públicas, sobretudo, no campo educacional” (SANTOS, 2015, p. 256).

2.2 O Ensino Superior no Contexto da Sociedade do Conhecimento

À medida em que a estrutura da sociedade se alterou, o papel das instituições de ensino também sofreu modificações. Na sociedade do conhecimento do século XXI, marcada pelo vigor do avanço científico e tecnológico, a Universidade passou a ser responsável pelo desenvolvimento profissional dos indivíduos que irão se inserir no mercado de trabalho, os quais necessitam desenvolver habilidades por meio do conhecimento, que serão exigidas frente ao dinamismo cercado de incertezas e conflitos do mundo contemporâneo (GIL; IVAMA, 2001).

Nesse contexto, Drucker (1976) aponta que o acesso ao ensino superior pode possibilitar ao trabalhador, inclusive na classe média, a oportunidade de escolher uma profissão para poder atuar de maneira especializada em face ao atendimento das necessidades do mercado de trabalho. O conhecimento modificou as relações de trabalho e colocou na figura da pessoa instruída, a responsabilidade pelo funcionamento dos diversos setores especializados da sociedade em prol da manutenção, continuidade e aprofundamento do sistema econômico e produtivo capitalista.

Nesse sentido, “o diploma tornou-se o passaporte para os empregos do conhecimento” (DRUCKER, 1993, p. 160). Por seu tempo, Gisele Masson e Jefferson Mainardes (2011) afirmam que o acesso à educação e ao ensino superior na sociedade capitalista, não tem por objetivo a ascensão da promoção democrática ao conhecimento para população, mas sim:

[...] oferecer formação aligeirada ou baseada apenas na profissionalização dos sujeitos para as demandas do contexto produtivo. Nesse contexto, é inviabilizado a educação como instrumento de emancipação e formação humana, pois o capitalismo dificulta a realização de um projeto educativo que contribua para a transformação radical da sociedade (MASSON; MAINARDES, 2011, p. 82).

No entendimento de Masson e Mainardes (2011, p. 82) a concepção conceitual de “sociedade do conhecimento” foi apropriada pelo capitalismo, pois seu intuito ideológico é “elevar os patamares de acumulação do capital em face à incorporação do conhecimento e das novas tecnologias para a produção. Assim, o que importa é garantir o acesso facilitado aos trabalhadores, acerca do tipo de conhecimento considerado útil para o aumento do capital”. Esta orientação econômica, segundo Antonio Muniz de Rezende (1984, p. 26), acentuou “a perspectiva profissionalizante ao ensino superior, onde a mão-de-obra barata e especializada é

direcionada ao atendimento das necessidades impostas pelo mercado de trabalho, em busca à ascensão do Estado junto às nações desenvolvidas e altamente industrializadas”.

Laurent Schwartz (1984, p. 8), por sua vez, argumenta que em uma sociedade democrática não basta conceder o acesso indiscriminado ao ensino superior como uma política pública em busca da redução das desigualdades sociais, pois “a qualidade desaparece em favor da mediocridade, a diversidade em favor da uniformização e a responsabilidade é abalada pela politização”. Segundo o autor, os pressupostos básicos para qualquer projeto de universidade bem-sucedida, devem contemplar:

Uma universidade democrática, amplamente aberta às massas, proporcionando ao mesmo tempo cultura geral e formação profissional, aberta ao mundo exterior, praticando em todos os níveis uma seleção-orientação, cultivando a diversidade (e permitindo, portanto, uma certa concorrência entre as universidades e os diplomas que elas conferem), fornecendo à pesquisa à qualidade um lugar fundamental (SCHWARTZ, 1984, p. 8).

Nesse contexto, Schwartz (1984, p. 25, grifos originais) infere que a democratização do acesso à universidade não pode ser realizada de maneira descomedida, visto que o processo seletivo é fundamental para que a qualidade do ensino não seja prejudicada pela mediocridade, portanto, “a seleção, longe de ser uma barreira, é, ao contrário, a possibilidade oferecida aos jovens oriundos **de todas as classes sociais** para serem beneficiados com uma formação correspondente às suas aptidões”.

2.3 A Universidade na Sociedade Contemporânea

A Universidade transformou-se em uma instituição fechada aos olhos da sociedade à medida em que se limitou à autorreprodução de docentes e pesquisadores, que em seus processos de pesquisa afastaram-se do contexto social. Com a incorporação da orientação direcionada ao atendimento das necessidades da indústria, “propagou-se a visão difundida de uma universidade submissa aos interesses do grande capital” (SCHWARTZ, 1984, p. 22). Nesse sentido, tornou-se imperativo a reflexão sobre a verdadeira função da Universidade em face ao atendimento das necessidades impostas pela sociedade capitalista na contemporaneidade.

A função da Universidade relacionada ao atendimento das necessidades da economia é uma perspectiva contida na sociedade capitalista, na qual a posse do conhecimento é sinônimo de dominação e poder, conforme infere Bauman (2008). Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (1991, p. 17), de sua parte, argumenta que é característica da sociedade capitalista a responsabilidade dada às instituições escolares para a “imposição de ideias que afirmam a existência de um saber universal, neutro, absoluto, verdadeiro – a Ciência – e que o poder é

daqueles que sabem mais”. Rezende (1984), por seu turno, defende que o poder proporcionado pela educação não deveria ser visto como fonte de dominação, mas sim, como serviço prestado à sociedade, com vistas ao atendimento de suas necessidades, bem como para a garantia do bem comum frente à não alienação da população.

Na sociedade do conhecimento, a educação recebeu a atribuição de formar mão de obra qualificada para atender as demandas do mercado capitalista em permanente expansão. O sistema capitalista baseado no conhecimento, impõe às instituições de ensino a substituição do paradigma tradicional do compartilhamento do conhecimento para um modelo empresarial educacional focado nas demandas do mercado. Na apreensão de Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 189) as instituições de ensino privadas adaptaram-se com maior facilidade à conversão da educação em mercadoria, tendo em vista a maximização da sua rentabilidade. Nessa direção, “a ideia de uma universidade organizada e gerida nos moldes empresariais, trabalhando como uma semimercadoria no quase mercado educacional está cada vez mais presente no discurso e nas práticas oficiais das políticas públicas de educação superior”, afirma Valdemar Sguissardi (2009, p. 189).

Santos (2010, p. 65), por sua vez, aponta o papel equivocado atribuído à Universidade no século XXI, ante à abertura da comercialização do ensino superior no mercado, pois “só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão. Sem qualquer um destes, há ensino superior”. Em tal concepção, a Universidade, ou melhor, o ensino superior se faz alienado, na medida em que instaura em seu interior a ausência da pesquisa científica como princípio primeiro e exprime a materialidade de um ensino deficitário e meramente profissionalizante, que por sua essência provoca a extinção de sua função social como “centro de irradiação e preservação da cultura e de elaboração das experiências culturais adquiridas pela sociedade brasileira” (PIMENTA, 1985, p. 95).

Santos (2010) também define que o papel da Universidade deve ser visto como um bem público, à medida em que a sua função social está intimamente ligada ao desenvolvimento do país. Com isso, o objetivo da democratização do acesso ao ensino superior não foi conseguido, pois o que ocorreu foi um processo de massificação das instituições privadas de ensino, aliado à concessão de bolsas públicas para manutenção dos alunos na rede não gratuita, bem como pelo endividamento via sistema bancário de financiamento. Para Santos (2010, p. 107), “compete ao Estado fomentar a universidade pública, não lhe compete fomentar a privada”, visto que “num período de austeridade financeira, não se justifica que fundos públicos sejam canalizados para o setor privado”. Assim, a relação do Estado com as instituições privadas deve estar vinculada a ações de regulação e fiscalização, e não de fomento.

Para Sguissardi (2009, p. 163), o dilema da Universidade na sociedade contemporânea é ver-se identificada como bem público ou privado/mercantil, ao passo que as instituições privadas com fins lucrativos expandiram em quantidade e em número de matrículas, em oposição à redução dos investimentos nas universidades públicas. A quantidade de instituições privadas já representa 90% do total, e 80% em quantidade de matrículas. Contudo, as universidades públicas ainda produzem mais de 90% das pesquisas e formam mais de 80% dos mestres e 90% dos doutores, “frutos do investimento público e da atividade científico-acadêmica das universidades federais e estaduais, com destaque à rede estadual paulista”. A importância do setor público pode ser expressa não apenas na dimensão quantitativa de alunos menor que aquela do setor privado, mas, também:

[...] em praticamente todas as demais dimensões da educação superior e universitária no Brasil, o setor público (federal e estadual) apresenta indicadores que o credenciam como o mais importante e significativo sistema [de ensino superior]. Isso pode ser constatado inegavelmente se se considera, entre outros: a) o regime de trabalho dos professores e sua qualificação acadêmico-profissional; b) o número (em torno de 90% dos cursos e dos efetivos de alunos) e qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*; c) a produção científico-acadêmica publicada no país ou no exterior (em torno de 90% do total produzido no país); d) a oferta dos cursos que exigem maior e mais cara infraestrutura (v.g. medicina, engenharias); e) a qualidade dos cursos de graduação (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2001, p. 121-122).

Nesse contexto, mesmo que a qualidade do ensino superior seja mais elevada na rede pública, Santos (2010, p. 105) indica que os motivos para o desmonte da rede universitária pública frente ao desenvolvimento do setor privado, fundamentam-se em três políticas públicas: o “estaque da expansão do setor público através da crise financeira; a degradação dos salários dos professores universitários, a fim de os forçar a buscar emprego parcial no setor privado; e a negligência premeditada na regulação do setor privado”. Assim, a rede privada “aproveitou-se de todo o conhecimento e formação produzidos na rede pública, pela transferência de recursos da universidade pública para as novas universidades privadas, com a consequente descapitalização e desarticulação [do fomento] na universidade pública” (SANTOS, 2020, p. 105).

Sguissardi (2009), de sua parte, complementa que se os bens públicos, incluindo a função social pública da universidade, passam a ser tratados sob a ótica empresarial privada, a universidade pública é cada vez mais identificada como mercadoria ou semimercadoria. Por isso, para se pensar na proteção e defesa da universidade pública:

[...] a questão-chave é enfrentar o debate em torno do conhecimento, da ciência, da educação em geral e da educação superior em particular, como bem público x bem privado, ou, em outros termos, restabelecer o confronto entre o público e o privado/mercantil e tirar desse debate e desse confronto todas as consequências possíveis. É identificar os condicionantes históricos, político-econômicos, passado e presentes, que tornam esse debate tão atual. É perceber que o Estado Nacional, tornado refém do sistema financeiro, das “obrigações” assumidas com organismos

multilaterais, num país campeão mundial em desigualdades, deixou de cumprir funções estruturantes essenciais, entre elas a de garantir a manutenção, a expansão e a qualidade de sua universidade pública (SGUISSARDI, 2009, p. 190).

Portanto, é preciso aprofundar o debate sobre a reformulação da Universidade na sociedade contemporânea em duas perspectivas: uma voltada para o desenvolvimento da pesquisa científica e para o fortalecimento do conhecimento como ferramenta de disseminação de cultura; outra, direcionada à disseminação do conhecimento por meio da imbricação teoria-prática-teoria-prática, orientada pelo propósito de atender aos interesses públicos, econômico e sociais da sociedade em sua totalidade.

2.4 O Financiamento das Universidades Brasileiras

Segundo Rezende (1984) sempre houve uma orientação histórica para o autoritarismo político centralizador no ensino superior no Brasil, aprofundada após a década de 1960, em face ao contexto ideológico capitalista em que o desenvolvimento econômico passou a ser visto como o principal objetivo da educação. Entretanto, este sistema político-econômico tornou-se incoerente, à medida que as verbas destinadas à educação pública e gratuita se caracterizaram por sua escassez.

Considerando tal contexto, Santos (2010) argumenta que sem as condições financeiras adequadas, o Estado capitalista e a sociedade não podem cobrar das Instituições de Ensino Superior o desempenho de novas funções, visto que a redução nas verbas para sua manutenção impossibilita que possam desempenhar seus papéis tradicionais de educação. Schwartz (1984, p. 13, grifos originais) defende que garantir a devida manutenção das universidades é propiciar concomitantemente o desenvolvimento do próprio Estado, à medida em que “**não há exemplo** de país desenvolvido, que possua uma universidade subdesenvolvida”.

Podemos observar que o conflito entre a necessidade de desenvolvimento *versus* a redução de verbas, não é exclusivamente fruto das atuais políticas públicas educacionais na sociedade brasileira. Na década de 1980, Aluísio Pimenta (1985) já discutia a necessidade de reversão no corte de verbas orçamentárias para as Universidades, visto que são elas que detém o papel de destaque para a formação de recursos humanos altamente qualificados, exigidos pela sociedade industrial. Nesse sentido, reduzir os investimentos na educação⁴ é instituir uma

⁴ Não podemos deixar de apontar o esvaziamento de tais políticas a partir do Golpe de Estado gerido pelas forças reacionárias burguesas nacionais e internacionais, que teve início no final de 2014, no período imediato pós-eleições presidenciais, sendo implementado em março de 2016 e sacramentado em agosto do mesmo ano, o que contribuiu para o aprofundamento do processo de esvaziamento e precarização da educação superior no Brasil e abertura para a propagação de uma ideologia direitista rasa, vazia, tosca, assentada em pressupostos nazifascistas de intolerância, discriminação, racismo, homofobia, misoginia, truculência e violência, que caracterizam o (des)governo de Jair Messias Bolsonaro, expresso por sua total falta de conhecimento, capacidade e competência para com os assuntos da coisa pública (WIESNER; SANTOS, 2020, p. 52).

política contrária aos propósitos almejados para o desenvolvimento econômico do país, todavia, cabe aqui a denúncia de que:

As universidades que ainda são mantidas pelo Estado vivem um processo de agonia, diante de um gradativo sucateamento de suas condições de funcionamento, que vão desde os baixos salários de seu quadro de pessoal até a destinação de poucos recursos para a conservação de prédios, laboratórios, equipamentos etc. (HANSEN, 2001, p. 290).

É exatamente nesses trilhos, que Sguissardi (2009) aponta que a expansão quantitativa das instituições privadas⁵ com fins lucrativos, ocorre ao mesmo tempo em que se verifica a redução de investimentos estatais na rede pública agravada a partir de 1994 – a questão da mercantilização do ensino superior insere-se como o principal dilema para a Universidade no século XXI. Os poucos recursos públicos dos países em desenvolvimento devem ser prioritariamente investidos na educação primária e secundária, as quais proporcionariam maiores benefícios sociais.

Podemos observar a concretização de tal política em nosso país, na medida em que constatamos o incremento dos investimentos públicos brasileiros nos níveis fundamental e médio, de acordo com os dados apresentados na Tabela 1, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2015).

Tabela 1 – Investimento Público Direto por Estudante (2000-2015)

	Todos os Níveis de Ensino	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior	Proporção Educação Superior sobre a Básica
				Anos Iniciais 1ª a 4ª	Anos Finais 5ª a 8ª			
2000	2.587	2.154	2.717	2.065	2.163	2.078	23.619	11,0
2001	2.674	2.229	2.424	2.042	2.357	2.337	23.339	10,5
2002	2.653	2.198	2.270	2.406	2.270	1.575	21.615	9,8
2003	2.606	2.189	2.588	2.310	2.188	1.746	18.888	8,6
2004	2.763	2.363	2.605	2.640	2.440	1.594	17.881	7,6
2005	2.943	2.495	2.421	2.829	2.632	1.691	19.267	7,7
2006	3.502	3.042	2.646	3.168	3.459	2.350	19.946	6,6
2007	4.090	3.562	3.208	3.724	3.931	2.851	21.075	5,9
2008	4.629	4.089	3.427	4.291	4.575	3.298	19.480	4,8
2009	5.092	4.477	3.432	4.841	5.054	3.477	21.878	4,9
2010	5.859	5.151	4.214	5.533	5.545	4.381	23.255	4,5
2011	6.408	5.583	4.987	5.727	5.742	5.429	24.778	4,4
2012	6.826	6.056	5.880	6.167	5.924	6.178	22.505	3,7
2013	7.305	6.471	6.400	6.500	6.429	6.531	25.181	3,9
2014	7.380	6.569	6.506	6.542	6.559	6.664	24.209	3,7
2015	7.273	6.381	6.443	6.287	6.271	6.637	23.215	3,6

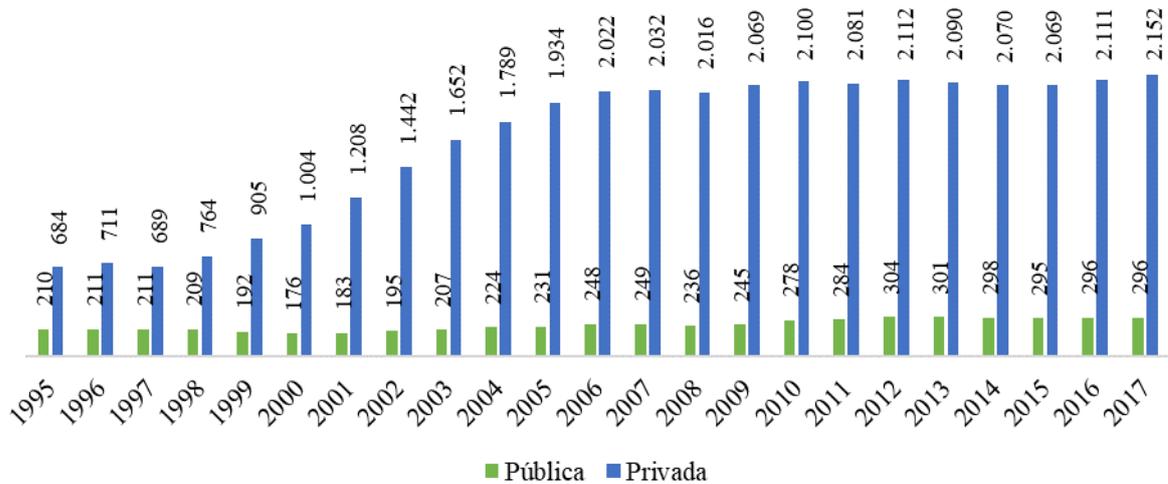
Fonte: INEP (2015)

⁵ O Brasil possui o maior índice de privatização na América Latina. Em 1994, das 851 IES, 192 (22,5%) eram públicas e 659 (77,5%) privadas. Em 2002, das 1.637 IES, 195 (11,9%) eram públicas e 1.442 (88,1%) eram privadas. Neste período (1994-2002), a quantidade de IES privadas cresceu 118%, e o aumento na quantidade de matrículas foi de 150%, três vezes maior que no setor público, de apenas 52% (SGUISSARDI, 2009, p. 202).

Entre os anos 2000 e 2015, a proporção dos investimentos na educação superior sobre a educação básica sofreu uma redução de 7,4%. Os investimentos apresentaram um aumento de 196,3% na educação básica, 137,2% na educação infantil, 204,5% da 1ª a 4ª e 189,9% da 5ª a 8ª série no ensino fundamental, 219,3% no ensino médio e no ensino superior houve um decréscimo de -1,7% no mesmo período. Em outra perspectiva, é possível considerar como positivo o incremento no investimento público em todos os níveis de ensino, com um aumento geral de 181,2%, contudo, a distribuição das verbas comprova e consolida a desvinculação do financiamento estatal ao ensino superior.

De acordo com os dados da Figura 1, dentre a quantidade total de IES no Brasil, as instituições privadas consolidaram-se com o maior quantitativo de unidades educacionais. O crescimento do setor privado entre os anos de 1995 a 2017 representou um aumento de 214,62%, e em 2017 as IES privadas representaram 87,91% do total de IES brasileiras. Em oposição, no mesmo período as IES públicas cresceram apenas 40,95%, representando apenas 12,09% do total das instituições brasileiras em 2017.

Figura 1 – Quantidade de Instituições de Ensino Pública e Privada (1995-2017)



Fonte: INEP (2018)

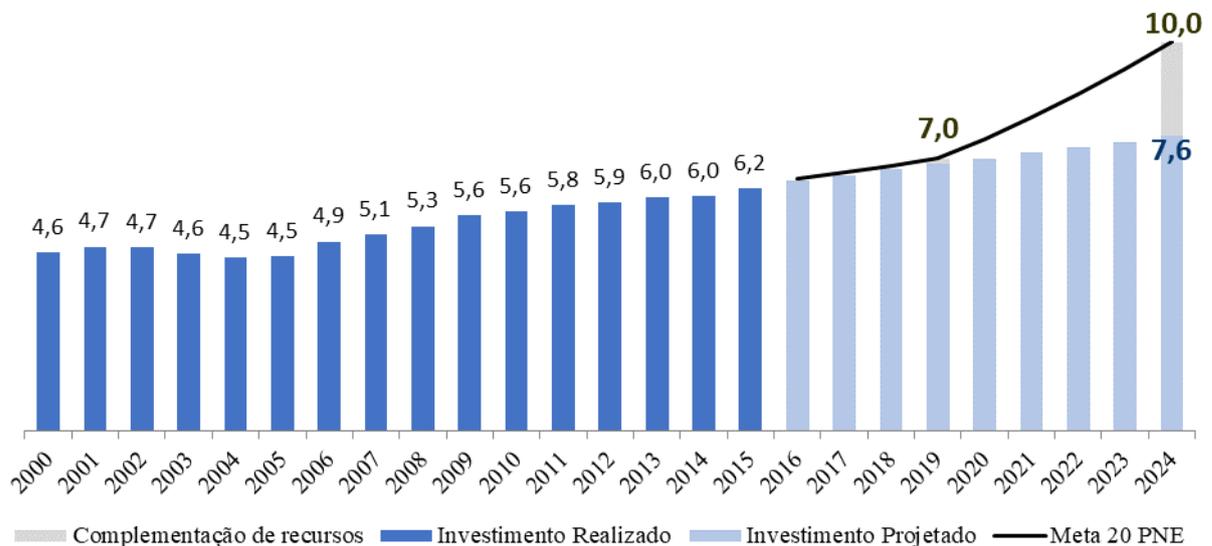
Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), em 2017 apenas 15,7% da população brasileira com 25 anos ou mais possuíam o ensino superior completo. A expansão das instituições privadas não têm sido suficiente para elevar a quantidade de matrículas para a população de 18 a 24 anos no ensino superior, e, assim, atingir a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que busca elevar a taxa bruta de matrícula (TBM) na educação superior para 50% e a taxa líquida de escolarização (TLE) para 33%⁶ no período de 10 anos (BRASIL, 2014). A

⁶ A taxa líquida de escolarização na graduação (TLE) representa a proporção da população de 18 a 24 anos de idade que frequenta ou já concluiu cursos de graduação em relação à população total de 18 a 24 anos. Diferente

situação atual apresentada pelo indicador de desempenho é de que a TBM na graduação cresceu apenas 34,6% e a TLE 23,2% (BRASIL, 2018a).

A Meta 20 do PNE, por seu tempo, objetiva ampliar o investimento em educação pública de forma a atingir no mínimo o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei, ou seja, em 2019 e, no mínimo, o equivalente a 10% até o final do decênio, isto é, 2024 (BRASIL, 2014). Podemos observar na Figura 2, que a projeção estimada pelo INEP (2015) não será suficiente para o cumprimento da Meta 20 frente aos recursos que efetivamente são destinados pelo governo. Além disso, o aumento no investimento público não necessariamente será aplicado ao ensino superior, pois conforme apresentado na Tabela 1, o histórico apresentado é de incremento nos demais níveis de educação.

Figura 2 – Investimento Público em Educação em Relação ao Produto Interno Bruto (2000-2015) e Estimativa do Percentual (2016-2024)



Fonte: INEP (2015)

Nesse contexto, a responsabilidade pelo financiamento universidade pública de excelência pelo Estado vem se expressando cada vez mais pela falta, pela não preocupação, pela ausência e pelo descaso, na medida em que repassa para as instituições privadas a possibilidade de ofertar cada vez mais um maior número de vagas no ensino superior, no qual a qualidade é questionável. Apesar de constatações negativas na realidade da educação de nível superior em nosso país, a alteração da fonte de custeio não retira o caráter público do serviço prestado pelas Universidades em face à produção e disseminação do conhecimento (HANSEN, 2001). Assim, a expansão da privatização do ensino superior é utilizada como justificativa ao

da Taxa bruta de matrículas na graduação (TBM), este indicador considera todos os indivíduos dessa faixa etária que já concluíram o ensino superior, e que, portanto, já tiveram acesso a ele. Assim, a TLE considera o percentual de todos aqueles que frequentam ou que já concluíram a graduação em relação à idade de referência.

complemento essencial em face à redução do financiamento estatal das instituições públicas, à medida em que o neoliberalismo capitalista transforma a educação em mera mercadoria (SANTOS, 2010).

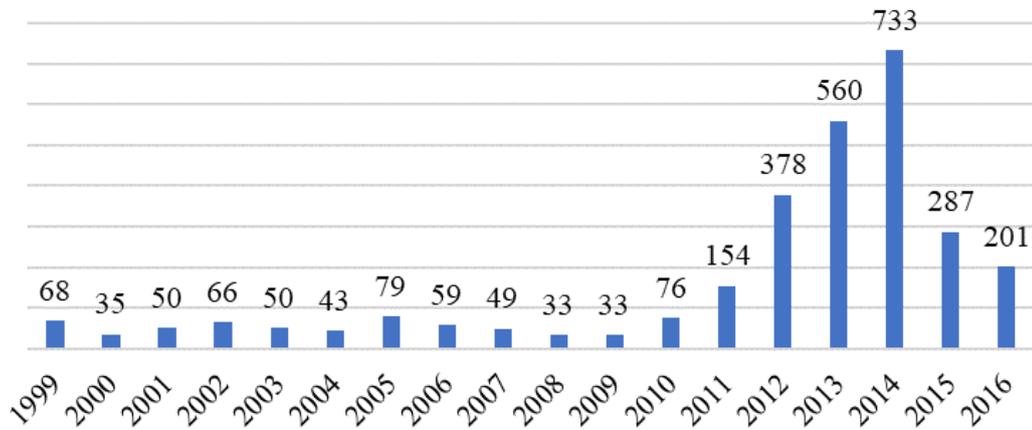
2.5 Os Programas para a Democratização do Acesso ao Ensino Superior no Brasil: FIES e PROUNI

Devido às concretas desigualdades econômicas na sociedade brasileira, a tendência direta aliada ao incentivo da privatização resulta na diminuição do acesso ao ensino superior pelas classes menos abastadas da população. Para Sguissardi (2009, p. 190) é uma afronta à democracia nacional e ao ensino superior, que “os bens públicos universais [sejam] vistos como mercadorias ou semimercadorias e a universidade pública [seja] cada vez mais identificada pela ótica empresarial competitiva”. Entendemos que garantir a manutenção, qualidade e expansão das universidades públicas brasileiras é função imprescindível de um governo que busca a redução das desigualdades sociais e econômicas⁷.

Os partidários do capitalismo neoliberal, por sua vez, defendem a substituição do ensino público por meio da disponibilização de novas fontes de financiamento direcionadas à iniciativa privada em troca de incentivos fiscais, por exemplo, e o financiamento via sistema financeiro-bancário para a suplementação necessária para o investimento na educação nacional. Portanto:

Uma das medidas implantadas pelo Ministério da Educação (MEC) para a consolidação deste modelo de gestão pública, em face à democratização do acesso ao ensino superior nas instituições particulares foi o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que sob a Lei nº 10.260/2001, proporcionou acesso ao ensino superior na rede privada por intermédio do financiamento aos cursos não gratuitos (BRASIL, 2001). Podemos observar na Figura 3, que em 2014 o FIES obteve 733 mil novos contratos, e seus maiores picos de adesão foram apresentados no período entre 2012 a 2015, consolidando a ampliação do programa na política educacional nacional.

⁷ Podemos constatar o esvaziamento das políticas públicas para o fomento da educação pública e gratuita em nosso país, a medida em que o valor do investimento público em educação no Brasil foi reduzido em 56% em apenas 4 anos, passando de R\$ 11,3 bilhões em 2014 (Governo Dilma Vana Rousseff) para apenas R\$ 4,9 bilhões em 2018 (Governo Michel Temer). Em 2019 (Governo Jair Messias Bolsonaro) o valor projetado na Lei Orçamentária foi ainda menor, apenas R\$ 4,2 bilhões. Em relação ao Ensino Superior, a redução no mesmo período foi de -15% (2014 - R\$ 39,2 bilhões; 2018 - R\$ 33,4 bilhões), no Ensino Profissionalizante -27% (2014 - R\$ 16,4 bilhões; 2018 - R\$ 11,9 bilhões) e -19% na Educação Básica (2014 - R\$ 36,2; bilhões 2018 - R\$ 29,3 bilhões). (MAZIEIRO, 2019).

Figura 3 – Quantidade de Novos Contratos pelo FIES (em milhares)

Fonte: Brasil (2017)

Não é possível negar, diante dos dados, que o Programa possibilita o acesso da população de baixa renda ao ensino superior ofertado pelas Instituições de Ensino Superior da rede privada, como também não é possível deixar de apontar, que repassa ao próprio estudante a responsabilidade por arcar com o custeio de seu processo formativo acadêmico por meio de um sistema de financiamento, mediante inclusive ao pagamento de juros.

Tabela 2 – Contratos FIES/Renda Familiar em Salários Mínimos (2010-2017)

Renda Per Capita	Quantidade	%
Até 0,5	776.195	30,24%
Até 1,0	1.198.558	46,70%
Até 1,5	387.194	15,09%
Até 2,0	112.304	4,38%
Até 2,5	46.350	1,81%
Até 3,0	21.575	0,84%
Até 3,5	11.048	0,43%
Até 4,0	5.645	0,22%
Até 4,5	3.058	0,12%
Até 5,0	1.727	0,07%
Em branco	217	0,01%
Maior que 5	2.807	0,11%
Total	2.566.678	100%

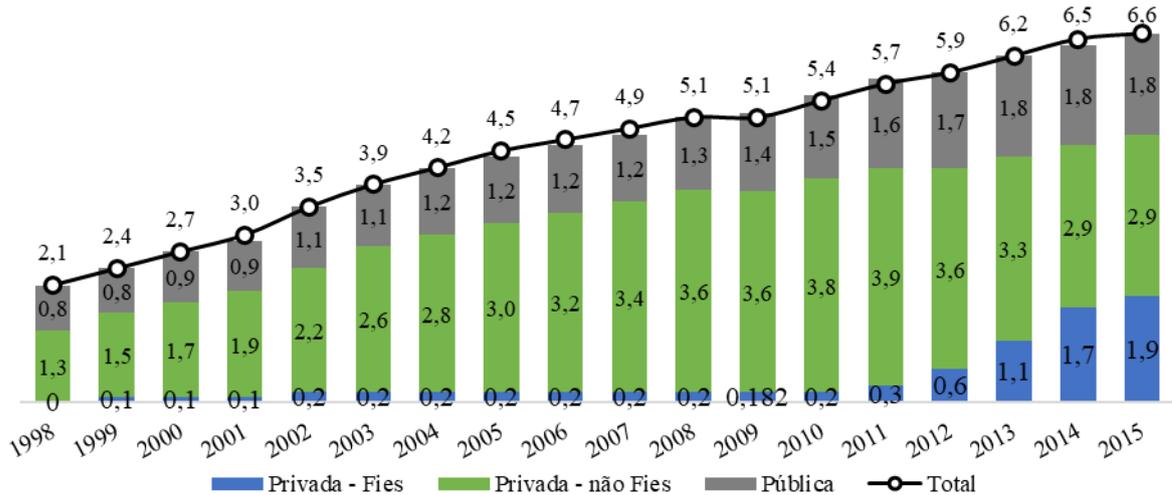
Fonte: Adaptado de Brasil (2018b)

De acordo com as informações contidas na Tabela 2, pode-se verificar que entre os anos de 2010 a 2017, 92,03% dos beneficiários do FIES possuíam renda familiar per capita de 0,5 a 1,5 salário mínimo, consolidando-se assim, as famílias de baixa renda como as principais usuárias/beneficiárias do Programa. Nesse contexto, a educação enquanto mercadoria pôde ser legalmente financiada para as classes baixas da população brasileira.

A Figura 4 disponibiliza, por sua vez, dados sobre a crescente expansão na quantidade de matrículas em IES privadas, em consequência do próprio aumento no número destas

instituições em âmbito nacional. No período de 2004 a 2009, as matrículas das IES privadas obtiveram um acréscimo de 800 mil, dos quais 173 mil financiadas pelo Programa, o que corresponde a um percentual de 26 pontos. Em contrapartida, nas IES públicas o aumento verificado alcançou apenas 15 pontos percentuais, portanto, “as matrículas com recursos do FIES passaram de aproximadamente 5% do total efetuado na rede privada em 2009 para 39%, em 2015” (BRASIL, 2018b, p. 2).

Figura 4 – Número de Matrículas (milhões) IES Públicas X Privadas (FIES e Não-FIES)



Fonte: Brasil (2017)

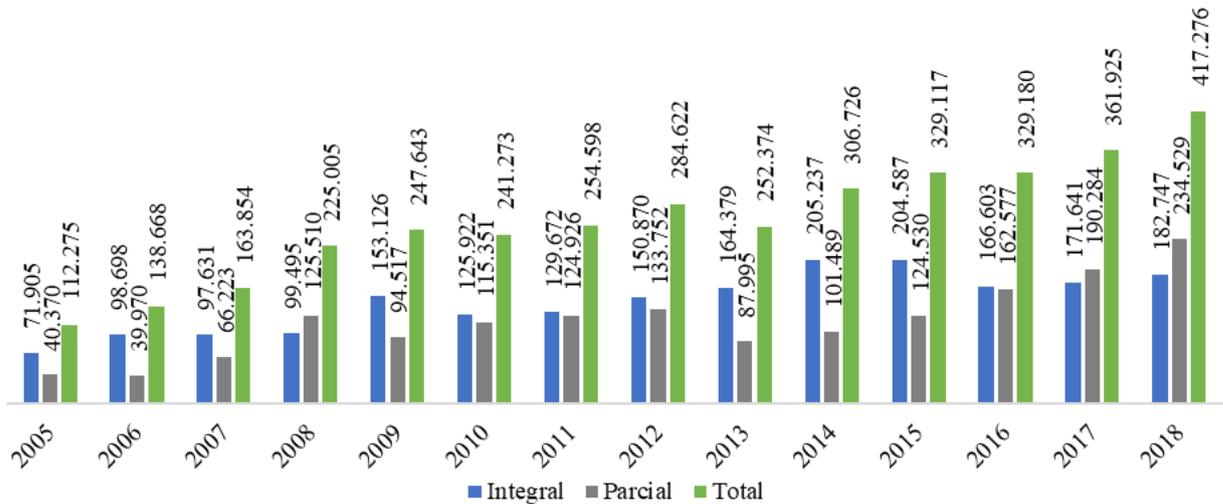
Dessa forma, o Fundo de Financiamento Estudantil contribuiu para o incremento do acesso ao ensino superior, principalmente, das classes sociais mais baixas, com rendimentos de até um salário mínimo e meio, conforme apresentado na Tabela 2. “No entanto, vale ressaltar que o FIES não tem sido eficaz no cumprimento da Meta 20 do Plano Nacional da Educação”, que tem por objetivo elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior, conforme os dados de acompanhamento já apresentados no tópico anterior (BRASIL, 2017, p. 5).

Outra medida implantada no ano de 2004, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva em face à democratização do acesso ao ensino superior na rede privada de ensino, foi a Medida Provisória nº 213, convertida na Lei nº 11.096 em 2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), cujo propósito é a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais (50% ou 25%) aos estudantes em instituições privadas de ensino superior, para cursos de graduação e sequenciais de formação específica (BRASIL, 2005).

A Figura 5 disponibiliza a quantidade de bolsas parciais e integrais oferecidas pelo Programa desde seu período de implantação em 2005 até o ano de 2018. O crescimento na concessão total de bolsas atingiu a casa dos 271,66% em relação ao seu primeiro ano de vigência. Contudo, foram as bolsas parciais que obtiveram o maior aumento em sua oferta no

período, cerca de 480,95%, em contraposição ao incremento de apenas 154,15% para as bolsas integrais.

Figura 5 – Bolsas ofertadas (2005-2018)



Fonte: BRASIL (2018c)

O percentual de concessão das bolsas do PROUNI em relação a quantidade de matrículas nas IES privadas, ainda é modesta. Em 2018, a quantidade total de bolsas representou apenas 5,8% do total de matrículas nas instituições privadas no ano, e a porcentagem média de bolsas durante o período de 2005 a 2017 foi de 2,96% para as integrais e 2,24% para as parciais (Tabela 3).

Tabela 3 – Número de Matrículas em IES Privadas X Quantidade de Bolsas do PROUNI

Ano	Quantidade de matrículas em IES privadas	Quantidade de Bolsas PROUNI		% bolsas integrais	% bolsas parciais
		Integral	Parcial		
2005	3.260.967	71.905	40.370	2,21%	1,24%
2006	3.467.342	98.698	39.970	2,85%	1,15%
2007	3.639.413	97.631	66.223	2,68%	1,82%
2008	3.806.091	99.495	125.510	2,61%	3,30%
2009	3.764.728	153.126	94.517	4,07%	2,51%
2010	3.987.424	125.922	115.351	3,16%	2,89%
2011	4.966.374	129.672	124.926	2,61%	2,52%
2012	5.140.312	150.870	133.752	2,94%	2,60%
2013	5.373.450	164.379	87.995	3,06%	1,64%
2014	5.867.011	205.237	101.489	3,50%	1,73%
2015	6.075.152	204.587	124.530	3,37%	2,05%
2016	6.058.623	166.603	162.577	2,75%	2,68%
2017	6.241.307	171.641	190.284	2,75%	3,05%
% Média de bolsas concedidas:				2,96%	2,24%

Fonte: Adaptado de INEP (2018) e Brasil (2018c)

É fato que o crescimento das IES privadas e a desvinculação das verbas públicas para o ensino superior, assim como a disponibilização de bolsas de estudo como política pública de governo para a democratização do ingresso no ensino superior tem sido fundamental para que

a população de baixa renda, a população pobre, a classe trabalhadora de nosso país tenha a possibilidade de conquistar um diploma de nível superior. Todavia, temos que ter claro que os investimentos realizados na educação superior no Brasil, tem obedecido às determinações das instituições multilaterais internacionais, sobretudo, aquelas advindas do Banco Mundial enquanto gerente das questões sociais em toda a periferia do capital, assentadas na “disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos em áreas de alto risco e privatização dos serviços sociais”, tendo em vista sempre, a expansão do mercado “para a venda de produtos e serviços”, mediante à pressão imposta aos governos para liberar a exploração comercial da educação para a iniciativa privada (CHAVES, 2015, p. 439).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE DO PANORAMA HISTÓRICO EM GOIÁS POR MEIO DE DADOS QUANTITATIVOS

Este capítulo tem o propósito de apontar a necessidade da realização de estudos sobre os balanços históricos da avaliação nas políticas públicas vinculadas à educação brasileira, como forma de “identificar na sua produção os aspectos positivos e negativos, os avanços e recuos, os ganhos e as perdas”, por meio de um levantamento e análise de pesquisas já realizadas sobre a temática, que se encontram acessíveis a estudiosos da educação e da história da educação em nosso país (SAVIANI, 2015, p. 80).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/1996), dispõe em seu Artigo 9, sobre o dever da União pela implementação e realização do processo de avaliação nos níveis fundamental, médio e superior, por meio da coleta, análise e disseminação das informações sobre o panorama nacional da educação, com o objetivo de definir as prioridades para melhoria da qualidade no ensino.

Cabe complementar, que o dever em assegurar a realização de um processo nacional de avaliação das instituições de ensino é compartilhado com os estados, que ficam responsáveis pela autorização, reconhecimento, credenciamento, supervisão e avaliação dos “cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino” (BRASIL/LDB, Artigo 10, Inciso IV, 1996).

O nosso objetivo é contribuir para o entendimento sobre as políticas públicas de educação destinadas ao Ensino Superior, assentado em resultados mensurados em indicadores de desempenho no estado de Goiás, que dentre as suas atribuições – na conformidade dos dispositivos da LDBEN (9.394/1996) – é responsável pela formação acadêmica universitária nas diferentes áreas do conhecimento, com vistas à inserção profissional e desenvolvimento da sociedade, por meio do incentivo à pesquisa e investigação científica, criação e difusão da cultura e do entendimento sobre o homem e o meio em que vive.

Para a realização da pesquisa, concentramos os nossos esforços na análise de informações sobre o Nível de Instrução em Goiás, Metas 13, 14 e 15 do Plano Estadual de Educação (PEE), Quantidade de Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas e Privadas, Relação de Ingressantes, Matrículas e Concluintes, Proporção de Matrículas na Rede Pública, Programa de Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Bolsa Universitária Organização das Voluntárias de Goiás (OVG).

Entendemos que a presente pesquisa deve ser classificada como descritiva, pois apresenta as principais características que identificam e possibilitam o estudo pormenorizado

do objeto a ser analisado. As principais fontes de coleta de dados são documentais em nível quantitativo, pois dizem respeito ao estudo de dados estatísticos elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e Instituto Mauro Borges (IMB). Portanto, o respectivo processamento dos dados foi realizado por meio da utilização dos princípios da estatística descritiva, tendo em vista evidenciar a análise dos valores quantitativos históricos.

Analizamos, também, as Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior em nível de graduação, na perspectiva de vislumbrar os dados numéricos para análise sobre a situação concreta apresentada pelas Instituições de Ensino Superior (IES) no estado de Goiás. Esclarecemos que as Sinopses Estatísticas elaboradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realizadas desde 1995, teve a última edição publicada em 2017, são fundamentais para a compreensão dos principais indicadores componentes do sistema de informações da educação brasileira, pois constituem a principal fonte de dados históricos para o acompanhamento da conjuntura do ensino superior nacional.

Ao considerar ainda, a dificuldade de acesso a determinadas informações públicas, recorreremos à Lei nº 12.527/2011, conhecida como a Lei de Acesso à Informação (LAI), que regulamenta o direito previsto na Constituição de qualquer pessoa solicitar e receber de todos os entes e poderes públicos, informações por eles produzidas ou custodiadas, pois as informações processadas ou não, poderão ser utilizadas para produção e transmissão de conhecimento, mediante registro em qualquer suporte ou formato (BRASIL, Artigo 4, Inciso I, 2011). A publicidade deve ser a regra e o sigilo a exceção e, nessa direção, a presente pesquisa está contida na política de publicidade e transparência das informações públicas, vinculadas à gestão governamental dispensada ao ensino superior em âmbito estadual.

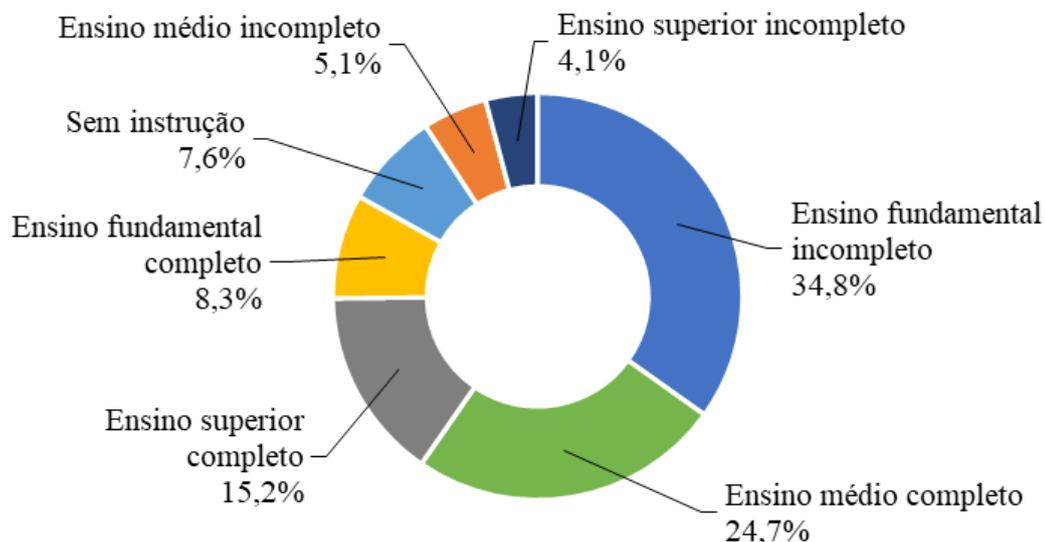
3.1 Indicadores sobre a Educação no Estado de Goiás

Um dos indicadores existentes para a avaliação da educação no estado de Goiás é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que avalia em uma escala de 0 a 1, o nível de desenvolvimento humano em três dimensões: longevidade, educação e renda. Além de sua fácil compreensão, o índice estimula a implementação de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida da população. No nível educação, o indicador é construído pela combinação de duas variáveis: a média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais e a expectativa de anos de estudo (PNUD, 2013).

Segundo dados divulgados pelo Instituto Mauro Borges (IMB), responsável pelos estudos estatísticos e socioeconômicos em Goiás, o IDHM da educação goiana cresceu de 0,439 em 2000 para 0,646 em 2010 e para 0,724 em 2015 (IMB, 2019b). Em relação à escalada de avaliação⁸ do indicador, passamos de um valor considerado “muito baixo” em 2000 para um valor “alto” no ano de 2015 e, conseqüentemente, a indicação do desenvolvimento na educação Goiana, considerada como um dos pilares essenciais para o exercício das liberdades individuais e para a melhoria das perspectivas de vida para a população (PNUD, 2013)⁹.

Os dados apresentados pelo IBGE (Figura 6), também indicam uma elevada taxa de escolarização no estado, visto que apenas 7,6% dos habitantes não têm nenhum grau de instrução¹⁰. Contudo, a maior parcela da população goiana correspondente a um percentual de 34,8%, não possui o Ensino Fundamental completo. Em relação ao Ensino Médio, 44% o concluiu e para 24,7% da população este é o mais elevado grau de escolaridade (IBGE, 2017). Em relação à taxa de analfabetismo, em 2018, Goiás possuía apenas 6,2% da população de 15 anos ou mais que não sabia ler e escrever (IMB, 2018).

Figura 6 – Nível de Instrução em Goiás (25 anos ou mais)



Fonte: IBGE (2017)

⁸ Faixas do IDHM: 0 a 0,499 - Muito baixo; 0,500 a 0,599 – Baixo; 0,600 a 0,699 – Médio; 0,700 a 0,799 – Alto; 0,800 a 1 – Muito alto (PNUD, 2013).

⁹ Salientamos que a atual conjuntura de austeridade na política econômica neoliberal nacional, pode ocasionar o retrocesso no desenvolvimento dos setores sociais, à medida em que desvincula do orçamento público o fomento das necessidades básicas e fundamentais para a garantia do bem-estar social, tendo como consequência direta, o aumento nas desigualdades sociais e a piora nos índices avaliados.

¹⁰ Mesmo que o percentual possa ser considerado baixo, é necessário destacar que no último censo apurado pelo IBGE em 2010, o total da população goiana compreendia a 6.003.788 (seis milhões e três mil e setecentos e oitenta e oito) habitantes. Com isso, ao considerarmos o percentual de 7,6% obtemos um total de 456.287 (quatrocentos e cinquenta e seis mil e duzentos e oitenta e sete) pessoas no estado, sem nenhum grau de instrução. Esses dados indicam que mesmo apresentando uma porcentagem relativamente baixa, sua expressão numérica em relação à população total é bastante expressiva. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>. Acesso em: 11 set. 2020.

No âmbito do Ensino Superior, em 2017, somente 19,3% dos cidadãos com 25 anos ou mais teve contato com este grau escolaridade e apenas 15,2% possuíam o diploma de um curso graduação (IBGE, 2017). Ao considerar os indivíduos com menos de 24 anos, este percentual cai para apenas 10%, que se mantêm inalterado desde o ano de 2016. Em relação ao gênero, mais de 60% dos graduados são do sexo feminino e em relação à população total do estado, 12% das mulheres possuem o Ensino Superior; em contrapartida, apenas 8% dos habitantes do gênero masculino concluíram um curso de nível superior (IMB, 2018). Tais valores demonstram uma disparidade no nível de escolaridade entre homens e mulheres no estado, além de constatar a reduzida formação superior em relação à quantidade total de habitantes, que é agravada para o gênero masculino.

De modo geral os números indicam que a educação no estado de Goiás melhorou comparando-se os valores do IDHM nos anos de 2000 e 2015, que apresentou um aumento de 64,92% no período. Os dados do IBGE também apontam que em 2017, cerca de 92% da população goiana tinha alguma escolaridade, mesmo que incompleta, reduzindo-se assim o nível de analfabetismo. Todavia, a quantidade de habitantes com o Ensino Fundamental incompleto, corresponde a uma parcela significativa da população. Além disso, os índices de escolaridade em nível superior são reduzidos, o que indica a necessidade de fomentar as políticas públicas estaduais com vistas à promoção da formação superior para a sociedade goiana.

3.2 O Plano Estadual para a Educação Superior em Goiás (2015-2025)

O Plano Estadual de Educação (PEE) é um conjunto de metas e diretrizes estratégicas quantitativas e qualitativas, que direciona as políticas públicas para a educação em um período de dez anos, tendo como base os indicadores estipulados pelo Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024) adaptados às especificidades locais de cada região (BRASIL, 2001). Em Goiás, o PEE foi aprovado pela Lei nº 18.969, de 22 de julho de 2015, com vigência para o decênio 2015-2025 e dentre os seus objetivos permanentes instituídos no Artigo 2º, temos:

I - Erradicação do analfabetismo; II - Universalização do atendimento escolar; III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - Construção do padrão da qualidade social da educação; V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado; VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto Estadual (PIB), que assegure atendimento às necessidades de sua expansão, com padrão de qualidade; IX - Valorização dos profissionais da educação; X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (GOIÁS, 2015).

Podemos observar que dentre os objetivos gerais do PEE, não há uma menção especificamente destacada acerca das políticas vinculadas à gestão do Ensino Superior no estado. Contudo, diante das 21 metas e estratégias estipuladas pelo Anexo I da referida Lei, responsáveis por englobar os meios pelos quais os objetivos serão alcançados para a sua execução, podemos destacar as Metas 13, 14 e 15, que contemplam os indicadores vinculados diretamente aos objetivos traçados no plano para a gestão governamental do Ensino Superior no período, sendo:

Meta 13 - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. Meta 14 - Elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores. Meta 15 - Consolidar a implantação do Sistema Estadual de Educação Superior do Estado de Goiás (GOIÁS, 2015).

Em relação ao indicador de expansão das matrículas no segmento público, estipulado na Meta 13 e acerca do Sistema Estadual de Educação Superior da Meta 15, é necessário considerar que a UEG é a única instituição pública estadual em Goiás, ou seja, está sob a jurisdição do estado de Goiás a sua gestão, assim como as políticas públicas que devem fomentar a execução do PEE para o consequente atendimento das metas¹¹. Em face aos referidos objetivos, são apontadas as seguintes estratégias direcionadas à UEG:

13.7 - Promover a expansão da UEG, ampliando a oferta de cursos a partir da necessidade de demanda apresentada, garantindo financiamento adequado para infraestrutura, recursos humanos, equipamentos e tecnologias necessários a oferta de Educação Superior pública com qualidade social; [...] 15.9 - Assegurar a descentralização orçamentária na Universidade Estadual de Goiás; 15.10 - Garantir recursos financeiros para ampliar e adequar a infraestrutura da Universidade Estadual de Goiás, principalmente aquelas relacionadas aos espaços físicos, laboratórios, a rede de energia e de internet, a acessibilidade das pessoas com necessidades especiais; 15.11 - Possibilitar autonomia financeira para as unidades universitárias da Universidade Estadual de Goiás (GOIÁS, 2015).

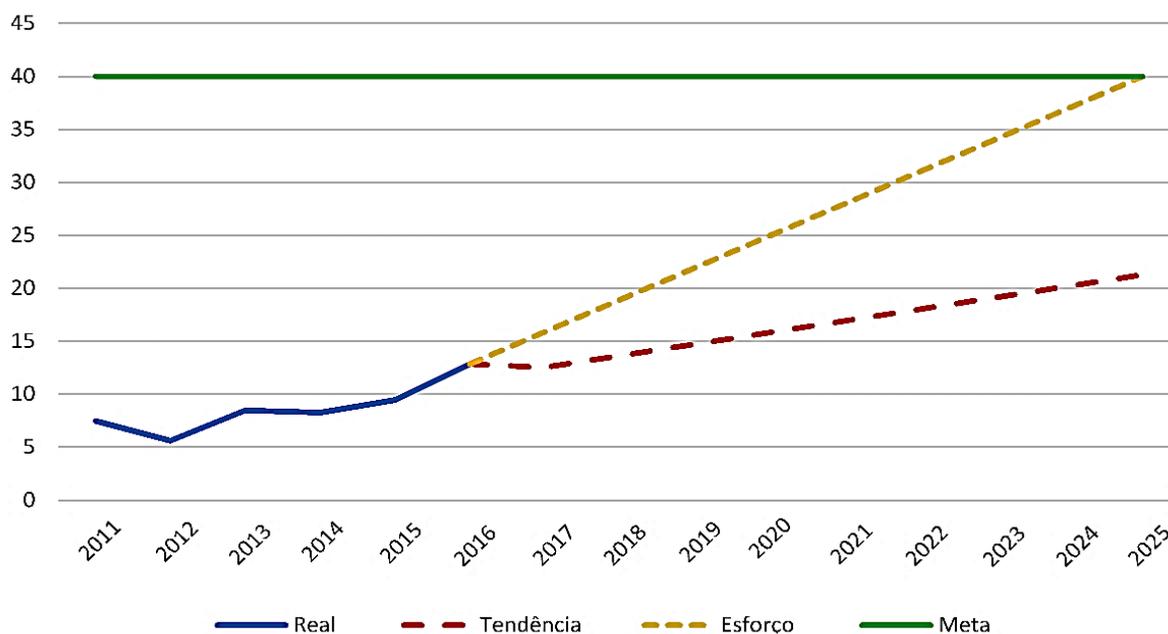
Sem dúvida, a Universidade Estadual de Goiás tem papel fundamental para assegurar que as metas estipuladas no PEE possam ser alcançadas, considerando a garantia orçamentária para sua manutenção e ampliação das vagas oferecidas, proporcionando assim, o acesso ao ensino superior público de qualidade, de forma democrática e gratuita à população goiana.

¹¹ É prudente considerar que a atual posição do Estado é contrária ao atendimento das metas e planos ora estipulados no PEE em face à promoção da melhoria da qualidade da educação em Goiás. Podemos visualizar isto, à medida em que as verbas destinadas à UEG, que compreendiam em destaque 2% do gasto no orçamento da pasta de Ciência e Tecnologia foram incluídos na destinação de 25% à educação básica e ao ensino médio, consequentemente, reduzindo os investimentos públicos nestes níveis de educação (GOIÁS, 2019b). Dessa forma, à medida em que a postura de gestão não se consolida em ações práticas, as metas definidas representam apenas dispositivos de comunicação formal.

Quanto ao monitoramento contínuo exigido pelo PEE, em 2017 o Instituto Mauro Borges realizou o 1º Relatório de Monitoramento do Plano Estadual de Educação, apresentando os resultados identificados pelo acompanhamento das metas, as estimativas de tendência e esforço para seu cumprimento. Em relação à Meta 13, a taxa bruta de matrícula cresceu de 22,1% para 34,15%, o que representou um aumento de mais de 54% no indicador, e caso mantenha-se esta expectativa positiva nos próximos anos, será possível alcançar o objetivo dentro do prazo. Em relação à taxa líquida, mediante o crescimento permanente desde 2004, espera-se atingir a meta com antecedência de 3 anos, ou seja, em 2022 (IMB, 2017).

Contudo, a estimativa projetada na Figura 7 demonstra a impossibilidade em alcançar o resultado esperado dos 40% das novas matrículas serem realizadas na rede pública e um dos fatores responsáveis por esta incapacidade é a própria perspectiva de intensificação da ampliação da rede particular no ensino superior, vinculada à redução do investimento público no setor. Segundo os dados, o esforço para atingir a meta será 20% maior do que a tendência apresentada no período, sinalizando a incapacidade pela previsão em se conseguir expandir a participação das instituições públicas no ensino superior em Goiás. Sem um maior fomento governamental, atingir esta meta já pode ser considerado inexequível.

Figura 7 – Participação (%) da Rede Pública na Expansão do Ensino Superior em Goiás



Fonte: IMB (2017)

Nesse contexto, Sguissardi (2009) discute que a notória expansão do número de IES com fins lucrativos e de suas matrículas, bem como, a gradativa redução no investimento estatal em universidades públicas, representam as atuais e profundas mudanças no âmbito da educação

superior em nosso País, em que a relação entre o ensino público gratuito *versus* a mercantilização no ensino privado, insere-se como o dilema central.

Considerando o cenário positivo apresentado desde 2010, a tendência da Meta 14 era a de que alcançasse o percentual de 75% dos professores da Educação Superior com mestrado ou doutorado em 2018, 7 anos antes do prazo final. Em relação à quantidade de pelo menos 35% ter doutorado, a tendência também indica o cumprimento da meta antecipadamente em 2020, apresentando-se uma proporção de 50% de doutores em 2025 (IMB, 2017).

Em relação à Meta 15, por se tratar de um objetivo conceitual, o relatório do IMB analisou o histórico de repasses à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) e à UEG como forma de analisar quantitativamente o avanço no Sistema Estadual de Educação Superior em Goiás. No que diz respeito aos recursos da FAPEG entre 2010 a 2016, observou-se um aumento de 50% nos repasses à instituição, atingindo a cifra de 6,5 milhões de reais. Quanto à UEG, no mesmo período foram registrados aumentos e reduções de repasses, sendo o pico registrado em 2014 com cerca de 186 milhões de reais e, em contrapartida, pouco menos de 178 milhões em 2016. Apesar disso, a Instituição registrou um aumento total de 20% comparando-se os valores entre os anos de 2010 a 2016 (IMB, 2017).

Sem dúvida, é fundamental conhecer as diretrizes planejadas e estipuladas em Lei para o direcionamento das políticas públicas na gestão do Ensino Superior, que são e serão aplicadas no estado de Goiás. Além disso, se faz necessário acompanhar os indicadores de execução dos planos em busca da avaliação dos resultados em comparação com as estimativas projetadas. É com base neste acompanhamento que a gestão pública poderá verificar os pontos positivos e negativos, a fim de implantar a correção necessária ou o aprimoramento dos aspectos assertivos alcançados pela implantação das políticas públicas para o setor.

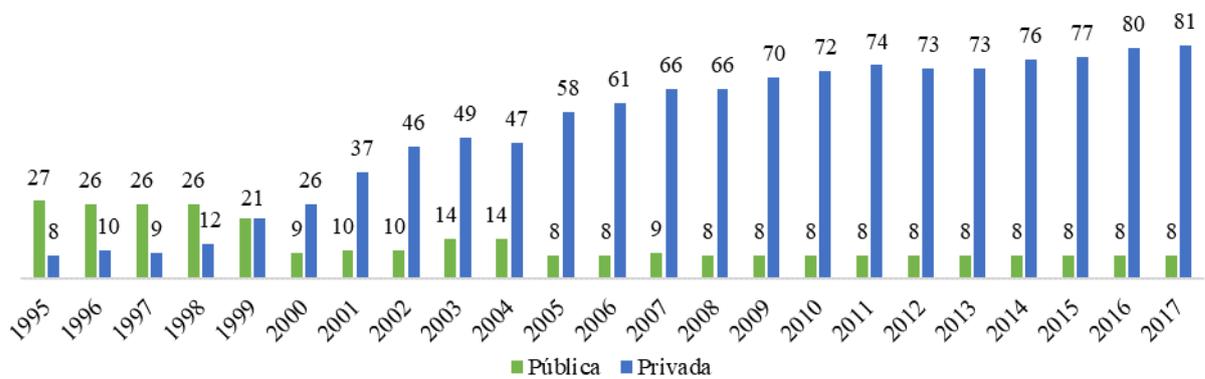
3.3 As Redes de Ensino Superior no Estado de Goiás

As Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas são responsáveis por oferecer os subsídios necessários à qualificação da mão de obra em nível técnico e superior. No estado de Goiás, destacam-se a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFG e IFGoiano) organizados em estruturas *multicampi*, além de quatro instituições municipais (Centro Universitário de Goiatuba; Centro Universitário de Mineiros; Faculdade de Anicuns e Centro Universitário de Rio Verde) e diversos estabelecimentos do setor privado. As IES tanto públicas quanto privadas estão distribuídas nos mais diversos municípios e contemplam todo o território goiano (IMB, 2019a).

Podemos observar os dados da Figura 8 e constatar que o atual panorama de expansão da rede privada de ensino superior demonstra-se evidente no estado, tendo apresentado um acentuado crescimento após o ano de 1999. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 especifica em seu Artigo 7º, a abertura da expansão do ensino superior não gratuito à iniciativa privada, mediante o cumprimento das normas nacionais para a educação, o autofinanciamento e avaliação de sua qualidade pelo poder público (BRASIL, 1996).

Segundo os dados da Figura 8, no ano de 1995 Goiás possuía apenas 8 IES na rede privada e 27 na rede pública, que era composta em sua grande maioria por instituições isoladas e mantidas pelo poder público estadual. Em 1999, a quantidade de IES públicas e privadas se iguala, com um total de 21 unidades cada, e a partir do ano 2000 as instituições particulares iniciaram um processo de expansão, distanciando-se consideravelmente em número, da quantidade de instituições públicas (INEP, 2018). Em parte, tal discrepância instaura-se em face à criação da UEG em 1999, que incorporou as diversas instituições estaduais antes isoladas entre si, sob a organização de uma estrutura *multicampi* com sede na cidade de Anápolis (UEG, 2019).

Figura 8 – Quantidade de instituições de ensino superior em Goiás



Fonte: INEP (2018)

É possível verificar a inversão em quantidade das instituições públicas e privadas, visto que em 1995 havia apenas 8 instituições privadas e a partir de 2008 o setor público estabilizou-se também com 8 IES. Em contrapartida à redução da rede pública, o setor privado expandiu-se anualmente, apresentando um crescimento total em 2017 de 912,5% em relação à 1995. Os anos com maior expansão da rede privada foram observados em 1999, com um crescimento de 75% em relação à 1998 e em 2001, com 42,31% de aumento no número de IES em comparação ao ano 2000. No período de 1995 a 2017, a taxa média de crescimento nas IES privadas foi de 12,45% ao ano.

Entretanto, esta assimetria em quantidade numérica de IES públicas e privadas em Goiás é diluída ao consideramos a quantidade de câmpus da UFG, UEG, IFG e IFGoiano

(Quadro 3), que levam ao interior do estado a possibilidade de acesso gratuito à formação educacional em nível de graduação e pós-graduação. Nesse aspecto, a UEG destaca-se como a instituição pública com o maior número de câmpus, distribuídos nas mais diversas localidades geográficas de Goiás.

Quadro 3 – Relação de IES e seus Câmpus na Rede Pública em Goiás

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG)		
01 Águas Lindas de Goiás	06 Goiânia	11 Luziânia
02 Anápolis	07 Goiânia Oeste	12 Senador Canedo
03 Aparecida de Goiânia	08 Inhumas	13 Uruaçu
04 Cidade de Goiás	09 Itumbiara	14 Valparaíso
05 Formosa	10 Jataí	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO (IFGOIANO)		
01 Campos Belos	06 Ipameri	11 Trindade
02 Catalão	07 Iporá	12 Urutaí
03 Ceres	08 Morrinhos	13 Polo de Inovação
04 Cristalina	09 Posse	
05 Hidrolândia	10 Rio Verde	
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)		
01 Regional Goiânia – Câmpus Colemar Natal e Silva	04 Regional Catalão	
02 Regional Goiânia – Câmpus Samambaia	05 Regional Goiás	
03 Regional Goiânia – Câmpus Aparecida de Goiânia	06 Regional Jataí	
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)		
01 Anápolis (CCSEH e CCET)	15 Ipameri	29 Pirenópolis
02 Anápolis (CEAR)	16 Iporá	30 Pires do Rio
03 Aparecida de Goiânia	17 Itaberaí	31 Porangatu
04 Caldas Novas	18 Itapuranga	32 Posse
05 Campos Belos	19 Itumbiara	33 Sanclerlândia
06 Ceres	20 Jaraguá	34 Santa Helena de Goiás
07 Crixás	21 Jataí	35 São Luís dos Montes Belos
08 Edéia	22 Jussara	36 São Miguel do Araguaia
09 Formosa	23 Luziânia	37 Senador Canedo
10 Goianésia	24 Minaçu	38 Silvânia
11 Goiânia (ESEFFEGO)	25 Mineiros	39 Quirinópolis
12 Goiânia (Laranjeiras)	26 Morrinhos	40 Trindade
13 Goiás (Cora Coralina)	27 Niquelândia	41 Uruaçu
14 Inhumas	28 Palmeiras de Goiás	
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS MUNICIPAIS		
01 Centro Universitário de Goiatuba	UNICERRADO	
02 Centro Universitário de Mineiros	UNIFIMES	
03 Faculdade de Anicuns	FA	
04 Centro Universitário de Rio Verde	UniRV	

Fonte: IFG (2019); IFGOIANO (2019); UFG (2019); UEG (2018; 2019); MEC (2019a)

Ao considerarmos a estrutura *multicampi*, a rede de ensino superior pública corresponde a um total de 78 IES com seus respectivos câmpus, o equivalente a um percentual

de 49% em relação ao total de instituições/câmpus presentes no estado de Goiás. Este percentual pode ser considerado alto para o ano de 2017, frente à política de privatização da educação em nível superior discutida por Sguissardi (2009).

É necessário levar em conta que a Constituição Federal de 1988 permite a cobrança do Ensino Superior para algumas instituições classificadas como públicas, como é caso das instituições criadas por lei estadual ou municipal. No Inciso IV do Artigo 206 é expressa a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”, todavia, o Artigo 242 especifica que “o princípio do Artigo 206, Inciso IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta Constituição, que não sejam totalmente ou preponderantemente mantidas com recursos públicos” (BRASIL, 1988).

Portanto, mesmo diante de ser classificadas como instituições públicas, a legislação brasileira não assegura a gratuidade na oferta do seu ensino, visto que a cobrança pelos cursos de graduação e pós-graduação nestas instituições assemelha-se aos moldes praticados pelas instituições particulares, inclusive com autorização do MEC em incluir a possibilidade de as autarquias de ensino superior estaduais e municipais aderirem ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) (MEC, 2018). Embora a gratuidade não seja obrigatória em todas as instituições públicas, podemos verificar a expressiva participação da rede pública para a promoção do acesso ao ensino superior em Goiás por intermédio de uma estrutura administrativa *multicampi* nas diversas regiões e municípios do estado.

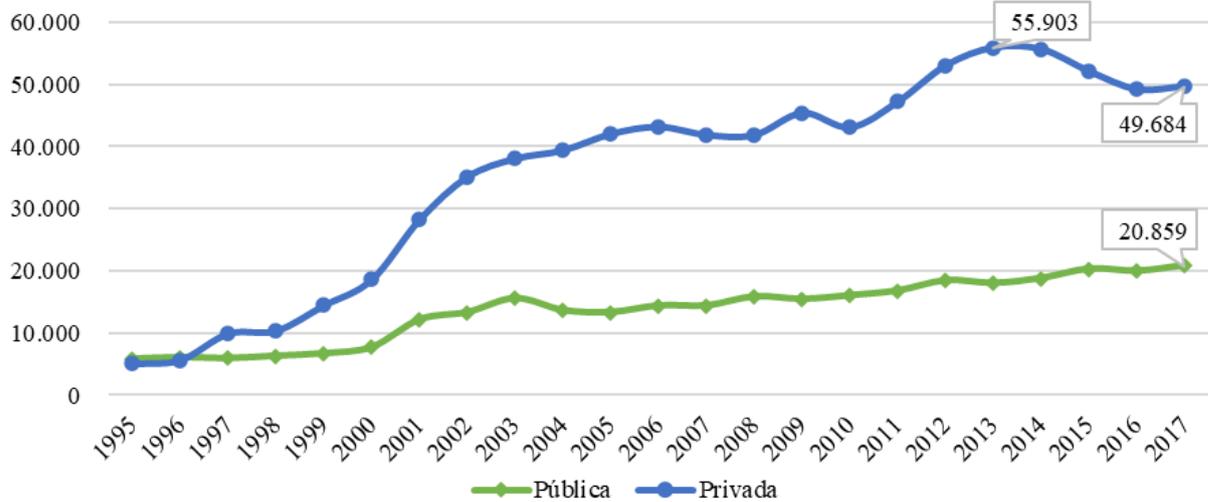
3.4 Relação de Ingressos, Matrículas e Concluintes nas IES em Goiás

Dentre os vários indicadores presentes nas Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior em nível de graduação divulgados pelo INEP desde 1995, podemos destacar como fontes primordiais para avaliação da conjectura e evolução histórica sobre as políticas públicas vinculadas à promoção, massificação e democratização do ensino superior, os dados a respeito da quantidade de ingressantes e concluintes nas redes pública e privada. Embora o Censo traga uma vasta gama de outros dados para avaliação, enfatizamos a conjectura apresentada nestes três indicadores, em busca da avaliação de um panorama histórico que caracteriza o estado de Goiás.

Partindo do pressuposto da avaliação na expansão do acesso ao Ensino Superior pela quantidade de matrículas anuais nos cursos de graduação, temos na Figura 9 os valores numéricos de novos estudantes nos cursos presenciais no estado. Nos dois primeiros anos, a quantidade era equivalente entre as instituições públicas e privadas, contudo, a partir de 1997

inicia-se um processo de distanciamento entre os valores com acentuado crescimento da rede particular a partir do ano de 2001 (INEP, 2018).

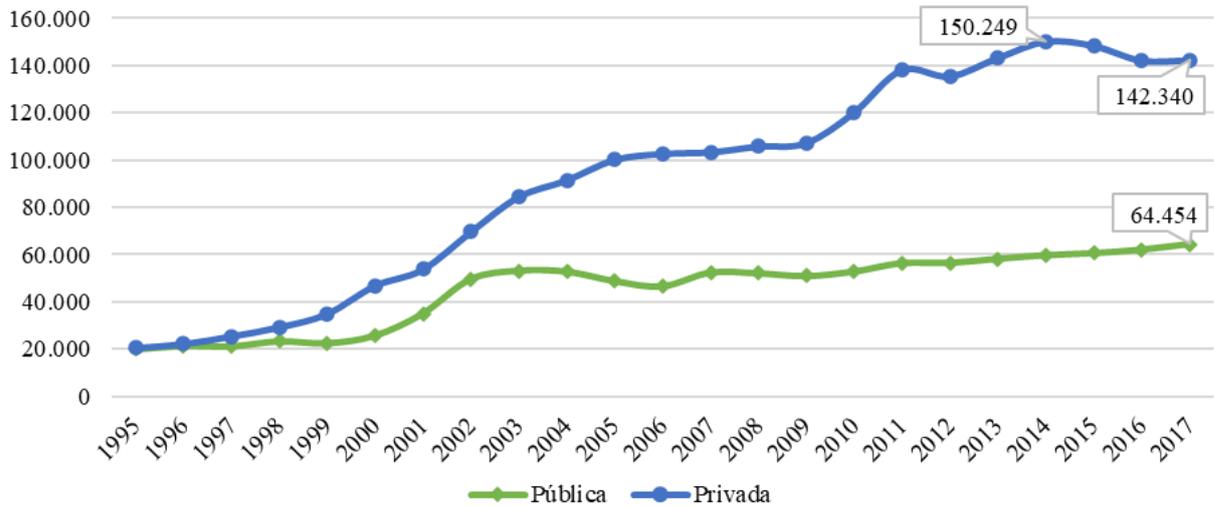
Figura 9 – Número Total de Ingressos nos Cursos de Graduação Presenciais em Goiás



Fonte: INEP (2018)

Além disso, no período analisado a média anual de ingressos na rede privada foi de 35.865 novos alunos, equivalente a um percentual aproximadamente 162% maior em comparação com a média da rede pública, de apenas 13.704 estudantes. Em relação ao crescimento total na rede pública verificamos um aumento de 260% na quantidade de ingressos em 2017 em comparação com o primeiro ano do Censo em 1995, por outro lado, na rede privada o crescimento total foi de oitocentos e setenta e oito por cento.

Quanto ao total de matrículas nos cursos de graduação presenciais, podemos observar os dados da Figura 10, que o crescente distanciamento em quantidade entre a rede pública e privada também teve início em 1997, sendo intensificado a partir do ano de 2003. Na rede pública verificamos que apesar de a quantidade de matrículas ser crescente, não houve uma expansão tão acentuada quanto a visualizada nas instituições particulares, apresentando em 2017 seu pico máximo com mais de 64 mil alunos. Na rede particular, o pico em quantidade foi dado em 2014, com cerca de 150 mil estudantes e embora em menor escala, comparando-se à redução apresentada nos ingressos (Figura 9), constatamos uma redução de 5,26% no total do ano 2017 em comparação ao número máximo de matrículas.

Figura 10 – Número Total de Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais em Goiás

Fonte: INEP (2018)

A quantidade média de matrículas por ano na rede pública foi de 45.532 alunos e 92.151 na rede privada, o que expressa a redução no percentual de disparidade entre as médias, visto que o distanciamento entre os ingressantes foi de 162% e o de matrículas apenas 102%. Assim, mesmo que a rede particular seja maior em número de instituições, esta assimetria também é amenizada por uma oferta de matrículas relativamente maior na rede pública.

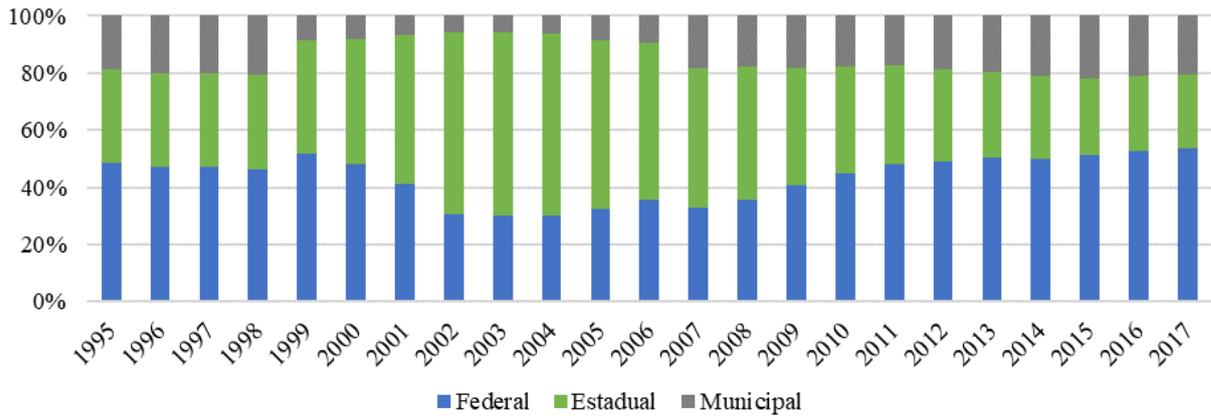
Por fim, no que diz respeito ao aumento total na quantidade de matrículas entre o primeiro e o último ano do Censo, o crescimento total nos cursos de graduação na rede pública foi de 222% em contraste com o aumento total de 589% na rede privada. Diante disso, é fato que as instituições privadas alcançaram uma maior parcela da população goiana, contribuindo para fomentar o Ensino Superior no estado, mesmo que de forma não gratuita.

Sob outra perspectiva, também é pertinente avaliar a distribuição das matrículas entre as instituições federais, estaduais e municipais no estado, visto que o acesso ao ensino superior gratuito só é obtido nas duas primeiras. Na Figura 11 disponibilizamos os percentuais de participação anual em relação ao total de matrículas na rede pública, apresentados por cada categoria administrativa. Podemos observar que em 1995, cerca de 49% das matrículas foram realizadas na rede federal, 33% na rede estadual e 19% na municipal, que se mantiveram relativamente estáveis até 1998.

Em 1999 a participação da rede municipal diminuiu para cerca de 8%, em face ao aumento nas matrículas no primeiro ano de fundação da UEG, que corresponderam a 40% das matrículas totais do ano na rede pública. A partir desse momento a UEG apresenta uma crescente expansão no número de matrículas na rede estadual, tendo seu ápice em 2003 com

34.113 estudantes, o correspondente a mais de 64% no total anual, superando em mais de duas vezes os 30% das matrículas efetivadas na rede federal.

Figura 11 – Proporção de Matrículas na Rede Pública em Goiás



Fonte: Elaboração do Autor (2019)

Contudo, a partir de 2005 a representatividade da UEG no cenário da educação pública em Goiás entra em declínio e em 2017, com 16.776 alunos matriculados, representa apenas 26% de participação nas matrículas da rede pública do estado, percentual 14% menor do que o apresentado em seu primeiro ano de criação. Os dados de 2017, também indicam que a rede municipal voltou a possuir cerca de 20% das matrículas e a rede federal absorveu a redução apresentada na rede estadual, encerrando o ano com mais da metade das matrículas.

Este resultado apresentado pela UEG pode ser considerado contraditório, à medida em que a instituição tem a maior quantidade de câmpus espalhados pelo território goiano. Supunha-se que os 41 câmpus da UEG tivessem um melhor resultado em comparação com as outras categorias administrativas, principalmente, em relação às 4 instituições municipais, que sozinhas em 2017 possuíam mais de 13 mil alunos, apenas 3 mil estudantes a menos, que pagam pelo acesso à graduação.

Em relação à grandiosa estrutura física, cabe contextualizar que a UEG já “nasceu” com uma ampla estrutura *multicampi* desde a sua criação, à medida que reuniu as 28 (vinte e oito) faculdades isoladas já existentes e mantidas pelo poder público estadual. Além disso, outro fator apontado para abertura de câmpus pela UEG, esteve imbricado com interesses político-partidários na gestão de Marconi Perillo em Goiás à promoção da interiorização no ensino superior como medida para o aumento na formação educacional em atendimento ao desenvolvimento técnico-econômico no interior do estado, fundamentado na política de acordos e conchavos eleitoreiros com os municípios goianos (SANTOS, 2020).

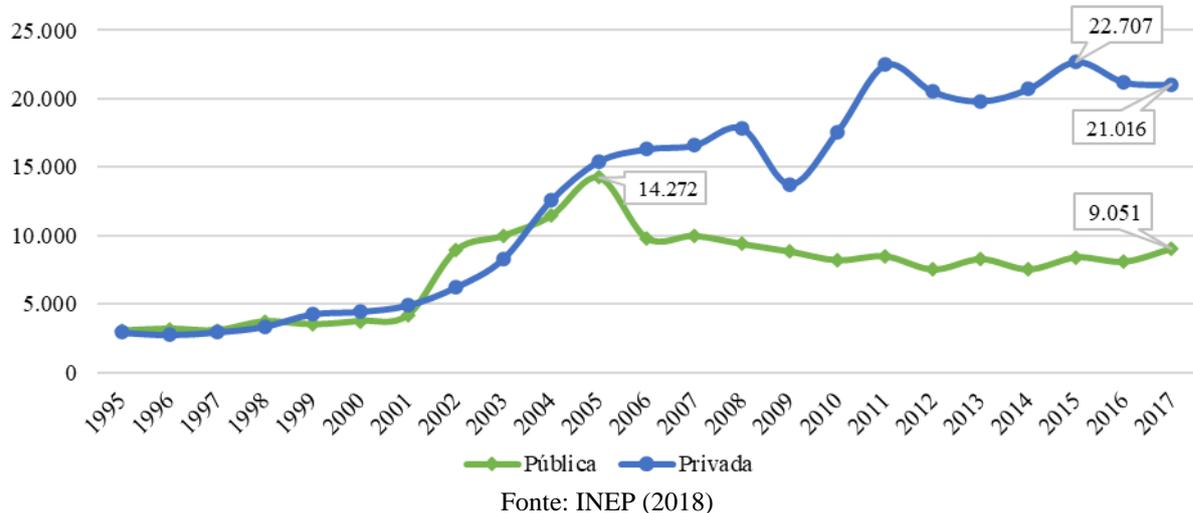
Em outra perspectiva, a política estadual de abertura quantitativa de câmpus está relacionada à necessidade atribuída à UEG para a formação educacional de professores em

Goiás, nos níveis básico, fundamental e médio, nas redes pública estadual e municipal, e, nas instituições privadas de ensino, por intermédio do Programa de Licenciatura Plena Parcelada (LPP) em nível de graduação nas mais diversas áreas do conhecimento (UEG, 2019b).

Assim, por intermédio de uma ampla cobertura regional, foi possível capacitar de forma pública e gratuita o corpo docente e suprir as demandas de formação acadêmica do estado. Em 2007 a UEG já atendia 240 municípios goianos com o oferecimento de 98 cursos de graduação em 22 áreas de conhecimento distintas, tendo o Programa LPP até o ano de 2005, formado 21.730 professores nos vários cursos de Pedagogia, Geografia, Biologia, Química, História, Matemática, Letras e Educação Física na Instituição (ARANTES, 2013). Podemos observar na Figura 11, que este é justamente o período de maior participação da UEG na rede pública estadual.

Em relação à quantidade de concluintes, por meio da observação dos dados da Figura 12 é possível afirmar que a dispersão não apresenta a mesma similaridade de crescimento se comparada ao ingresso, pois o distanciamento quantitativo entre as IES públicas e privadas é iniciado a partir do ano de 2006, além de uma redução em 2009. Nos anos de 2002 e 2003 foi a rede pública quem apresentou um maior número de graduados, com 2.689 mil e 1.698 concluintes a mais que a rede privada

Figura 12 – Número Total de Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais em Goiás

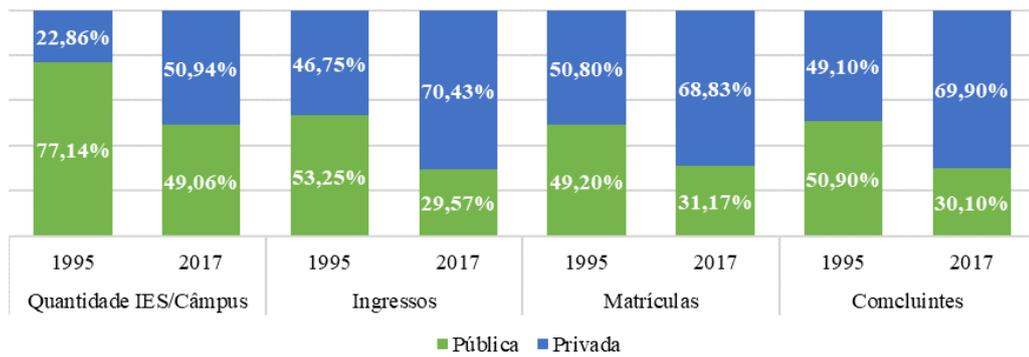


Podemos apontar que a rede pública no estado formou em 2005 mais de 14 mil graduados, apresentando uma redução de 36,58% em 2017. Na rede privada, os maiores picos foram registrados em 2011 e 2015 com 22.466 e 22.707 concluintes, entretanto, também constatamos uma redução quantitativa em 2017, equivalente a 7,4% em relação ao valor apresentado em 2015.

Sobre a média no período, cerca de 7.504 pessoas se graduaram anualmente na rede pública e 12.985 na particular. Além disso, no último ano a quantidade de concluintes graduados na rede privada foi 132,2% maior em relação do que o apresentado pela pública. Em relação ao crescimento quantitativo total de concluintes no período, observamos uma taxa mais elevada na rede privada, correspondente a um aumento de 618% entre o último e o primeiro ano do Censo, que representou apenas 198% na rede pública.

Por meio da comparação dos dados percentuais disponibilizados na Figura 13, é possível afirmar que no ano de 1995 – primeiro ano do censo elaborado pelo INEP – existia uma certa igualdade quantitativa de ingressos, matrículas e concluintes no âmbito das IES públicas e privadas. Todavia, a quantidade de IES privadas era significativamente menor do que a da rede pública, o que indicava que mesmo em menor número, as 8 IES privadas concentravam em poucas unidades, os mesmos resultados apresentados pelas 27 instituições públicas.

Figura 13 – Proporção entre a Quantidade de IES, Ingressos e Concluintes (1995 e 2017)



Fonte: Elaboração dos Autores (2019)

Em 2017, o cenário goiano mudou significativamente, pois as instituições públicas perdem o espaço em número frente à privatização do Ensino Superior, concentrando apenas 30% no número de ingressos, matrículas e concluintes. Ao considerarmos a estrutura *multicampi*, a rede pública consegue manter-se relativamente igual ao número de IES privadas, porém, a perda de resultados nos demais indicadores evidencia que a grande estrutura pública não possui os mesmos resultados em comparação à rede privada, o que indica uma estrutura física ociosa em produtividade. Por exemplo, os resultados dos indicadores apresentados pela UEG, que mesmo com seus 41 câmpus, possui uma taxa de matrículas em 2017 menor que a apresentada em sua criação nos anos 2000, além da proximidade na quantidade de suas matrículas, em relação à quantidade apresentada pelas 4 instituições municipais não gratuitas.

Ao tomarmos por base os resultados apresentados pelos indicadores “número de ingressos, matrículas e concluintes”, podemos constatar a expansão da rede privada em dados

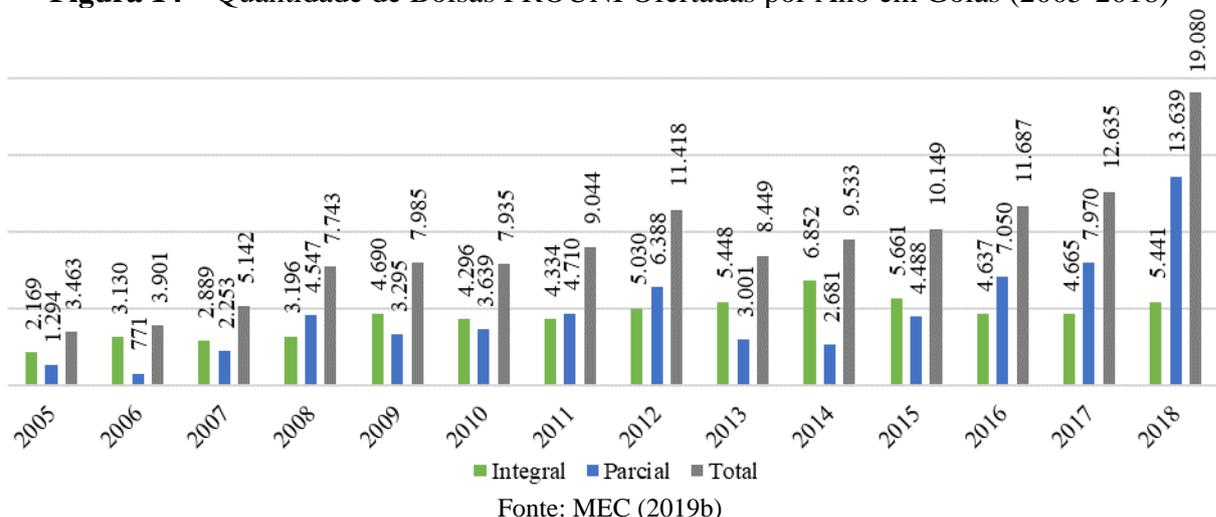
absolutos e percentuais, à medida em que a quantidade destas instituições também foi crescente na sociedade goiana (Figura 8). Os dados comprovam que a rede pública perdeu espaço no período, aumentando a mercantilização do Ensino Superior imposta pelo capitalismo, tendo por resultado a sua massificação, mas, sem assegurar a democratização do acesso para a parcela da população em situação de carência financeira, que necessita recorrer às instituições públicas e gratuitas, aos programas de financiamento estudantil, ou aos programas assistencialistas que concedem bolsas parciais e integrais de estudos na rede privada.

3.5 Os Programas de Democratização do Ensino Superior na Rede Privada em Goiás (PROUNI, FIES e Bolsa Universitária)

Conforme o exposto é inegável o panorama de crescimento numérico das instituições de ensino superior na iniciativa privada no estado de Goiás. Contudo, a garantia da promoção e democratização do acesso ao Ensino Superior, inclusive para a parcela da população que não possui condições financeiras para arcar com os custos da graduação, é extremamente necessária como política pública para fomentar o seu acesso e permanência.

Nessa direção, dentre os programas existentes em nosso País, destacamos o Programa Universidade para Todos (PROUNI) instituído como política pública em 2004 sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, que foi criado para viabilizar o acesso da população de baixa renda, por intermédio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais (50% ou 25%) em cursos de graduação e sequenciais de formação específica na rede de ensino superior da iniciativa privada (BRASIL, 2005). As informações contidas na Figura 14 nos possibilitam observar a evolução na concessão de bolsas do Programa no estado de Goiás desde sua implantação.

Figura 14 – Quantidade de Bolsas PROUNI Ofertadas por Ano em Goiás (2005-2018)



A maior quantidade de bolsas totais e parciais foi registrada no ano de 2018, com mais de 19 mil bolsas totais, das quais cerca de 13 mil disponibilizadas na modalidade parcial. Em relação às integrais, o pico em sua oferta registrou-se em 2014, com um quantitativo de mais de 6 mil benefícios. Em outro aspecto, a quantidade da oferta foi crescente entre os anos de 2005 a 2012, contudo, observamos uma redução de 26% em 2013, retomando-se o crescimento em sua oferta a partir de 2014. No período total do Programa, a média de concessão foi de 4.460 bolsas integrais e 4.695 parciais, além de um total médio de 9.155 bolsas anuais disponibilizadas à população de baixa renda em Goiás.

Além disso, em 8 dos 15 anos avaliados, a quantidade de bolsas integrais superou em média 1.714 unidades em relação às parciais. Contudo, quando as bolsas parciais são superiores, a média de disparidade é de 2.833 em relação às bolsas integrais. Além disso, podemos notar nos anos de 2016, 2017 e 2018 que a quantidade das bolsas parciais foi de 2.413, 3.305 e 8.198 bolsas a mais, respectivamente, em relação ao total das integrais. Isto indica o processo de redução na concessão de bolsas integrais, incumbindo ao aluno, a responsabilidade compartilhada pelo custeio de sua formação superior na rede particular.

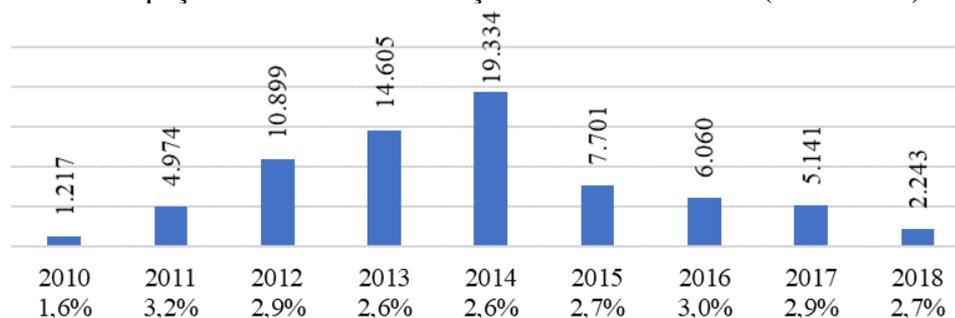
Em relação ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), programa vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, seu objetivo é proporcionar o financiamento dos estudos em instituições da rede não gratuita e fomentar a democratização do acesso ao Ensino Superior na rede privada (BRASIL, 2001). Nesta modalidade, a responsabilidade por arcar com os todos custos da graduação está sob a responsabilidade do próprio aluno, mediante o pagamento de juros à rede financiadora.

Para análise dos resultados do FIES diante da ausência de informações históricas no site do programa, protocolamos no dia 11 de setembro de 2019 uma manifestação via Lei de Acesso à Informação (LAI) sob nº 23480.020645/2019-27, no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), que é mantido pela Controladoria Geral da União. Na solicitação feita ao MEC e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), requeremos um relatório com a quantidade de novos contratos do FIES por ano e por estado, desde o ano 2000 a 2018. Obtivemos o retorno da solicitação apenas com informações do período de 2010 a 2018 (Figura 15). A disponibilização das informações foi concedida pela Coordenação de Normas, Sistemas e Inovação do Financiamento Estudantil (COSIS) no dia 7 de outubro de 2019.

Da quantidade total de 2.650.297 contratos celebrados no país, o estado de Goiás figurava na 11ª colocação com 2,72% do total nacional, o equivalente a 72.174 financiamentos

efetivados pelo FIES, ou seja, uma média de 8.019 contratos anuais. Entre os três primeiros colocados do ranking estão os estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, com 23,46%, 11,77% e 7,33% dos contratos totais nacionais respectivamente. Além disso, percebemos que a maior participação do estado de Goiás no programa de financiamento estudantil foi constatada em 2011, com 3,2% dos contratos totais no ano.

Figura 15 – Quantidade de Contratos FIES/Ano Celebrados em Goiás e Percentual de Participação do Estado em Relação ao Total Nacional (2010-2018)



Fonte: FNDE (2019)

Apontamos a acentuada expansão no aumento da concessão de financiamentos entre os anos de 2010 a 2014, que apresentou um pico de mais de 19 mil novos contratos, correspondente a um crescimento de 1.489%. Em contrapartida, os dados de 2018 indicaram uma acentuada diminuição nesta quantidade após o pico máximo de financiamentos no estado, equivalente a uma redução de 88,4% em comparação com o ano de 2014. Os resultados do FIES em Goiás indicam uma vertiginosa expansão nos financiamentos realizadas até o ano de 2014, seguida em oposição a uma queda brusca em seu quantitativo, evidenciando que o Programa não se consolidou no estado como ferramenta efetiva para o incremento do acesso ao Ensino Superior pela população de baixa renda na rede privada/não gratuita.

Destacamos o Programa Bolsa Universitária (PBU), criado em 1999 para fomentar o acesso da população de baixa renda na rede particular de ensino superior goiana, oferecido pela Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), que por meio da concessão de bolsas parciais e integrais em IES credenciadas, contribui para democratizar a oportunidade de formação em nível superior na ampla rede de IES privadas no estado.

Regulamentado pela Lei nº 17.405, de 6 de setembro de 2011 e pelo Decreto nº 8.039, de 28 de novembro de 2013, os principais objetivos do PBU são a inclusão dos estudantes sem recursos financeiros no ensino superior privado, bem como o incentivo para jovens e adultos continuarem ou retomarem aos estudos, na perspectiva de reduzir o índice de evasão escolar e contribuir com a formação profissional, necessária ao desenvolvimento do estado (GOIÁS, 2011; 2013). Em relação aos critérios para concessão do auxílio, as normas de cada modalidade são:

A bolsa parcial é destinada a estudantes com renda bruta familiar mensal de até seis salários mínimos. O benefício parcial ao bolsista ingressante é de 80% do valor da mensalidade com desconto de pontualidade limitado à R\$ 300,00 reais. Após o segundo semestre de recebimento do benefício o repasse será calculado conforme desempenho acadêmico do último semestre. O valor máximo da bolsa parcial é de R\$ 500,00 reais. A bolsa integral beneficia universitários com renda bruta familiar de até três salários mínimos. O programa paga o valor total da mensalidade, desde que não ultrapasse o teto de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais). Para manter a bolsa integral, o estudante precisa alcançar média de 8,0 (OVG, 2019b).

Devido à falta de informações históricas no site da instituição, também realizamos no dia 12 de setembro de 2019, uma solicitação via LAI sob o protocolo nº 2019.0912.214450-14, no Sistema de Ouvidoria do Estado de Goiás da Controladoria Geral do Estado (CGE), especificando a nossa necessidade de informações sobre o total anual de bolsas parciais e integrais do Programa Bolsa Universitária no período de 2000 a 2018, em quantidade e valor. A disponibilização das informações ocorreu no dia 14 de outubro de 2019 e contemplou os anos de 2003 até 2018, pois segundo justificado, os dados de períodos anteriores não se encontram digitalizados na base de dados da instituição.

Sob posse das informações (Tabela 4), pudemos verificar que o Programa oferecido pela OVG em Goiás, contribuiu significativamente para o acesso ao ensino superior, uma vez que mais de 22 mil bolsas integrais foram disponibilizadas entre os anos de 2012 a 2018, e cerca de 450 mil na modalidade parcial desde o ano 2003, período marcado pelo distanciamento entre a participação da rede privada e a rede pública de ensino superior no estado. Em valores, a OVG já investiu mais de 60 milhões em bolsas integrais e mais de 748 milhões em bolsas parciais, fomentando o acesso ao ensino superior para cerca de 506 mil estudantes em Goiás.

Tabela 4 – Histórico de Quantidade e Valores de Bolsas PBU (2003-2018)

Ano	Integral		Parcial		Total	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2003	-	-	16.670	8.039.058,32	16.670	8.039.058,32
2004	-	-	31.940	37.591.484,04	31.940	37.591.484,04
2005	-	-	36.147	39.050.555,25	36.147	39.050.555,25
2006	-	-	35.133	40.136.854,47	35.133	40.136.854,47
2007	-	-	25.270	28.353.618,63	25.270	28.353.618,63
2008	-	-	15.983	15.377.304,20	15.983	15.377.304,20
2009	-	-	20.692	20.170.980,95	20.692	20.170.980,95
2010	-	-	26.539	30.209.930,26	26.539	30.209.930,26
2011	-	-	13.598	30.017.294,77	13.598	30.017.294,77
2012	695	1.509.429,20	15.957	49.435.155,73	32.312	50.944.584,93
2013	3.205	6.004.664,18	18.798	58.391.418,66	19.303	64.396.082,84
2014	3.988	7.590.426,83	50.910	80.488.112,74	54.898	88.078.539,57
2015	2.840	6.325.347,29	24.611	74.489.359,03	47.051	80.814.706,32
2016	3.126	8.564.958,55	35.982	68.907.952,24	39.108	77.472.910,79
2017	3.922	12.817.600,82	37.169	76.451.963,10	41.091	89.269.563,92
2018	4.943	17.528.226,89	45.555	91.863.417,07	50.498	109.391.643,96
Total	22.719	60.340.653,76	450.954	748.974.459,46	506.233	809.315.113,22
Médias	1.419,94	3.771.290,86	28.184,63	46.810.903,72	31.639,56	50.582.194,58

Fonte: OVG (2019a)

Em relação às médias, o PBU evidencia uma concessão anual de bolsas de estudos para 1.419 estudantes na modalidade integral e mais de 28 mil na modalidade parcial. Além disso, a média investida na educação superior é de mais de 50 milhões e 500 mil reais, e o valor médio pago por bolsa no período foi de R\$ 1.598,70 reais. Acrescentamos que o investimento do Programa cresceu 1.261% no período, saltando de cerca de 8 milhões em 2003 para mais de 109 milhões em 2018.

Portanto, não é possível negar a importância do PBU oferecido pela OVG à população goiana, à medida que fomenta o custeio do ensino superior mesmo que na modalidade parcial, como incremento ao acesso de mais de 31 mil estudantes em média na rede privada, quantidade 246% vezes maior que a média de 9.155 bolsas anuais oferecidas pelo PROUNI. Frente a expansão da rede privada, ambos os programas são fundamentais para a promoção do acesso à população de baixa renda na rede privada de ensino superior.

4 A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS: INDICADORES QUANTITATIVOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO, HUMANOS E SOCIAIS

A Universidade Estadual de Goiás foi criada em 16 de abril de 1999 pela Lei nº 13.456, sob a proposta de levar o ensino superior público e gratuito ao interior do Estado de Goiás. Nesse processo, unificou-se sob a tutela de uma única Instituição com sede em Anápolis, as 13 faculdades espalhadas no estado, que eram geridas de forma isolada pelo poder público. Sua estrutura organizacional *multicampi* possibilitou à população goiana ingressar na qualificação técnica e científica nos níveis de graduação e pós-graduação de forma pública, democrática, gratuita e com qualidade em todo o território goiano, à medida que seus 41 câmpus estão presentes nas cinco Mesorregiões do Estado de Goiás. Assim, além de levar a formação acadêmica, a Universidade também insere o contexto das características e especificidades regionais em seu programa de ensino, pesquisa e extensão (UEG, 2019b).

Desde seu nascimento, a missão da UEG é “produzir e socializar o conhecimento científico e o saber, além de desenvolver a cultura e a formação integral de profissionais e indivíduos capazes de se inserirem criticamente na sociedade e promoverem a transformação da realidade socioeconômica do Estado de Goiás e do país” (UEG, 2019b). Logo em sua origem, incumbiu-se à Instituição a responsabilidade de qualificar o corpo docente do nível básico, fundamental e médio, formado por milhares de professores na rede pública estadual e municipal, além das instituições privadas de ensino, por intermédio do Programa de Licenciatura Plena Parcelada (LPP) em nível de graduação nas mais diversas áreas do conhecimento (UEG, 2019b). Até o ano de 2018, a Instituição demonstrava e consolidava a sua importância na formação educacional em nível superior, à medida que já expediu mais de 97 mil diplomas no estado (UEG, 2018b).

Em 2020 a UEG completa 21 anos de sua criação e nada mais pertinente do que avaliar os resultados institucionais auferidos em suas duas décadas de existência. Sem sombra de dúvida, mensurar e analisar os resultados passados, é fundamental para o conhecimento da realidade atual apresentada na gestão pública da instituição, no diagnóstico das medidas corretivas necessárias para reparar desvios identificados, bem como em face ao planejamento das ações futuras a serem implantadas na condução da Universidade. Além disso, por se tratar de uma instituição mantida por recursos públicos, a transparência na condução e disseminação dos resultados auferidos pela UEG, além da imposição legal, representa uma obrigação com a sociedade goiana, que provém pela arreação tributária os recursos financeiros necessários à sua manutenção.

Nesse contexto, a utilização dos indicadores quantitativos para monitoramento do desempenho institucional, possibilita a compilação dos dados históricos resultantes do processo de gerenciamento, bem como a análise do atual microcenário interno apresentando, fundamental para a compreensão da gestão na UEG de forma holística. Portanto, no presente capítulo, trataremos em um primeiro momento acerca da avaliação nos indicadores de transparência, com destaque a observância da Lei de Acesso à Informação (LAI) e, em seguida, quanto aos indicadores vinculados aos impactos sociais e humanos nas relações da Instituição com os indivíduos do corpo funcional e estudantil da Universidade.

4.1 Indicadores de Transparência

Uma das principais ferramentas disponíveis para acesso e promoção da transparência institucional da UEG é a página da web “Acesso à Informação” no site da instituição. Nela é possível ao cidadão acessar as informações produzidas e/ou custodiadas pela Universidade Estadual de Goiás, em face ao direito constitucional a transparência das informações segundo a Lei Federal nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), pela Lei Estadual nº 18.025/2013 e pelos decretos nº 7.904/2013. No Quadro 4 são apresentados os tópicos disponíveis para consulta.

Quadro 4 – Indicadores Disponíveis para Acesso à Informação

Informações Gerais UEG	Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)	Perguntas e Respostas Frequentes da Sociedade
<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura organizacional • Competências • Legislação aplicável • Cargos e seus ocupantes • Telefones, endereços e horários de atendimento • Carta de serviços ao usuário • Agenda de autoridades 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento presencial - unidades do Vapt Vupt disponíveis • Atendimento presencial – Ouvidoria • Atendimento eletrônico • Autoridade de monitoramento da aplicação da Lei • Classificação das informações sigilosas • Relatórios estatísticos de pedidos de acesso à informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Sobre o acesso à informação • Sobre o vestibular/formas de ingresso • Sobre como trabalhar como fiscal de provas • Sobre os cursos e os câmpus • Sobre a graduação • Sobre a pesquisa, pós-graduação e a iniciação científica e tecnológica • Sobre a extensão, cultura e assuntos estudantis • Sobre a gestão de pessoas • Sobre a biblioteca
Orçamento UEG	Receitas UEG	Despesas UEG
<ul style="list-style-type: none"> • Execução orçamentária • Bens móveis • Bens imóveis • Lei Diretrizes Orçamentárias (LDO) • Lei Orçamentária Anual (LOA) • Orçamento geral do Estado • Plano Plurianual PPA 	<ul style="list-style-type: none"> • Receita prevista/realizada 	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas • Empenhos • Restos à pagar • Gastos com publicidade e propaganda
Programas, Projetos, Ações, Obras e Atividades UEG	Licitações / Contratos UEG	Termos, Acordos, Convênios e Parcerias UEG
<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento dos programas e ações sob responsabilidade da UEG no PPA 	<ul style="list-style-type: none"> • Licitações em andamento • Licitações concluídas • Contratos • Comprasnet 	<ul style="list-style-type: none"> • Convênios
Pessoal UEG	Prestação de Contas	Dados Abertos

<ul style="list-style-type: none"> • Servidores (ativos) • Pensionistas/aposentados (inativos) • Quantitativo de cargos • Diárias 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo de Goiás • Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Relatórios • Audiências públicas • Balanços contábeis • Relatório de gestão 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo de Goiás • Dados Abertos • Portal da Transparência
---	---	--

Fonte: UEG (2020a)

Vale ressaltar que as todas as informações são disponibilizadas de forma *on-line*, e são de responsabilidade da Controladoria Geral do Estado de Goiás (CGE), bem como dos órgãos responsáveis, os quais são apresentados por intermédio do Portal da Transparência na página da web: <<http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/origem-dos-dados>>. Os dados são extraídos de duas fontes:

A fonte primária de pesquisa são os sistemas corporativos do governo estadual, tais como:

- Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SIOFINET;
- Sistema Eletrônico de Administração de Compras – COMPRASNET;
- Sistema de Folha de Pagamento do Estado – RHNET;
- Sistema de Contratos – SCO;
- Sistema de Planejamento e Monitoramento do Plano Plurianual – SIPLAM;
- Sistema de Contabilidade Pública – SCP;
- Sistema de Elaboração Orçamentária – SEONET;
- Sistema de Patrimônio;
- Sistema de Arrecadação de Receitas Estaduais – SARE;
- Sistema de Convênios;
- Sistema de Diárias;
- E Outros.

As demais informações divulgadas no sítio são atualizadas sazonalmente pelos órgãos responsáveis pela manutenção dos sistemas (CGE, 2020a).

Contudo, é importante destacar que as informações disponíveis se encontram em sua natureza pura, ou seja, na representação dos registros de dados insolados e históricos, sejam eles numéricos, categóricos, textuais ou em datas. Portanto, cabe ao receptor, neste caso as pessoas interessadas em buscar uma determinada informação, a responsabilidade de organizar, resumir, associar e interpretar os dados que estão disponíveis na plataforma.

Os dados podem não ser convertidos em informações úteis, à medida que cabe ao próprio interessado fazer sua compilação e interpretação. Com isso, mesmo que os conhecimentos possam ser obtidos, ele não é de fácil acesso e interpretação à sociedade em geral, a qual necessita de relatórios compilados e prontos para sua compreensão. Portanto, apresentar os dados de forma isolada em si, pode não garantir a devida transparência à sociedade em relação a real situação apresentada pelo órgão/entidade.

Além de disponibilizar a plataforma *on-line* para consulta dos dados, a UEG também produz relatórios técnicos que compilam e convertem a base de informações em informes institucionais, apresentando um panorama interpretativo da situação real apresentada pela instituição. Os principais relatórios são:

Quadro 5 – Relatórios Institucionais e de Gestão da UEG

Relatórios	Ano	Link para Acesso
Relatório de situação e resultados de gestão	2012-2018	http://cdn.ueg.edu.br/source/universidade_estadual_de_goias_306/noticias/49098/Relatorio_de_Gestao.pdf
Relatório Institucional	2012	http://cdn.ueg.edu.br/source/ueg/conteudoN/4550/relatorio_iii_reviso_final3_27novembro2013.pdf
Relatório Institucional	2013	http://cdn.ueg.edu.br/arquivos/ueg/noticias/19605/Relatorio_Institucional_2013_Completo.pdf
Relatório Institucional	2014	http://cdn.ueg.edu.br/source/ueg/conteudoN/4550/Relatorio_Institucional_2014_digital.pdf
Relatório de Atividades Institucionais da UEG	2015	http://cdn.ueg.edu.br/source/ueg_19/conteudoN/6671/Relatorio_Gesto_2015_completo_reduzido.pdf
UEG em dados	2014	www.ueg.br/exec/revista/?funcao=visualizar&variavel=22
UEG em dados	2016	www.ueg.br/exec/revista/?funcao=visualizar&variavel=29
UEG em dados	2017	www.ueg.br/exec/revista/?funcao=visualizar&variavel=35
UEG em dados	2018	www.ueg.br/exec/revista/?funcao=visualizar&variavel=37
Apresentação Universidade Estadual de Goiás	2019	www.ueg.br/exec/revista/?funcao=visualizar&variavel=43
Relatórios de Autoavaliação	2005 a 2018	www.avaliacaoinstitucional.ueg.br/conteudo/7172_relatorios
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional	2010 - 2019	www.avaliacaoinstitucional.ueg.br/conteudo/15206_pdi

Fonte: Elaborado pelo Autor (2020)

Podemos observar diante da quantidade de relatórios técnicos institucionais e de gestão já elaborados pela UEG, a falta de padronização em sua estrutura de construção e na concepção das informações utilizadas, inclusive pela elaboração de diferentes relatórios que abrangem um mesmo período de tempo. É o caso do Relatório Institucional e o UEG em Dados, ambos elaborados para o exercício de 2014.

Nesse aspecto, é prudente salientar que a padronização dos relatórios é fundamental em face a mudança de gestão, com o intuito da comparação entre os resultados dos períodos. Quando são adotados critérios convencionais métricos para análise da gestão e resultados, a postura de análise adotada pela instituição não seguirá a postura do gestor em si, mas sim, em busca de atender as necessidades de informação da instituição como um todo. Isto garante que os indicadores sejam acompanhados uniformemente ao longo do tempo e, assim, vislumbrar a real situação de desenvolvimento apresentada.

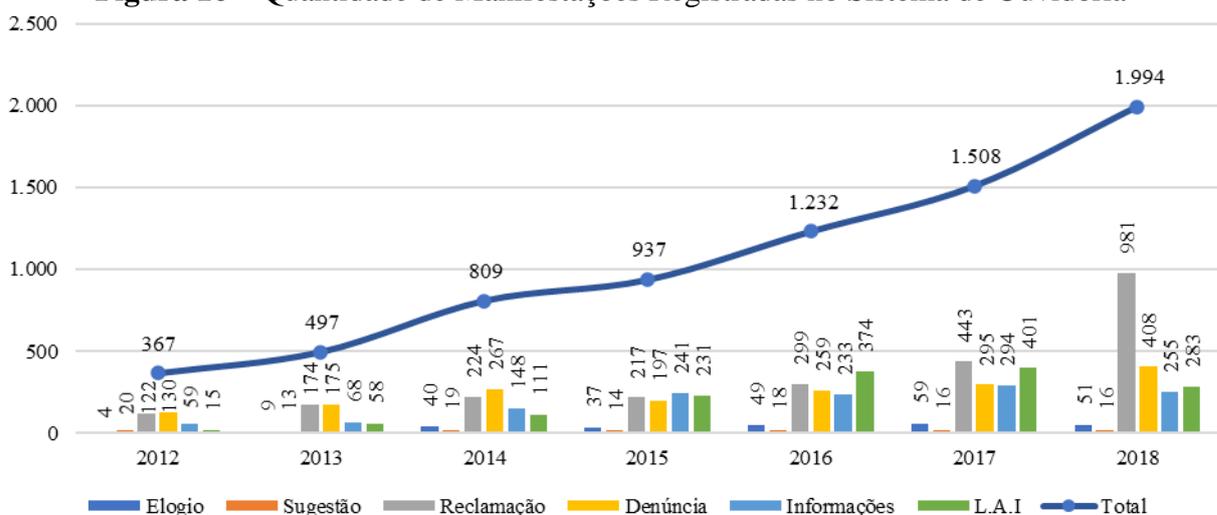
Em relação aos relatórios disponíveis, os que mais se assemelham à utilização de indicadores quantitativos para avaliação da gestão institucional é o ‘UEG em Dados’ em âmbito anual e o ‘Relatório de Situação e Resultados de Gestão 2012-2018’, que apresentam uma perspectiva histórica de maior abrangência. Contudo, esses informativos não estão padronizados entre si, à medida que não seguem uma estrutura fixa de avaliação com indicadores quantitativos para análise do desempenho Institucional ao longo do tempo.

Dessa forma, urge a necessidade de a instituição adotar um posicionamento padronizado para elaboração de seus relatórios técnicos de análise e avaliação institucional, que perpassem os preceitos do gestor e insiram-se como política interna de forma fixa e contínua. Somente assim, poderemos compilar os resultados apresentados e analisados em um panorama histórico, capaz de avaliar a situação concreta da sustentabilidade organizacional. Cabe à própria Instituição realizar este diálogo aberto e transparente da sua situação e gestão com a sociedade em geral.

Um dos principais meios disponíveis para a comunicação entre as informações públicas e a sociedade em geral é o Sistema de Ouvidoria, mantido pela Controladoria Geral do Estado de Goiás, que consolida em um único portal todas as ouvidorias dos órgãos públicos, disponível via: <<http://www.cge.go.gov.br/ouvidoria/>>. Pelo sistema, é possível ao cidadão interagir com o Estado, seja por meio de um elogio, reclamação, solicitação, denúncia, sugestão, ou pedido de informação segundo a LAI.

Além disso, pelo site também é possível acompanhar os relatórios estatísticos de gestão das Manifestações Registradas no Sistema de Ouvidoria. Na Figura 16 encontramos o histórico de manifestações direcionada a UEG desde o ano 2012. Nestes 7 anos, o tipo de manifestação mais acessado foi ‘reclamação’, com 33,5% de todas as manifestações no período e média de 351 solicitações por ano, seguido de ‘denúncia’ com 23,6% e média de 247, ‘LAI’ com 20,1% e 210, ‘informação’ como 17,7% e 185, ‘elogio’ com 3,4% e 36, e por último ‘sugestão’ com 1,6% e média de 17 manifestações anuais.

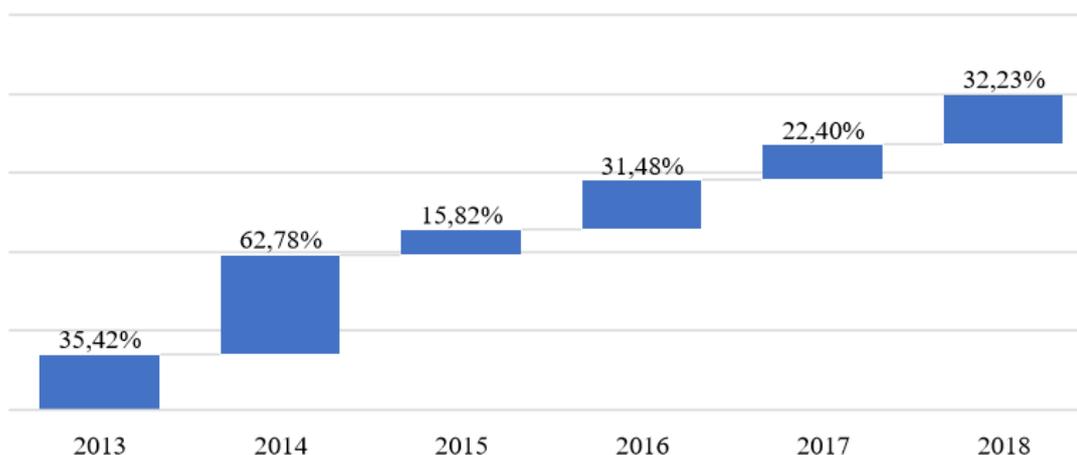
Figura 16 – Quantidade de Manifestações Registradas no Sistema de Ouvidoria



Fonte: CGE (2020b)

No *ranking*¹² geral de manifestações dos 35 órgãos com maiores quantidades de solicitações em Goiás, a UEG se encontra na 7ª posição, precedida de: 1º SEAD; 2º IPASGO; 3º DETRAN; 4º SEDUC; 5º Secretaria da Economia (antiga SEFAZ); e 6º SSP. Podemos evidenciar a expressiva participação quantitativa da UEG pelo crescimento na quantidade de manifestações ao longo do período analisado (Figura 17). Em 2018, o número de solicitações quintuplicou em relação a 2012, apresentando um aumento de 1.627%. A média de crescimento anual foi de 33,36% nas solicitações em relação ao ano anterior. Além disso, 2014 foi o ano com maior crescimento, expressivos 62,78%, e 2015 com o menor, 15,82%. De modo geral, podemos observar que este canal de comunicação entre a instituição e a sociedade está sendo mais utilizado pela comunidade em geral, o que representa um importante avanço na transparência das informações à população interessada.

Figura 17 – Aumento na Quantidade de Solicitações em Relação ao Ano Anterior (%)



Fonte: Adaptado de CGE (2020b)

Outro aspecto importante em relação às manifestações na ouvidoria, é o prazo de resposta estabelecido pela LAI. Segundo Lei, o órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível, e não sendo possível conceder o acesso imediato, a resposta ao pedido deverá ser entregue em prazo não superior a 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa o requerente (BRASIL, 2011).

Na Tabela 5 podemos visualizar o prazo médio de finalização anual por tipo de manifestação. A média geral de atendimento da UEG entre os anos de 2012 a 2018 foi de 10 dias, e em 2014 foi apresentado o menor tempo de atendimento, cerca de 4 dias. A média anual mais alta, de 14 dias para finalização, se repetiu nos anos de 2012, 2017 e 2018. Em relação ao tipo, a média anual de atendimento mais rápido foi a ‘sugestão’ com 8 dias, ‘elogio’ e ‘LAI’

¹² Posição no *ranking* apresentada no dia 24/03/2020 às 14:42hs. Disponível em: <http://www.cge.go.gov.br/painel/dashboard_ouvidoria.php>.

com 9 dias, pedidos de ‘informações’ com 10 dias, ‘reclamação’ com 11, e por último, ‘denúncia’ em 15 dias.

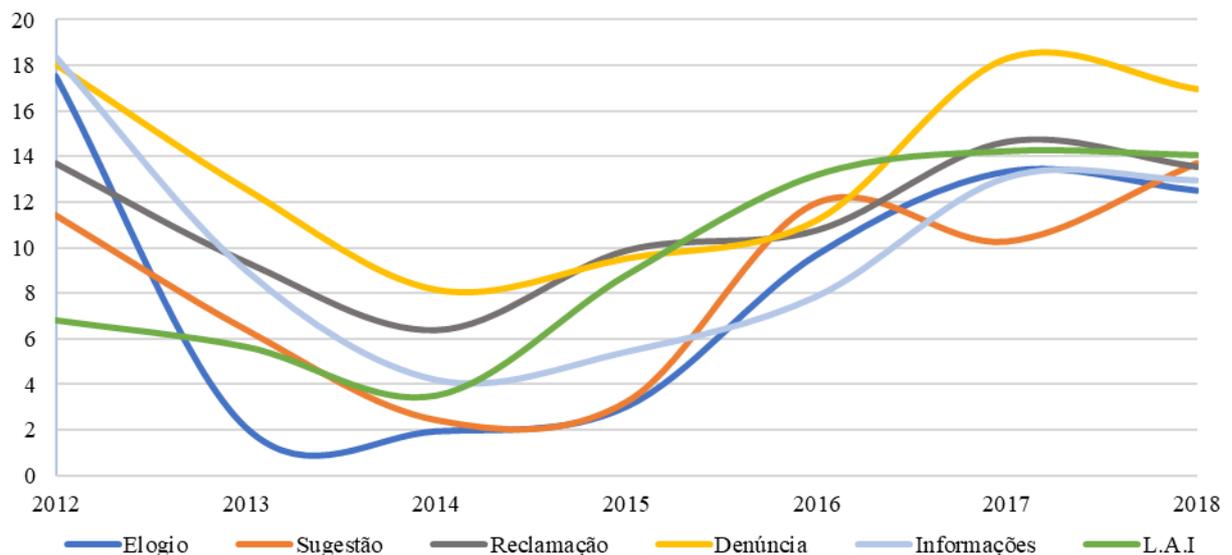
Tabela 5 – Prazo Médio de Finalização Anual (dias)

Tipo	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Média
Elogio	18	2	2	3	10	13	12	9
Sugestão	11	6	2	3	12	10	14	8
Reclamação	14	9	6	10	11	15	14	11
Denúncia	18	13	8	10	11	18	17	14
Informações	18	9	4	5	8	13	13	10
LAI	7	6	4	9	13	14	14	9
Média Anual	14	8	4	7	11	14	14	10

Fonte: CGE (2020b)

Também podemos observar pela Figura 18 que os prazos médios de atendimento iniciaram em alta em 2012, principalmente os itens ‘elogio’, ‘informações’ e ‘denúncia’. Em 2013, observamos uma redução abrupta no prazo médio e de todos os tipos de atendimento, o qual passa a aumentar a partir de 2014. Podemos associar a este aumento no prazo médio anual, ao aumento na quantidade das solicitações, o qual apresentou um crescimento anual médio de 33,36%, conforme discutido anteriormente. Contudo, as médias indicam que a UEG consegue cumprir o prazo estipulado pela Lei.

Figura 18 – Prazo Médio Anual (em dias) de Finalização das Solicitações na Ouvidoria

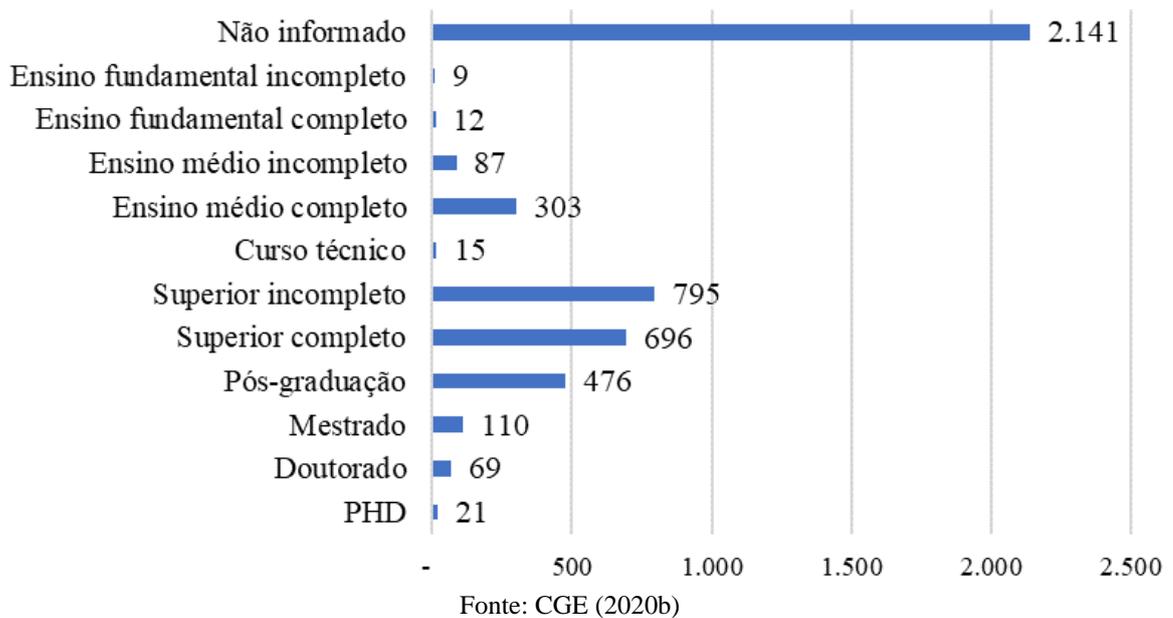


Fonte: CGE (2020b)

A partir de janeiro de 2016, o sistema da Ouvidoria começou a registrar os dados acerca do perfil do manifestante. Pela inclusão do campo escolaridade, é possível observar na Figura 19, que a maioria dos solicitantes da UEG, ou seja, 45,23% não informou um nível de escolaridade. Isto não necessariamente indica que o indivíduo não tenha nenhum grau de formação educacional formal, apenas evidencia que a maioria não insere esta informação, a

qual não é obrigatória para a realização da solicitação. Em relação aos que informam, a maioria possui curso superior completo, ou seja 16,79%, provavelmente oriundos do próprio corpo de alunos da instituição, os quais podem enviar suas demandas pelo sistema público do estado. Em segundo lugar, a maior quantidade de solicitações é oriunda de indivíduos com ensino superior completo, representando 14,7%, e em terceiro, com pós-graduação, um total de 10,05% das solicitações.

Figura 19 – Perfil de Escolaridade do Manifestante



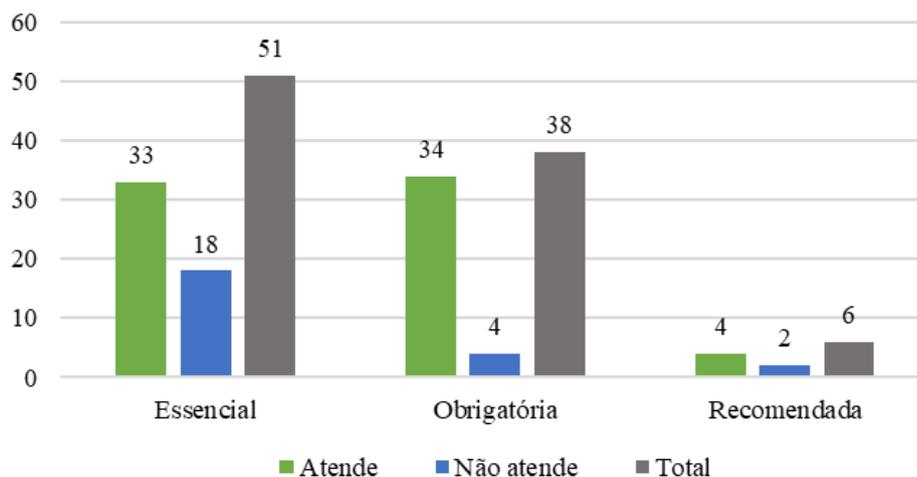
Entre os meses de abril e setembro de 2019, o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) realizou o 1º ciclo de avaliação da transparência nos sites oficiais de cada órgão e entidades públicas no Estado de Goiás. O estudo realizado por meio de pesquisas nos portais da transparência, utilizou a metodologia estabelecida na Resolução nº 9/2018 da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON). Para a análise, foram estabelecidos critérios segundo sua classificação em: essenciais, obrigatórios e recomendados, conforme Figura 20 (TCE, 2020b).

Ao todo, o estudo avaliou 53 portais, os quais apresentaram um índice geral de transparência de 53,3%. As maiores pontuações foram, em primeiro lugar do próprio TCE com 78,5%, e do Ministério Público Estadual, com 73,1%. Em terceiro lugar, a UEG destacou-se com um índice de transparência de 72%, seguido em 4º lugar pela agência de Fomento de Goiás, com 70,9% e pela Secretaria de Estado da Saúde, em 5º com 70,2%.

Figura 20 – Classificação dos Critérios de Avaliação da Transparência

Fonte: TCE (2020a)

Tal resultado aponta para uma excelente colocação da UEG frente aos outros 50 portais no estado, e indica uma boa gestão de transparência na publicidade de suas informações à sociedade em geral. Podemos analisar na Figura 21, o índice de atendimento por critérios de classificação da pesquisa. Nos itens essenciais, a UEG apresentou 65% de cumprimento, 89% nos obrigatórios, e 67% nos recomendados.

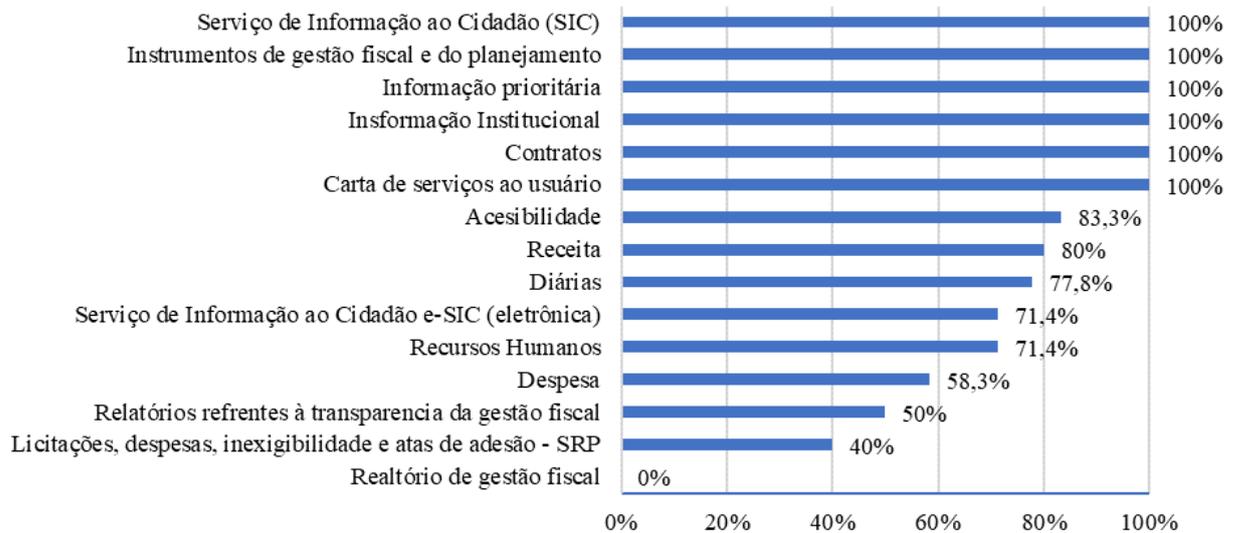
Figura 21 – Relação de Cumprimento por Classificação dos Critérios da Pesquisa

Fonte: Adaptado de TCE (2020b)

Podemos observar na Figura 22, que dentre os 15 grupos avaliados, a UEG atingiu 100% de atendimento em 6 critérios e em outros 5 possui mais de 70% de cumprimento da

transparência. Entretanto, o item Relatório de Gestão Fiscal foi avaliado com 0% de atendimento, indicando a necessidade urgente de transparência neste quesito. Além disso, os dados acerca de Licitações, despesas, inexigibilidade e atas de adesão, também merecem uma maior publicidade, visto que não atingiu nem a metade do que é exigido, apenas 40%.

Figura 22 – Distribuição por Grupos de Critérios Atendidos



Fonte: TCE (2020b)

Contudo, mesmo diante do bom desempenho da UEG no estudo, é prudente considerar que ainda faltam ser atingidos 24 itens que não são cumpridos, dos quais 18 são essenciais, 4 obrigatórios e 2 recomendados. No Quadro 6 são detalhados todos os critérios que não foram atendidos.

Quadro 6 – Detalhamento dos Critérios de Avaliação não Atendidos pela UEG

Agrupamento	Critério	Exigibilidade
Acessibilidade	Teclas de atalho	Obrigatória
Despesa	Apresenta informações sobre transferências realizadas com indicação da data do repasse	Essencial
	Apresenta informações sobre transferências realizadas com indicação de beneficiário	Essencial
	Apresenta informações sobre transferências realizadas com indicação do valor concedido	Essencial
	Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte de recursos	Essencial
	Procedimento licitatório, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade	Essencial
Diárias	Número de diárias usufruídas por afastamento	Essencial
	Tabela ou relação que explicita os valores das diárias dentro do estado, fora do estado e fora do país, conforme legislação local	Essencial
Licitações, dispensas, inexigibilidades e atas de adesão - SRP	Existência de histórico de informações (pelo menos 3 anos)	Essencial
	Existência de informações atualizadas (do ano da pesquisa)	Essencial
	Íntegra da Ata de Adesão - SRP	Essencial
	Íntegra das Dispensas	Essencial
	Íntegra das Inexigibilidades	Essencial
	Íntegra dos editais de licitação	Essencial

Receita	Apresenta informações sobre transferências federais, estaduais e municipais com indicação da data do repasse Previsão dos valores da receita	Essencial Essencial
Recursos humanos	Tabela com o padrão remuneratório de cargos e funções Indicação da lotação de cada servidor	Essencial Recomendada
Relatório de gestão fiscal	Publica o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 6 meses Existência de histórico das informações (pelo menos 3 anos)	Essencial Obrigatória
Relatórios referentes à transparência da gestão fiscal	Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 6 meses Existência de histórico das informações (três anos)	Essencial Obrigatória
Serviço de Informação ao Cidadão e-SIC	Existe rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses Instrumento normativo local que regule a LAI	Obrigatória Recomendada

Fonte: Adaptado de TCE (2020b)

Salientamos que nenhum dos critérios relacionados à gestão fiscal foi atendido, são itens essenciais e obrigatórios, principalmente, em face a transparência da gestão e aplicação dos recursos financeiros da instituição. Nota-se também que o estudo não encontrou um relatório resumido da Execução Orçamentária, o qual seria fundamental para o acompanhamento e visualização sobre as receitas e despesas da Instituição.

4.2 Indicadores do Corpo Funcional

Na Tabela 6 são apresentadas as quantidades de servidores totais (administrativo e docentes) no corpo funcional da UEG no mês de dezembro, para os anos de 2010 a 2018, conforme dados da Folha de Pagamento por Cargos e Tipos de Vínculo. Pelos números, podemos observar a redução na quantidade total de servidores, que em 2018 apresentou o menor quantitativo total no período. A variação anual da redução/aumento no número de servidores foi de respectivamente: -4,31% em 2011, -2,35% em 2012, +23,11% em 2013, +15,69% em 2014, -3,78% em 2015, +5,05 em 2016, -7,86% em 2017 e -26,22% em 2018.

Tabela 6 – Quantidade de Servidores no Corpo Funcional por Ano

Tipo de Vínculo	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Temporário	2.948	2.738	2.509	2.682	2.757	2.355	2.078	1.862	1.785
Efetivo	923	917	1.017	1.001	975	1.084	1.224	1.506	1.472
Aposentado/Pensionista	177	193	210	216	221	227	237	252	272
Sem vínculo	-	-	-	749	1.429	1.593	1.996	1.466	200
Comissionado	99	98	105	98	121	69	70	62	61
Estagiário	23	42	53	49	45	9	2	16	13
Requisitado	2	4	4	4	4	5	5	7	12
Total	4.172	3.992	3.898	4.799	5.552	5.342	5.612	5.171	3.815

Fonte: CGE (2019a)

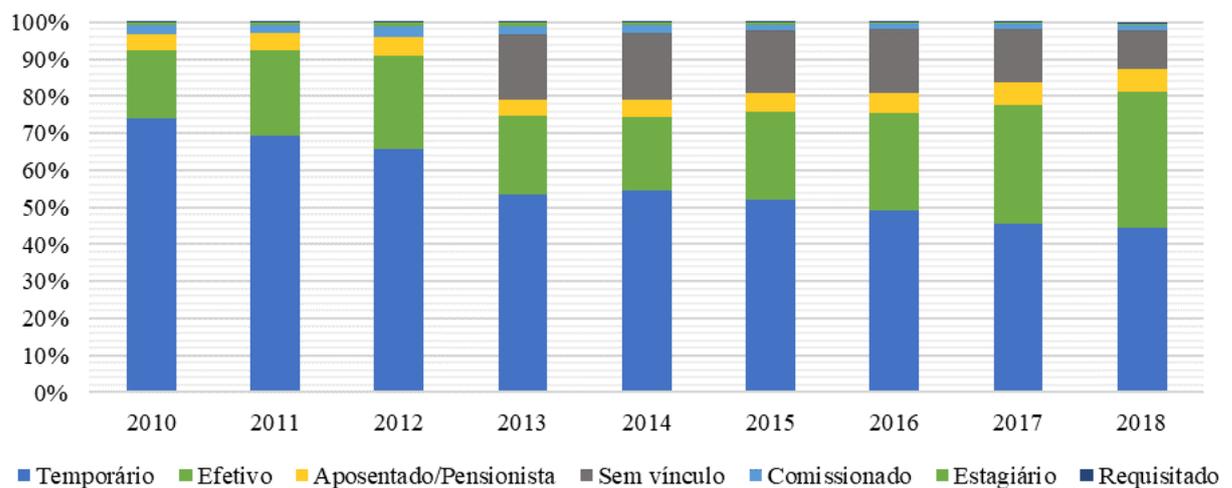
Os maiores índices de variação foram apresentados nos anos de 2013, com maior aumento e em 2018 com maior redução. Esta diminuição pode ser explicada pelo início da política interna na instituição de cessação dos contratos temporários que estavam fora do limite

permitido para validade, a qual concretizou-se em 2019 com a rescisão dos contratos temporários vencidos.

Comparando a variação quantitativa entre os anos de 2010 e 2018, temos: redução de 39,45% nos servidores temporários; aumento de 59,48% em cargos efetivos; aumento de 53,67% nos servidores aposentados e pensionistas; redução de 38,38% em cargos comissionados; redução de 43,48% no número de estagiários; e, aumento de 500% na quantidade de servidores requisitados de outros órgãos da administração pública para trabalhar na Instituição. A condição de servidores sem vínculo, inexistente em 2010, representa o aumento na contratação de prestadores de serviços para a instituição.

Na Figura 23 podemos observar a proporção na média anual de servidores por tipo de vínculo. É notória a redução na quantidade de servidores temporários, que em 2010 representavam 74% dos vínculos com a Instituição e em 2018 representavam apenas 44,5%. Em contrapartida, o crescimento dos vínculos efetivos sinaliza a substituição dos cargos temporários, bem como o aumento dos servidores aposentados/pensionistas, porém, em uma menor escala. Em 2010, a quantidade média de servidores efetivos representava apenas 18,3% dos servidores totais, número que passou a ser de 36,6% em 2018. Sem sombra de dúvida, em face à continuidade da Instituição é fundamental o incremento de funcionários efetivos, com ingresso via concurso público.

Figura 23 – Proporção Média Anual por Tipo de Vínculo do Corpo Funcional

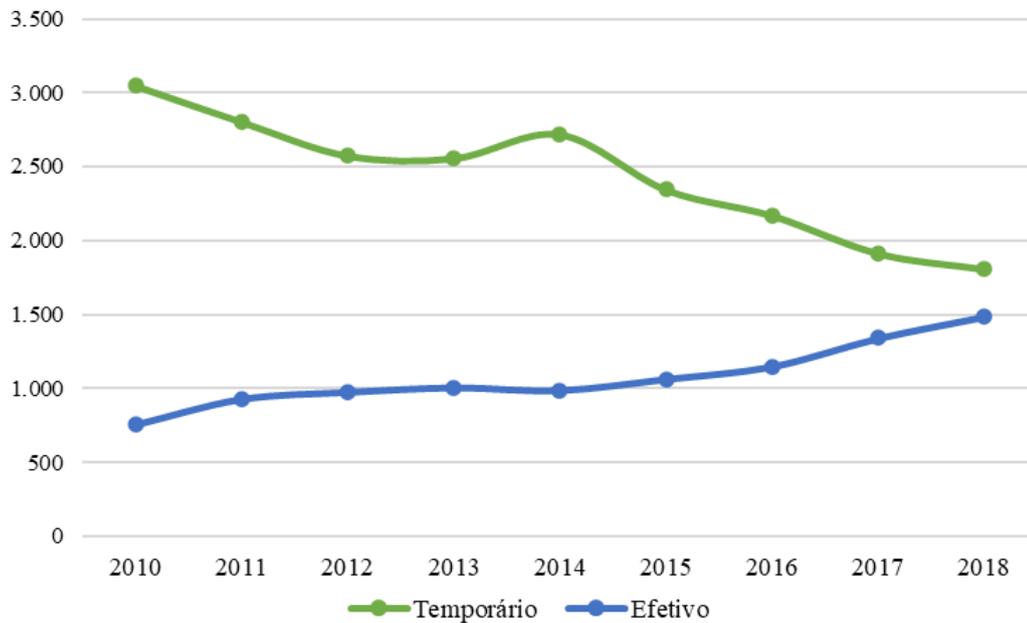


Fonte: Adaptado de CGE (2019a)

Em relação à proporção média anual, observamos com destaque, o aumento na representatividade dos servidores sem vínculo com a IES. A redução de cargos temporários, também pode ter incrementado neste tipo de contratação, em face ao atendimento das necessidades momentâneas na UEG, bem como na prestação de serviços esporádicos.

É prudente considerar que a questão dos efetivos *versus* temporários não é recente na UEG, a qual é discutida, inclusive pelas vias judiciais há anos. Na Figura 25, podemos observar em destaque a quantidade média anual entre temporários e efetivos desde 2010 a 2018. Pelas curvas, é notório a redução na assimetria quantitativa entre os dois tipos de vínculos, porém, em 2018, a quantidade de efetivos ainda não superava a de temporários, muitos dos quais possuíam situação irregular perante ao mantimento de contratos ativos, com prazo determinado vencido.

Figura 24 – Quantidade Média Histórica de Efetivos *versus* Temporários por Ano



Fonte: CGE (2019a)

Nessa questão, um ponto que necessita de maior atenção é a respeito dos questionamentos judiciais acerca do elevado quadro de servidores técnico-administrativos e docentes em caráter temporário. A própria UEG reconhece que historicamente desde seu nascimento, esta quantidade é maior e trava um embate judicial com o Ministério Público de Goiás desde 2012, por intermédio da Ação Civil Pública nº 364146.16.2012.8.09.006, que pleiteia a adoção do limite de 20% para os cargos temporários na Instituição. Em 2016, a Defensoria Pública do Estado de Goiás pela Ação Civil Pública nº 5090146.61.2016.8.09.0051, propôs a nomeação do cadastro reserva do concurso para a área administrativa, realizado em 2015. Além disso, em 2018 o Conselho Universitário, por meio da Resolução CsU nº 900/2018, solicitou a realização de concurso público para o provimento de um total de 500 vagas na UEG (2018a).

Mediante a situação insustentável da manutenção de contratos temporários vencidos e irregulares, no dia 11 de novembro de 2019, o Gabinete do Reitor emitiu a Circular nº 19/2019-

REIT-06537 via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), mediante Processo nº 201900020015079, assinado pelo então Reitor Interino Rafael Goncalves Santana Borges, no qual comunicada sobre a Rescisão dos Contratos Temporários vencidos. Segundo o documento, esta decisão foi tomada:

Tendo em vista a necessidade de cumprimento das determinações dadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ/GO), nos autos das Ações Cíveis Públicas (ACPs) n. 364146.16.2012.8.09.0006 e n. 5090146.61.2016.8.09.0051, e pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE/GO), que exarou o acórdão n. 1055/2019, vimos informar acerca dos contratos temporários, em situação irregular, nessa instituição. Inicialmente, cumpre informar que não há mais possibilidade de adiar o cumprimento da decisão, haja vista que todos os cronogramas apresentados, até então, ao TCE-GO foram descumpridos. A perpetuação do descumprimento pode culminar no ilícito de improbidade administrativa, nos termos art. 11, I, da Lei 8429/92. Desta feita, informamos que os **contratos temporários vencidos dos servidores técnicos administrativos serão mantidos até o dia 30 de novembro de 2019**. [...] Quanto à reposição dos servidores técnico-administrativos que exercem funções administrativas, informa-se que está sendo negociado com o Governo Estadual a chamada de parte da reserva técnica do último concurso público realizado para o preenchimento de vagas nos cargos técnicos e analistas administrativos. Quanto aos **docentes temporários, seus contratos serão mantidos até o dia 15 de dezembro de 2019, de forma que não seja prejudicado o ano acadêmico em curso** (UEG, 2019, grifos originais).

A medida exonerou um total de 1.469 servidores, dos quais 705 em função de docência e 764 técnicos administrativos¹³ e também abarcou a substituição dos servidores que trabalhavam no serviço de limpeza dos câmpus pela contratação de empresa terceirizada especializada na prestação deste serviço. Esta medida, foi responsável ainda, pela redução quantitativa dos servidores temporários sem a contrapartida no aumento de efetivos.

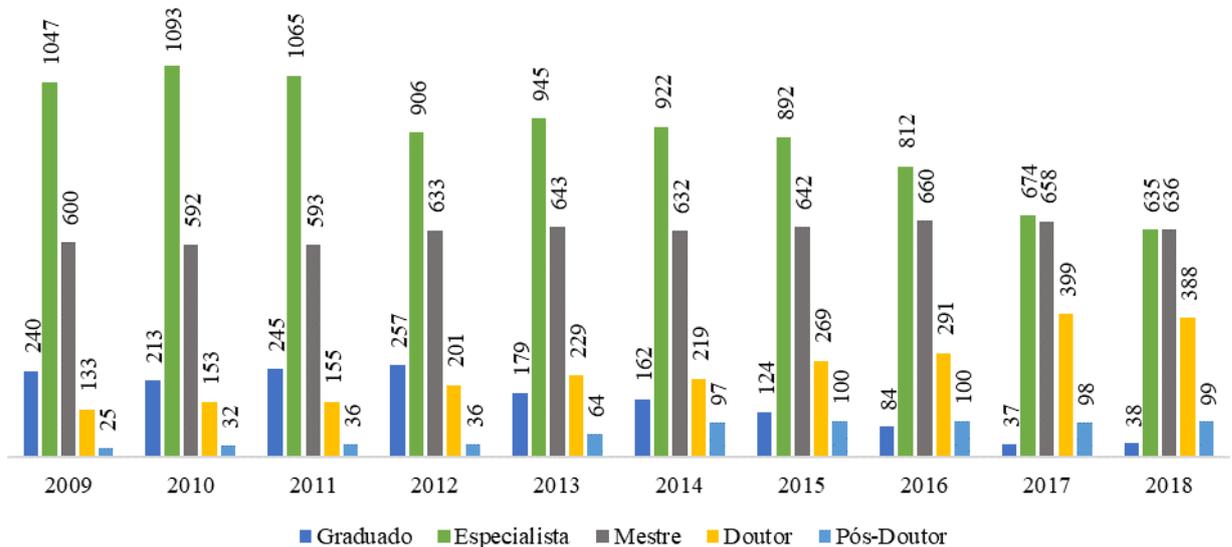
Diante deste contexto, faz-se urgente a regularização do corpo funcional da Instituição, em caráter efetivo, visto que em dezembro de 2018 a UEG possuía apenas 34,7% (500) dos servidores técnico-administrativos em regime efetivo, contra 65,3% (940) em caráter temporário. Em relação aos docentes, na mesma data a quantidade de vínculos efetivos era 7% maior em relação ao número de temporários, com 972 (53,5%) e 845 (46,5%) respectivamente. Segundo a UEG (2018a) o motivo deste aumento foi a realização dos concursos de 2010, 2014 e 2018.

Assim, seja pelo chamamento do cadastro reserva em concurso anteriores, seja pela realização de novos concursos, independentemente da situação fiscal do estado, a UEG vive a mais de 21 anos à mercê da inexistência de uma gestão de recursos humanos, baseada na carreira pública em caráter efetivo.

¹³ UEG divulga cronograma para exoneração de servidores irregulares. Notícia publicada em 11/11/2019. Disponível em: http://www.ueg.br/noticia/51478_ueg_divulga_cronograma_para_exoneracao_de_servidores_irregulares.

Nesse contexto acerca dos indicadores de corpo funcional, também analisamos os aspectos sobre a titulação acadêmica dos servidores docentes na Instituição e constatamos que 1/3 possui título de mestrado e doutorado, conforme disposto na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) (UEG, 2018a). Na Figura 25, podemos acompanhar a evolução quantitativa dos docentes por titulação acadêmica entre os anos de 2009 a 2018. Pela simples visualização das informações é notória a redução na quantidade de especialistas, a maior titulação apresentada em 2009, pelo conseqüente aumento na quantidade de mestres. Independente do aumento ser decorrente da contratação de novos docentes ou da aquisição do título, este indicador demonstra o avanço na qualificação dos educadores.

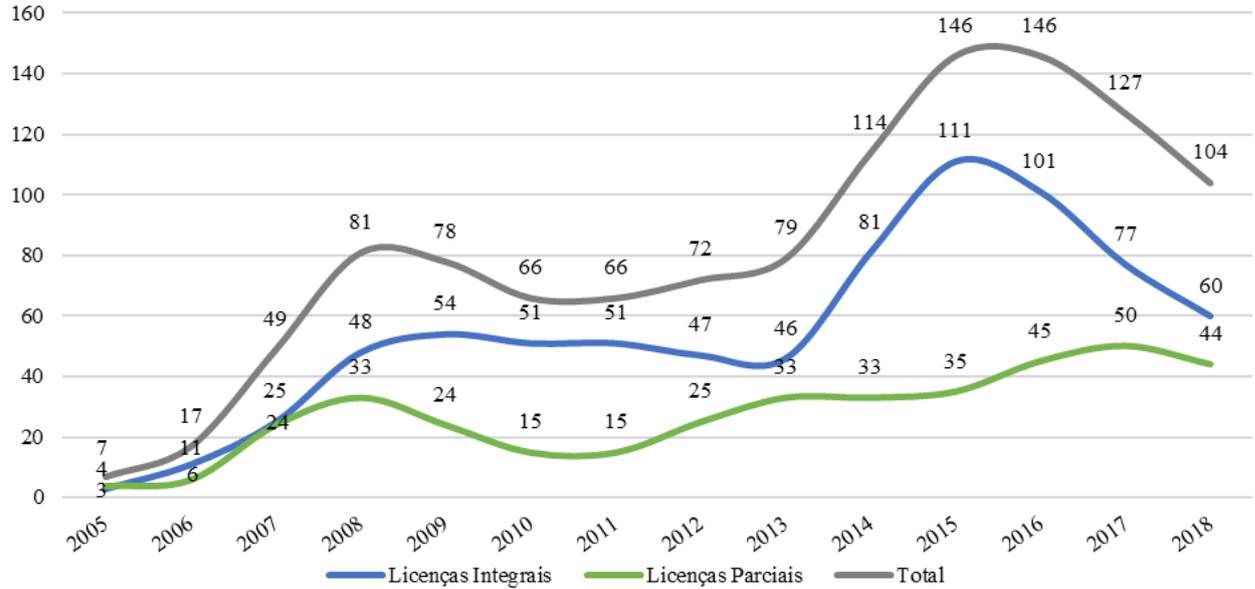
Figura 25 – Evolução Quantitativa de Docentes Por Titulação Acadêmica



Fonte: UEG (2018a)

Em linhas gerais, a quantidade total de docentes diminuiu 12,2% em 2018 comparando-se com 2009. Em oposição, a titulação melhorou, visto que no primeiro ano analisado apenas 35,8% possuíam título de mestrado e doutorado e, em 2018, estes correspondiam a 57% do corpo docente na instituição. Ao todo, a quantidade de graduados no período reduziu 84,2% e de especialistas em 39,4%, em contrapeso ao aumento de 6% de mestres, 191,7% de doutores e 296% de pós-doutores. Sem sombra de dúvidas, a política de concessão de licenças integrais e parciais para a realização de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil e no exterior, fomentou significativamente o avanço na qualificação docente na Instituição, bem como pelos concursos públicos realizados em 2010 e 2014. Na Figura 26 podemos analisar a evolução quantitativa na concessão das licenças entre o período de 2005 a 2018.

Figura 26 – Evolução Quantitativa de Licenças Parciais e Integrais em Vigência/Ano Concedidas a Docentes para Realização de Pós-Graduação *Stricto Sensu*



Fonte: Adaptado de UEG (2018a)

É possível notar o expressivo aumento na concessão dos auxílios, que representou um acréscimo de 1.386% em relação a quantidade em 2005. Os anos com maiores quantidades de licenças foram 2015 e 2016 com 146 licenças simultâneas. Em relação ao total anual, a média de bolsas integrais é de 64,3%, e de 35,7% para modalidade parcial. Nesse sentido, fomentar o desenvolvimento da educação continuada em nível *stricto sensu* foi fundamental para o consequente reflexo na capacitação total do corpo docente na instituição.

No que diz respeito às questões sobre desigualdade de gênero na UEG os indicadores selecionados para avaliar a sua distribuição foram o percentual de mulheres em cargos de gestão e diversidade em quantidade entre alunos, docentes e funcionários. As questões relacionadas à desigualdade salarial, que também se incluem na análise de diversidade de gênero, serão abordadas juntamente com os indicadores financeiros, especificadamente nos gastos com pessoal no próximo capítulo.

Na Tabela 7, visualizamos a quantidade de Reitores e Pró-Reitores por gênero na Instituição desde o ano de 1999 a julho de 2019. Nesses 21 anos, apenas 28% destes cargos de gestão foram ocupados por mulheres, inclusive, metade dos cargos não possuiu sequer um histórico de liderança feminina, como os de Reitoria, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. No período, o único cargo com maior liderança feminina foi de Vice-Reitoria (única vez) e na Pró-Reitoria de Graduação com 57%, e apenas o de Pró-Reitoria de Extensão apresentou igualdade de distribuição em gênero.

Tabela 7 – Distribuição de Gênero nos Cargos de Reitoria e Pró-Reitorias (1999 a 07/2019)

Cargos	Masculino		Feminino		Total
	Nº	%	Nº	%	
Reitores	4	100%	0	0%	4
Pró-Reitores de Graduação	3	42,86%	4	57,14%	7
Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-graduação	6	100%	0	0%	6
Pró-Reitores de Extensão	3	50%	3	50%	6
Pró-Reitores de Administração e Finanças	5	71,43%	2	28,57%	7
Pró-Reitores de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	2	100%	0	0%	2
Total	23	71,88%	9	28,13%	32

Fonte: Adaptado de UEG (2019a)

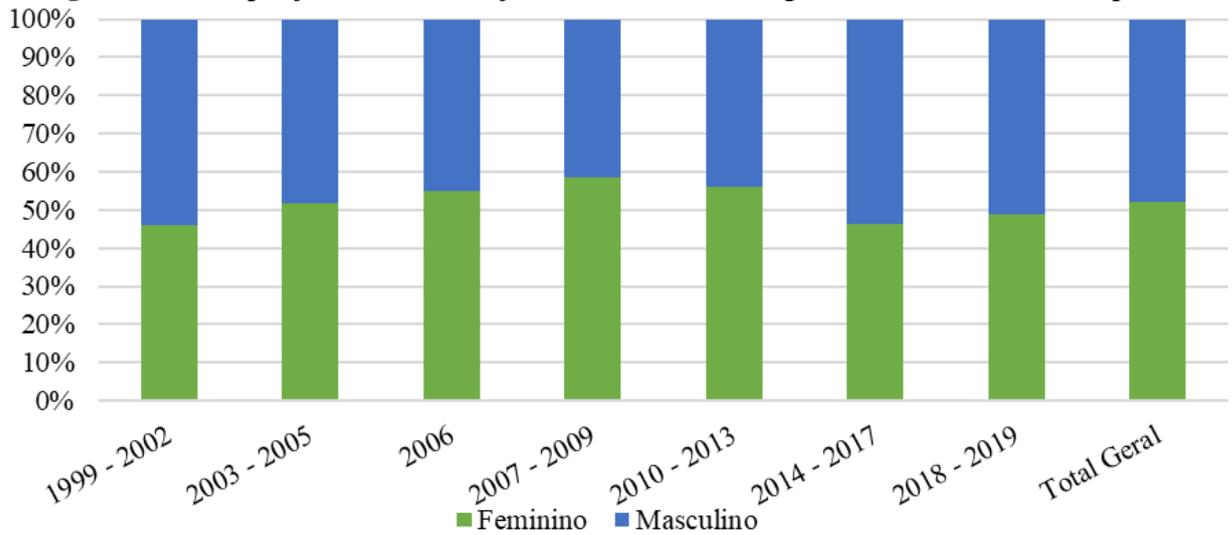
Em relação aos cargos de diretorias dos câmpus, esta situação se inverte, pois, há uma maior igualdade de distribuição por gênero, na qual apresentam-se 51,9% de gestoras (sexo feminino) que exerceram o cargo. Entre os anos de 2007 a 2009, identificamos uma maior quantidade de mulheres na função de direção e nos anos de 1999 a 2002, uma menor quantidade.

Tabela 8 – Distribuição de Gênero em Cargos de Diretoria de Câmpus (1999 a 2019)

Período	Feminino		Masculino		Total Geral
	Nº	%	Nº	%	
1999 - 2002	12	46,15%	14	53,85%	26
2003 - 2005	16	51,61%	15	48,39%	31
2006	17	54,84%	14	45,16%	31
2007 - 2009	24	58,54%	17	41,46%	41
2010 - 2013	23	56,10%	18	43,90%	41
2014 - 2017	20	46,51%	23	53,49%	43
2018 - 2019	20	48,78%	21	51,22%	41
Total	132	51,97%	122	48,03%	254

Fonte: Adaptado de UEG (2019a)

Proporcionalmente, os dados da Figura 27 também demonstram que a distribuição histórica sempre apresentou uma maior igualdade de gênero dos cargos de diretoria nos câmpus da Instituição. Podemos visualizar que a curva nunca ultrapassou mais de 60% e nem ficou abaixo dos 45%. Mesmo que não seja tão expressiva, a participação das mulheres na direção dos câmpus é um ponto positivo em busca da redução nas desigualdades históricas de gênero em nosso país, visto que esta função demanda processo eleitoral.

Figura 27 – Proporção de Distribuição de Gênero em Cargos de Diretoria dos Câmpus

Fonte: Adaptado de UEG (2019a)

Em relação a questão de gênero no corpo funcional, a Tabela 9 apresenta os dados de diversidade por tipo de vínculo em dezembro de 2018. Nele, podemos identificar que a participação total de mulher é superior, com 58,7% em relação ao total de homens. Além disso, as mulheres também são maioria entre os estagiários, funcionários requisitados e em cargos temporários. Nos cargos efetivos e comissionados, a proporção é praticamente igual, visto que a diferença não chega a 1%.

Tabela 9 – Diversidade de Gênero no Corpo Funcional por Tipo de Vínculo (em 12/2018)

Vínculo	Feminino		Masculino		Total
	Nº	%	Nº	%	
Comissionado	30	49,2%	31	50,8%	61
Efetivo	725	49,3%	747	50,7%	1.472
Estagiário	9	69,2%	4	30,8%	13
Requisitado	7	58,3%	5	41,7%	12
Temporário	1.193	66,8%	592	33,2%	1.785
Total	1.964	58,7%	1.379	41,3%	3.343

Fonte: Adaptado de CGE (2019a)

Quando analisamos separadamente o corpo funcional entre funcionários administrativos e docentes (Tabela 10), podemos identificar algumas disparidades. Os cargos técnico-administrativos são compostos por 63,4% de mulheres e contam como a maioria em 4 dos 5 tipos de vínculos. Elas também são maioria nos cargos temporários, com 70,2% de representatividade.

Tabela 10 – Diversidade de Gênero Corpo Funcional por Função e Tipo de Vínculo (em 12/2018)

	Vínculo	Feminino		Masculino		Total
		Nº	%	Nº	%	
Administrativo	Comissionado	30	49,2%	31	50,8%	61
	Efetivo	261	52,2%	239	47,8%	500
	Estagiário	9	69,2%	4	30,8%	13
	Requisitado	5	62,5%	3	37,5%	8
	Temporário	660	70,2%	280	29,8%	940
	Total	965	63,4%	557	36,6%	1.522
Docente	Efetivo	464	47,7%	508	52,3%	972
	Requisitado	2	50,0%	2	50,0%	4
	Temporário	533	63,1%	312	36,9%	845
	Total	999	54,9%	822	45,1%	1.821

Fonte: Adaptado de CGE (2019a)

Nos cargos de docência, a situação apresenta-se menos discrepante, com uma diferença de 9,8% entre a quantidade maior de mulheres em relação aos homens. Entretanto, mesmo apresentando-se como a maioria geral dos docentes, a quantidade de mulheres em cargos efetivos é menor. Dessa forma, igualmente evidenciado nos cargos administrativos, as mulheres também são a maioria dos contratos temporários para docência.

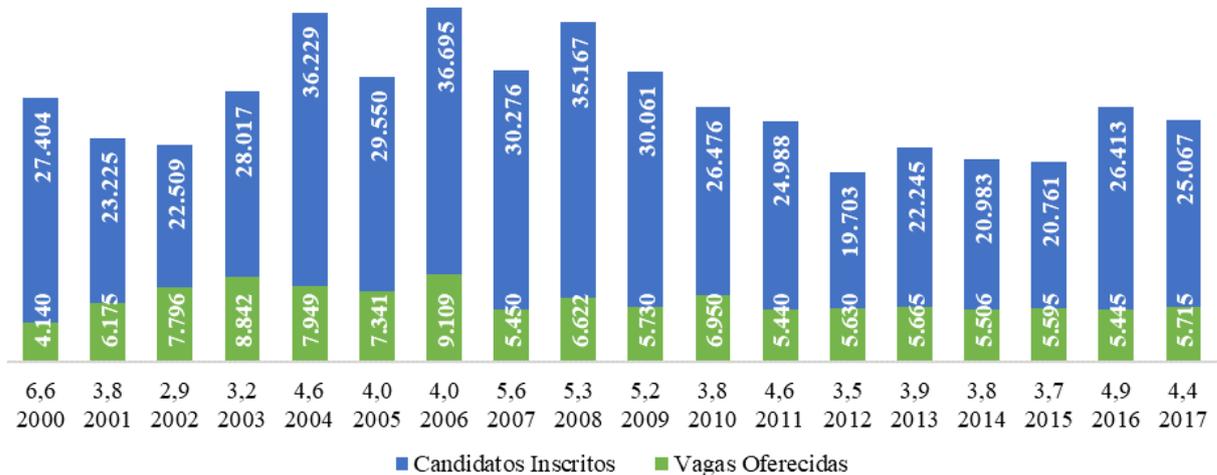
4.3 Indicadores do Corpo Estudantil

É vital para a UEG medir e avaliar seu corpo estudantil, pois é ele quem faz o uso de suas funções efetivamente. Uma instituição sem alunos não terá motivos para existir. Nesse aspecto, foram apurados os dados quantitativos acerca de inscritos em processos seletivos, ingressos, matrículas e o número de concluintes, os quais mediante sua maior disponibilidade, foram extraídos das Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior em nível de Graduação. Este estudo elaborado pelo INEP desde 1995 e com última edição publicada para o ano de 2017 é fundamental para a compreensão dos principais indicadores componentes do sistema de informações da educação brasileira, bem como, uma fonte primordial de dados históricos para o acompanhamento da conjuntura sobre o ensino superior.

Na Figura 28 podemos analisar o número total de vagas oferecidas pela UEG anualmente e a quantidade de alunos inscritos em seus processos seletivos nos cursos de graduação presencial, bem como a concorrência anual apresentada. Considerando o período total, a média anual de inscritos apresentada é de 26.987 candidatos por ano para uma média de 6.394 vagas oferecidas, com uma concorrência média anual de 4,3 inscritos por vaga. Em 2006, registraram-se o maior pico em quantidade de inscritos e de vagas oferecidas. Em relação a concorrência total, o maior índice foi registrado no ano 2000, com cerca de 6,6 inscritos por

vaga. Se compararmos com o início, a quantidade de inscritos em 2017 foi 8,5% menor que no ano 2000, porém, a quantidade de vagas é 38% maior.

Figura 28 – Número de Vagas Oferecidas no Vestibular, Candidatos Inscritos e Concorrência Geral Anual nos Cursos de Graduação Presenciais na UEG

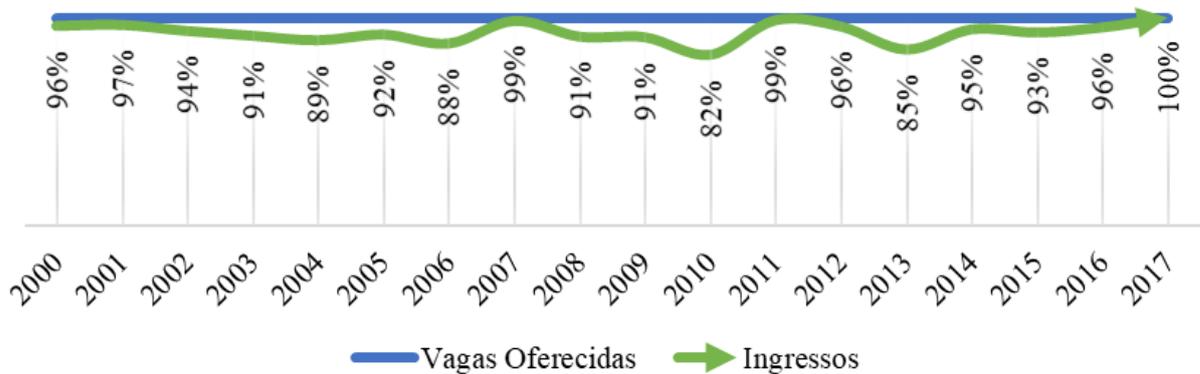


Fonte: INEP (2018)

A menor quantidade de inscritos foi registrada no ano de 2012, com menos de 20 mil candidatos em todo o estado e a menor oferta de vagas no primeiro ano do estudo. A menor concorrência registrou-se em 2002, com menos de 3 candidatos por vaga. Além disso, o crescimento médio na quantidade de vagas foi de 3,99% a.a., enquanto que o número de inscritos de 0,88% a.a. Portanto, o aumento na quantidade de vagas não foi acompanhado pelo crescimento na demanda de inscritos.

Na Figura 29 identificamos, que a instituição sempre conseguiu preencher as vagas oferecidas, apresentando uma média anual de 92,9% na quantidade de ingressos em seus processos seletivo. Nos 18 anos analisados, apenas 4 anos alcançaram um índice maior do que 80%, em 13 os novos alunos representaram o preenchimento de mais de 90% das vagas, e em 2017 a integralização total das vagas oferecidas à sociedade. Nesse sentido, a instituição se demonstra eficiente em atingir com novos alunos o número de novas vagas. Assim, embora a quantidade de novos postos de estudos não tenha sido criada de forma expressiva, a UEG consegue se manter sempre com novos ingressos, em face a sua capacidade ofertada à população.

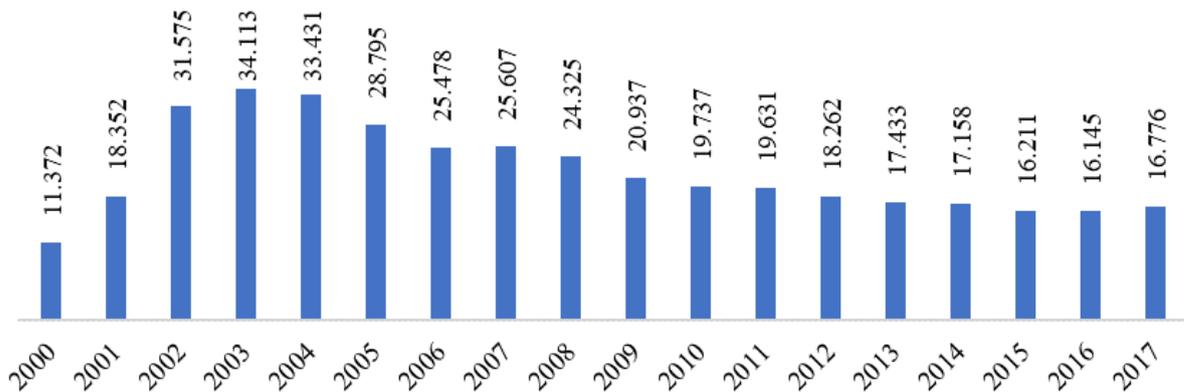
Figura 29 – Proporção de Ingressos Por Vestibular Em Relação Ao Total De Vagas Oferecidas Nos Cursos Presenciais



Fonte: Adaptado de INEP (2018)

Em relação ao número total de matrículas, que inclui ingressos e alunos regulares, podemos observar pela Figura 30, que a quantidade média anual de discentes representou um total de 21.963 alunos. Em 2017 a UEG apresentou 47,5% de alunos matriculados a mais em relação ao primeiro ano nos dados apresentados. O maior pico de discentes/ano foi registrado em 2003, onde a instituição possuía mais de 34 mil alunos. Se levarmos em consideração este ano comparado a 2017 temos uma redução de quase 51%. Após o pico, a curva da quantidade reduziu gradativamente, apresentando nos últimos 3 anos da pesquisa, a manutenção de cerca de 16 mil alunos matriculados por ano (Figura 30).

Figura 30 – Número Total de Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais na UEG



Fonte: INEP (2018)

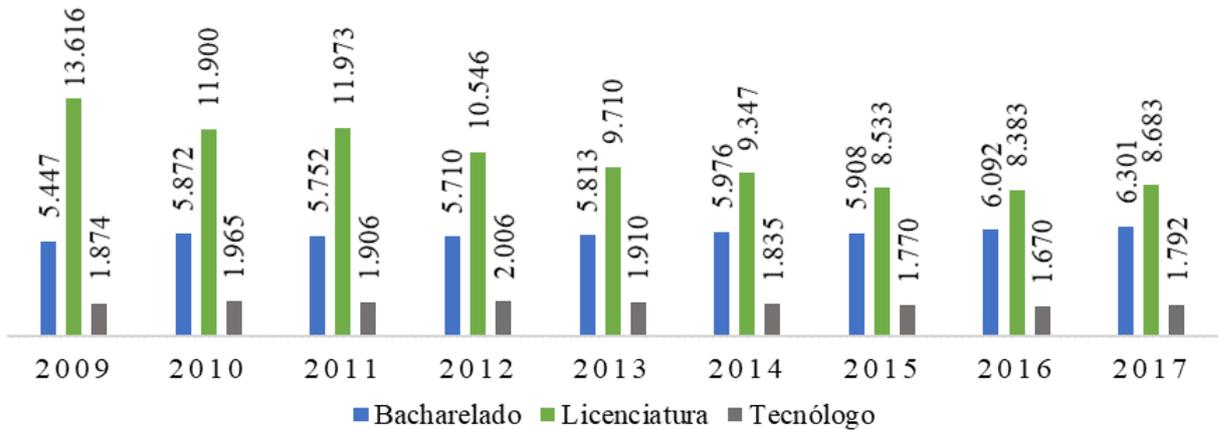
Podemos citar como fator que contribuiu para a maior quantidade de alunos no início do recorte temporal analisado, o Programa de Licenciatura Plena Parcelada (LPP) em nível de graduação instituído pela UEG até o ano de 2005 – conforme apontamos anteriormente –, que teve por objetivo capacitar o corpo docente no Estado de Goiás, nos níveis básico, fundamental e médio, composto por milhares de professores na rede pública estadual e municipal, além das instituições privadas de ensino (UEG, 2019b). Podemos notar que um dos reflexos do programa foi a grande quantidade de cursos em nível de Licenciatura ofertados pela Instituição. Em outro

aspecto, esta incumbência foi direcionada à UEG pela própria característica de sua amplitude regional, que possibilita(ou) o acesso ao ensino público em todas as regiões do estado. Podemos considerar que ao final do Programa, tendo atendido à demanda de formação docente, a quantidade de alunos nos períodos subsequentes representa o atendimento ao público regular da Instituição.

É possível ainda, relacionar a redução do corpo discente pela implantação da política nacional de privatização do ensino superior, à medida em que a quantidade de instituições foi expandida significativamente em Goiás e no País. Em paralelo, a disponibilização de subsídios governamentais para o ingresso em cursos não gratuitos, como o PROUNI e o FIES, de forma integral ou parcial, também incrementaram o leque de opções aos alunos em situação de carência financeira para o ingresso na rede privada. Nesse sentido, a universidade pública deixou de ser a única forma de acesso ao ensino superior pelas camadas economicamente mais pobres da sociedade.

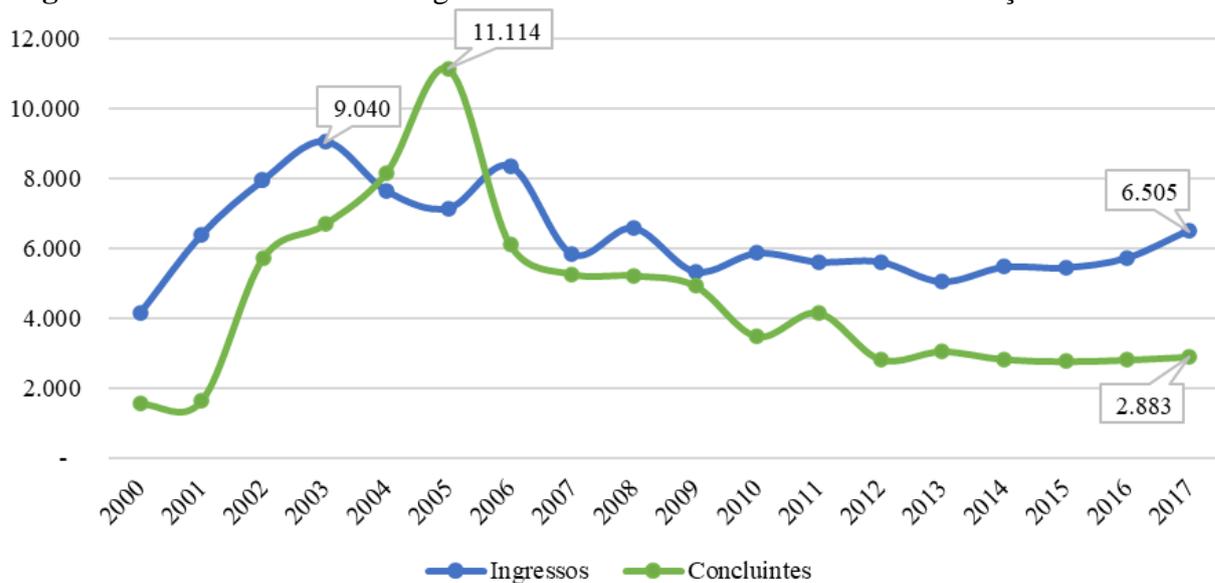
Nesse aspecto, é importante que a UEG avalie o motivo da redução em seu corpo discente, visto que este pode ser um indicador da perda de espaço dentre as demais opções de ensino superior presentes em Goiás. Além disso, medidas corretivas precisam ser avaliadas e implantadas para fomentar o ingresso e manutenção dos estudantes.

Em relação a quantidade de matrículas por grau acadêmico nos cursos de graduação presenciais, podemos identificar pela Figura 31 que a maioria dos alunos está nos cursos de licenciatura. A média apresentada é de 10.299 alunos/ano em cursos de licenciatura, 5.875 em cursos de bacharelado, e apenas 1.859 em cursos tecnológicos. Contudo, pela figura é evidente o crescimento na procura por cursos em nível bacharel. Em 2009, 65% dos alunos estavam matriculados em cursos relacionados à área de licenciatura, contra 26% no bacharelado. Em 2017, este número caiu para 52%, em contraposição ao aumento para 38% em nível de bacharelado. Diante do crescimento/decrescimento, faz-se necessário que a instituição avalie as novas necessidades apresentadas, e adeque sua relação de curso, em face a esta realidade de procura pelo ensino superior em nosso estado.

Figura 31 – Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais por Grau Acadêmico

Fonte: INEP (2018)

Embora não haja um número oficial divulgado acerca da evasão na Instituição, podemos observar pela Figura 32 a relação entre o quantitativo de ingressos *versus* concluintes. Em 2003 temos o pico com maior quantidade de ingressos, e em 2005 para os concluintes.

Figura 32 – Número Total de Ingressos e Concluintes nos Cursos de Graduação Presenciais

Fonte: INEP (2018)

No período analisado, a média anual de ingressos correspondeu a 6.312 novos alunos, e de concluintes, 4.501 formandos. Pelo cálculo e também pela figura, podemos identificar este distanciamento entre a quantidade que entra e a quantidade que sai, principalmente após o ano de 2009. Entre aos anos de 2010 a 2017, se pegarmos a média de ingressos no período, os concluintes representam cerca de -55%, ou seja, o equivalente a um distanciamento em quantidade média de 2.568 alunos. Este indicador demonstra, que nem todo aluno que ingressa no curso superior consegue concluir. Paradoxalmente, houve o crescimento do número de

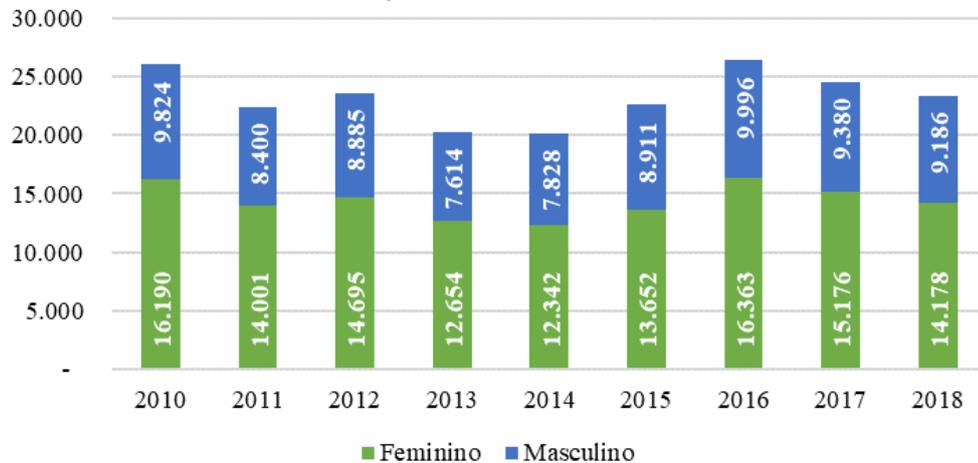
professores efetivos e com titulação, o que também implicou no crescimento de investimentos públicos na Universidade.

Evidentemente, toda a instituição possui seu índice de evasão. Todavia, em nenhum relatório técnico a UEG levantou esta informação. Mediante sua importância e complexidade de apuração, é fundamental que a instituição adote os meios e ferramentas necessárias para conhecer sua eficiência em relação ao término da graduação. Nesse contexto, não basta a instituição fomentar políticas de acesso ao ensino superior, sem que haja também, políticas internas para manutenção do aluno e sua respectiva conclusão.

Esta é uma questão que urge na Instituição, seja pela sua apuração, seja pela transparência desta informação que precisa ser de conhecimento da sociedade. Além disso, o indicador também é fundamental para avaliação da permanência na oferta dos cursos, visto que uma elevada taxa de evasão poderia justificar a insustentabilidade na oferta de determinados cursos à população. A UEG necessita permanentemente fazer uma auto avaliação, onde os resultados fomentem políticas internas de readequação contínua de suas ações. Nesse aspecto, uma estrutura administrativa extremamente corporativista, burocrática e inerte à auto avaliação e reestruturação dos cursos, torna-se inflexível diante dos novos anseios de uma sociedade cada vez mais dinâmica e flexível.

No corpo estudantil de maneira geral, também identificamos a predominância do gênero feminino nos processos seletivos, ingressos, matrículas e concluintes. Na Figura 33 são apresentados os dados históricos de diversidade de gênero em total anual, nos processos seletivos da instituição. Ao todo, as mulheres representaram 61,8% na quantidade de inscritos do período, contra 38,2% de homens. A proporção de mulheres por ano nunca foi inferior a 60%, com mínimo apresentado em 2015 de 60,5%, e máximo de 62,5% em 2011.

Podemos visualizar que as mulheres correspondem a mais de 60% do corpo discente e em relação ao grau acadêmico, também correspondem a mais de 51% no total dos alunos em todos os graus e níveis avaliados. Destaque para a licenciatura, onde a participação feminina é maior, com cerca de 70% do total.

Figura 33 – Diversidade de Gênero por Total de Alunos em Processos Seletivos da UEG

Fonte: UEG (2019b)

Outro ponto importante a ser considerado é que em todos os graus acadêmicos, o percentual de mulheres concluintes é maior que o percentual de ingresso, o que pode indicar uma evasão maior dos alunos do sexo masculino, visto que os dados são consolidados para o período de 2010 a 2018 (Tabela 11). A média em percentual de mulheres nos cursos de bacharelado é de 51,8%, na licenciatura 70,9%, em cursos tecnológicos 55,7%, dentre os ingressantes 61,9%, matriculados 62,6%, concluintes 66,8%.

Tabela 11 – Diversidade de Gênero por Grau Acadêmico e Total de Alunos (2010-2018)

Grau Acadêmico	Feminino		Masculino		Outro		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Bacharelado	Ingressantes	9.817	51,6%	9.220	48,4%	1	0,01%	19.038
	Matriculados	31.993	51,6%	30.042	48,4%	2	0,003%	62.037
	Concluintes	4.184	53,8%	3.595	46,2%	-	-	7.779
Licenciatura	Ingressantes	22.426	69,2%	9.968	30,8%	1	0,003%	32.395
	Matriculados	71.357	70,8%	29.469	29,2%	2	0,002%	100.828
	Concluintes	11.339	75,5%	3.677	24,5%	-	-	15.016
Tecnólogo	Ingressantes	4.020	55,9%	3.168	44,1%	1	0,01%	7.189
	Matriculados	10.272	55,2%	8.334	44,8%	1	0,01%	18.607
	Concluintes	1.930	57,6%	1.420	42,4%	-	-	3.350
Total	Ingressantes	36.263	61,9%	22.356	38,1%	3	0,01%	58.622
	Matriculados	113.622	62,6%	67.845	37,4%	5	0,003%	181.472
	Concluintes	17.453	66,8%	8.692	33,2%	-	-	26.145
Total Geral	167.338	62,9%	98.893	37,1%	8	0,003%	266.239	

Fonte: Adaptado de UEG (2019b)

Somente a partir do ano de 2016 foi inserido o gênero “outro”, propiciando a integração da diversidade no contexto acadêmico da Instituição. Segundo a Universidade Estadual de Goiás:

Implantar ações para a inclusão social significa mudar o paradigma sociocultural que considera as diferenças como falhas. O direito de todos à educação - independentemente de origens étnicas, sociais e religiosas, ou de condição econômica ou de deficiência -, deve ser o princípio básico de qualquer debate sobre inclusão na universidade. [...] A UEG entende que a formação universitária é essencial para se alcançar uma formação profissional e que, portanto, é necessário equacionar seu

caráter inclusivo. A Universidade então recebe todos, não importando sua origem, condição física e orientação religiosa ou sexual (UEG, 2020b).

Os primeiros ingressantes sem a identificação binária masculino/feminino foram registrados em 2016 com 1 aluno e em 2017 com 2. Em 2018 foram registrados 2 alunos matriculados com gênero “outro”, o que já evidencia a evasão de 1 estudante. Em relação aos concluintes, devido ao primeiro registro ainda ser bastante recente, não há como medir a quantidade de alunos formados, visto que a maioria dos cursos possui a duração de 4 anos letivos. Dessa forma, a Instituição deve fomentar a prática de inclusão social e de permanência para garantir o acesso ao ingresso e conclusão dos alunos das camadas marginalizadas pela sociedade. Nesse cenário, também se incluem as ações afirmativas, tema do próximo indicador analisado.

4.4 Indicadores de Ações Afirmativas

Uma das principais ações afirmativas mensuráveis como indicador social é o registro histórico sobre o sistema de cotas, importante ferramenta para mitigar as diferenças sociais e raciais em nossa sociedade. Na Tabela 12 são apresentados a quantidade de ingressos via sistema universal, oriundos de escola pública, negros, indígenas e portadores de deficiência.

Tabela 12 – Quantidade de Ingressos em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância

Ano	Sistema Universal		Oriundos da rede pública		Negros		Indígena / Portador de Deficiência ¹⁴		Total Geral
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
2005	3.160	98,0%	32	1,0%	31	1,0%	1	0,0%	3.224
2006	3.670	81,2%	566	12,5%	269	6,0%	13	0,3%	4.518
2007	3.745	70,1%	1.099	20,6%	478	8,9%	21	0,4%	5.343
2008	3.224	60,4%	1.611	30,2%	490	9,2%	13	0,2%	5.338
2009	2.501	46,1%	2.278	42,0%	618	11,4%	31	0,6%	5.428
2010	2.978	47,3%	2.615	41,6%	672	10,7%	25	0,4%	6.290
2011	3.227	57,5%	1.725	30,7%	630	11,2%	34	0,6%	5.616
2012	3.183	57,0%	1.798	32,2%	560	10,0%	42	0,8%	5.583
2013	3.943	68,7%	1.319	23,0%	448	7,8%	30	0,5%	5.740
2014	3.532	63,8%	1.489	26,9%	471	8,5%	45	0,8%	5.537
2015	3.475	65,1%	1.399	26,2%	432	8,1%	28	0,5%	5.334
2016	3.666	65,8%	1.415	25,4%	462	8,3%	32	0,6%	5.575
2017	6.232	73,2%	1.687	19,8%	540	6,3%	57	0,7%	8.516
2018	4.541	64,4%	1.828	25,9%	608	8,6%	73	1,0%	7.050
2019	7.020	75,5%	1.731	18,6%	487	5,2%	55	0,6%	9.293
Total	58.097	65,7%	22.592	25,6%	7.196	8,1%	500	0,6%	88.385

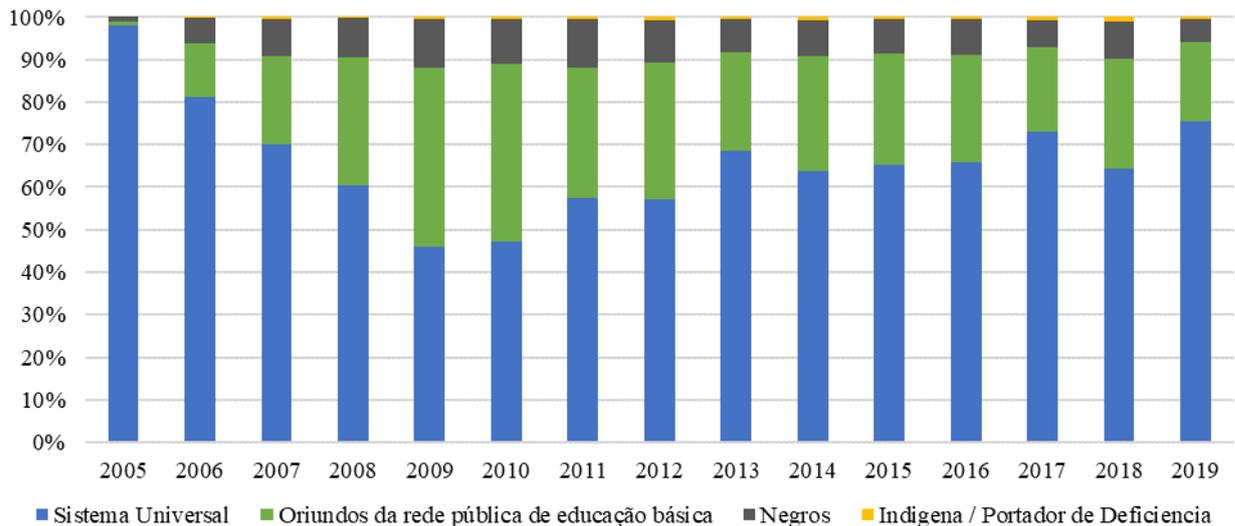
Fonte: Adaptado de UEG (2019c)

¹⁴ Na tabela, os dados acerca do número de indígenas e deficientes foram unificados em virtude da falta de parametrização no preenchimento do relatório fornecido pela UEG, que ora apresentava os dados em conjunto, e ora separadamente.

As maiores quantidades de ingressos por cotas foram registradas no ano de 2010 para oriundos da rede pública de ensino, com um total de 2.615 novos alunos, em 2011 para negros com a quantidade de 630 discentes e em 2018, com 73 indígenas e/ou portadores de deficiência. De modo geral, é importante considerar que desde 2005 a UEG disponibilizava vagas destinadas ao atendimento das cotas. Esta iniciativa é fundamental em face à promoção das desigualdades sociais que são históricas em nosso país. Implantar esta ação afirmativa é garantir o acesso dos menos favorecidos ao ensino superior público, gratuito e de qualidade no estado.

Analisamos também, a média durante o período total, ou seja, 65,7% dos ingressos na Instituição foram via sistema universal e os demais 34,3% pela destinação de vagas ao sistema de cotas. Em relação ao tipo, a quantidade de oriundos da rede pública de ensino representou a maior parcela dos ingressos, com 25,6% no total, seguida de 8,1% de negros e ínfimos e 0,6% de alunos indígenas/portadores de deficiência. Segundo a UEG a política de cotas da Instituição reserva 45% das vagas regulares para cotistas: 20% para estudantes de escola pública, 20% para negros e 5% para indígenas e portadores de deficiência. Em relação às proporções, podemos visualizar a evolução pela Figura 34. O ano inicial, quase a totalidade das vagas eram destinadas ao sistema universal. A partir de 2006, a participação em quantidade das vagas destinadas às cotas, passaram a representar uma fatia maior entre os ingressos.

Figura 34 – Proporção Histórica de Ingressos nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância



Fonte: Adaptado de UEG (2019c)

Os anos de 2009 e 2010 tiveram a maior proporção de ingressos por cotas, com 53,9% e 52,7% respectivamente. Após esses anos, de modo geral, pela curva de participação podemos perceber uma redução e estabilidade na quantidade de vagas, que passaram após o ano de 2013 girar em torno de 24 a 36%. Em 2019 a proporção representou 24,5%, terceiro menor valor estando atrás apenas de 2005 com 2% e 2006 com 18,8%.

É prudente destacar que os dados acima destacam os valores segundo os critérios do sistema de ingresso na Instituição. Assim, a quantidade de ingressos pelo sistema de cotas “oriundo da rede pública” não reflete a totalidade de alunos que passaram pela rede pública de escolarização, mas, sim, a quantidade de alunos que optou por este tipo de ingresso no vestibular. Portanto, os dados não expressam a totalidade de alunos oriundos da rede pública, visto que os ingressos pelo sistema universal e/ou demais cotas, também pode ser de alunos oriundos da rede pública de ensino.

Os indígenas e portadores de deficiência, por sua vez, aparecem quase que insignificamente em relação à proporção total. A quantidade de negros também não se demonstrou suficiente em face ao atendimento da proporção estipulada na política da Instituição. Em relação aos parâmetros, em nenhum ano a UEG conseguiu atingir 20% para negros e 5% para indígenas e portadores de deficiência, e nos 20% destinados às vagas de alunos oriundos de escola pública nos anos de 2005, 2006, 2017 e 2018.

Em relação à concessão de bolsas e auxílios, foram apurados para o estudo os dados históricos dos benefícios concedidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) e pelo programa institucional da própria UEG. Garantir o fomento à permanência dos estudantes sem sombra de dúvida é primordial em face à redução da evasão dos alunos em situação de carência financeira, bem como potencializa os processos de pesquisa dos docentes na Instituição.

Segundo a Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB) da CAPES, conforme Quadro 7, a nível docente entre os anos de 2015 a 2018 foram investidos R\$ 411.640,00 em 13 projetos de pesquisa de 6 beneficiários vinculados a programas de pós-graduação da UEG, além de 1 auxílio para aquisição de equipamentos no valor de R\$ 360.000,00.

Quadro 7 – Investimentos em Auxílios de Custeio e Capital à UEG

Beneficiário	Título do Projeto	Ano	Valor
Hélida Ferreira Da Cunha	Recursos naturais do cerrado: produtos e processos ambientais e impactos sobre a biodiversidade do cerrado goiano.	2015	3.000,00
Daniel Diego Costa Carvalho	Consolidação e crescimento do programa em produção vegetal da universidade estadual de goiás.	2016	30.000,00
Roberta Signini	Fortalecimento das pesquisas e dos laboratórios de pesquisa do programa de pós-graduação em ciências moleculares (PPGCM) da universidade estadual de goiás.	2016	40.000,00
Valdirene Neves Monteiro	Fortalecimento do programa de pós-graduação em ciências aplicadas a produtos para saúde – prospecção e estudos do potencial terapêutico e biotecnológico de moléculas bioativas.	2016	40.000,00
Marcos Antônio Pesquero	Fortalecimento e qualificação acadêmica do mestrado em ambiente e sociedade da UEG.	2016	40.000,00

Hélida Ferreira Da Cunha	Recursos naturais do cerrado: produtos e processos ambientais e impactos sobre a biodiversidade do cerrado goiano.	2016	9.000,00
Roberta Signini	Fortalecimento das pesquisas e dos laboratórios de pesquisa do programa de pós-graduação em ciências moleculares (PPGCM) da universidade estadual de goiás.	2017	40.000,00
Valdirene Neves Monteiro	Fortalecimento do programa de pós-graduação em ciências aplicadas a produtos para saúde – prospecção e estudos do potencial terapêutico e biotecnológico de moléculas bioativas.	2017	40.000,00
Marcos Antônio Pesquero	Fortalecimento e qualificação acadêmica do mestrado em ambiente e sociedade da UEG.	2017	40.000,00
Ivano Alessandro Devilla	Edital pró-equipamentos – UEG.	2017	360.000,00
Roberta Signini	Fortalecimento das pesquisas e dos laboratórios de pesquisa do programa de pós-graduação em ciências moleculares (PPGCM) da universidade estadual de goiás.	2018	40.000,00
Valdirene Neves Monteiro	Fortalecimento do programa de pós-graduação em ciências aplicadas a produtos para saúde – prospecção e estudos do potencial terapêutico e biotecnológico de moléculas bioativas.	2018	40.000,00
Marcos Antônio Pesquero	Fortalecimento e qualificação acadêmica do mestrado em ambiente e sociedade da UEG.	2018	39.640,00
Rodrigo Medeiros Da Silva	Zootecnia e recursos pesqueiros - coordenador de mestrado profissional.	2018	10.000,00
Total			771.640,00

Fonte: Adaptado de CAPES (2019)

A nível de bolsas para discentes e professores, na Tabela 13 são apresentados os valores investidos pela CAPES em bolsas na Instituição, entre os anos de 2010 a 2018. No período total foram injetados mais de 12 milhões de reais em incentivos financeiros, distribuídos em 6 categorias diferentes. As médias de recursos anuais fomentados em ordem decrescente foram de R\$ 1.049.550,00 a nível mestrado, de R\$ 236.063,00 para o estágio pós-doutoral, R\$ 134.100,00 para o doutorado e R\$ 27.600,00 para a iniciação científica. O programa de auxílio a recém-doutores não obteve nenhuma destinação de recursos a partir de 2011 e os auxílios a professores apresentaram valores investidos somente em 2017 e 2018.

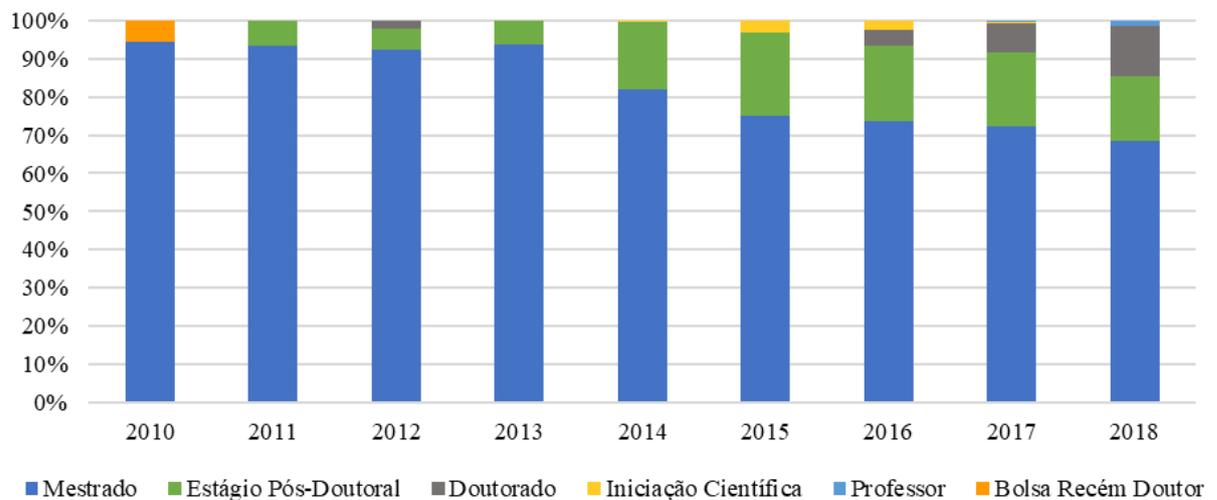
Tabela 13 – Investimentos Anuais em Bolsas à UEG em R\$ (2010-2018)

Ano	Iniciação Científica		Estágio Pós-Doutoral		Bolsa		Total Geral
	Mestrado	Doutorado	Recém Doutor	Professor			
2010	-	453.600	-	-	26.400	-	480.000
2011	-	576.000	-	39.600	-	-	615.600
2012	-	707.700	17.200	42.000	-	-	766.900
2013	-	1.017.150	-	68.500	-	-	1.085.650
2014	4.800	1.084.500	-	233.700	-	-	1.323.000
2015	58.800	1.386.000	-	405.900	-	-	1.850.700
2016	42.000	1.326.000	79.200	356.700	-	-	1.803.900
2017	4.800	1.374.000	149.600	364.900	-	6.000	1.899.300
2018	-	1.521.000	290.400	377.200	-	33.000	2.221.600
Total	110.400	9.445.950	536.400	1.888.500	26.400	39.000	12.046.650

Fonte: Adaptado de CAPES (2019)

Podemos visualizar nos dados da Figura 35, que foi destinada uma maior concessão de auxílios em nível de mestrado e estágio pós-doutoral, os quais corresponderam à proporção de 78,4% e 15,7% respectivamente em relação ao total. Na sequência, temos 4,5% de destinação ao doutorado, 0,9% à iniciação científica, 0,3% a professor e 0,2% de bolsas para recém-doutores. Dessa forma, identifica-se que a predominância na implantação de recursos financeiros em bolsas pelas CAPES é realizada majoritariamente aos alunos de mestrado na Instituição, com média de 83% de destinação.

Figura 35 – Proporção Histórica de Investimentos Anuais em Bolsas à UEG (2010 a 2018)



Fonte: Adaptado de CAPES (2019)

Em relação ao histórico de repasses da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) à UEG, os dados estão consolidados na Tabela 14. Podemos observar que nos 6 anos analisados a quantidade média de concessão é de apenas 23 benefícios por ano, em valor de R\$ 209.291,67 anual. Além disso, os valores efetivamente pagos representaram apenas 27% dos valores estimados e o percentual efetivado à UEG em relação ao total de benefícios concedidos pela Instituição representou apenas 6,05%.

Tabela 14 – Histórico de Repasses da FAPEG à UEG

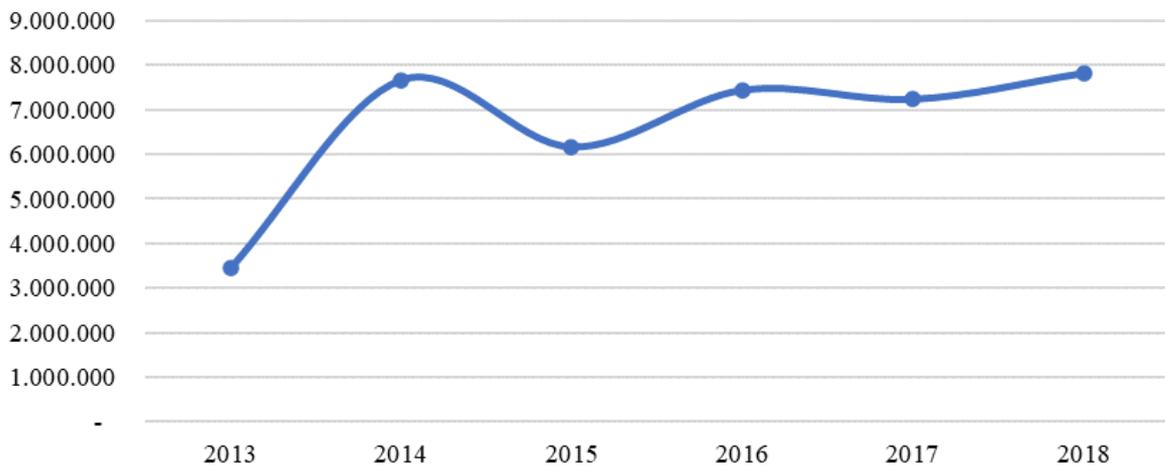
Ano	Quant. Beneficiários	Valor Estimado	Valor Pago	% paga em relação ao estimado	Total de benefícios no ano	% Destinada à UEG
2013	20	627.000,00	168.000,00	26,79%	2.695.000,00	6,23%
2014	49	1.566.600,00	538.650,00	34,38%	7.500.500,00	7,18%
2015	43	1.378.500,00	453.600,00	32,91%	6.368.200,00	7,12%
2016	21	680.400,00	67.500,00	9,92%	2.605.500,00	2,59%
2017	0	0,00	0,00	0,00%	942.000,00	0,00%
2018	4	384.000,00	28.000,00	7,29%	660.000,00	4,24%
Total	137	4.636.500,00	1.255.750,00	27,08%	20.771.200,00	6,05%

Fonte: Adaptado de FAPEG (2019)

Os números indicam que a FAPEG não destina uma numerosa quantia de seus recursos disponíveis à UEG, visto que além de ínfima em relação ao total, o percentual efetivamente pago também é bastante inferior ao estimado. Contudo, não podemos deixar de considerar que independentemente da quantidade e valor, todos os valores investidos na concessão de bolsas e auxílios sempre serão vitais para a manutenção dos alunos na Instituição.

Em relação aos recursos oriundos da própria UEG, na Figura 36, podemos ver os registros históricos do total de concessão de bolsas anuais por programas de recursos próprios da Instituição. A média anual correspondeu a R\$ 6.636.125 reais investidos anualmente nos 16 níveis do programa de bolsas, o qual apresentou o maior pico de investimento no ano de 2018.

Figura 36 – Valores Investidos em Bolsas Via Programa Próprio da UEG



Fonte: UEG (2019d)

Na Tabela 15, são apresentados os registros históricos em quantidade e valor da bolsa por tipo de programa, modalidade e nível. A média de auxílios por ano representou uma quantidade de 1.494 pessoas atendidas, e, nesses 6 anos, mais de 8.500 benefícios foram concedidos a discentes e a 390 docentes da UEG. Em relação ao nível, 91,9% foram destinados a alunos da graduação, 3,3% ao *stricto sensu*, e 0,5% ao *lato sensu*, o que corresponde a 95,6% dos recursos direcionados aos alunos e 4,4% aos docentes.

Tabela 15 – Registro de Valores e Quantidades do Programa Próprio de Bolsas da UEG

Programa de Bolsas	Modalidade	Nível	Valor	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Ações Extensionistas	Discentes	Graduação	400	81	72	90	90	90	90	513
Desenv. Institucional nível I	Discentes	Graduação	400	26	75	100	131	123	123	578
Iniciação Científica	Discentes	Graduação	400	200	200	200	202	204	209	1.215
Iniciação Tecnológica	Discentes	Graduação	400	30	30	30	31	32	32	185
Monitoria	Discentes	Graduação	400	61	67	68	130	136	138	600
Permanência	Discentes	Graduação	400	747	1.176	600	600	594	500	4.217
Permanência Estrangeiro	Discentes	Graduação	400	-	-	-	-	-	9	9
Permanência Quilombola	Discentes	Graduação	400	-	-	-	-	-	11	11
Pró-Licenciatura	Discentes	Graduação	400	137	148	137	153	158	160	893
Mobilidade Nacional	Discentes	Graduação	700	-	-	-	1	2	7	10

Desenv. Institucional nível II	Discentes	<i>Lato Sensu</i>	800	-	-	-	18	9	14	41
Desenv. Institucional nível III	Discentes	<i>Stricto Sensu</i>	1.100	-	-	-	4	10	10	24
Doutorado	Discentes	<i>Stricto Sensu</i>	2.200	-	-	-	5	7	7	19
Mestrado	Discentes	<i>Stricto Sensu</i>	1.500	20	40	40	52	52	52	256
Incentivo ao Pesquisador BIP	Docente	-	1.100	-	71	61	80	80	80	372
Incentivo à docência e Acompanhamento ao discente	Docente	-	1.100	-	-	-	-	-	18	18
Total	-	-	-	1.302	1.879	1.326	1.497	1.497	1.460	8.961

Fonte: UEG (2019d)

Segundo o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação da UEG, Prof. Dr. Everton Tizo Pedroso, a política de concessão de bolsas da instituição é fundamental para garantir a permanência dos alunos no ensino superior, além de minimizar:

[...] a evasão de centenas de estudantes da Universidade, por meio da Bolsa Permanência; o incentivo ao pensamento e à produção científica dos discentes, mediante a Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica; a redução do índice de reprovação nos cursos da Universidade e a produção de novos conhecimentos, por meio da Bolsa Monitoria; a atuação dos discentes dos cursos de licenciatura da UEG em centenas de escolas de Educação Básica como estímulo à docência, com a Bolsa da Pró-Licenciatura; a oportunidade de conhecimento das práticas de atividades técnico-científicas da própria universidade, por meio da Bolsa de Desenvolvimento Institucional; o estímulo à interação entre acadêmicos(as) e a sociedade, por meio das atividades desenvolvidas pelos(as) bolsistas da Bolsa de Ações Extensionistas; o oferecimento de intercâmbio cultural aos estudantes da UEG que desejam se capacitar em outras instituições de ensino, por meio da Bolsa Mobilidade Nacional; o prosseguimento da pesquisa de egressos da graduação e a formação de recursos humanos de alto nível de dezenas de pós-graduados(as), sobretudo aos(as) discentes classificados(as) em condições de vulnerabilidade social, por meio da Bolsa *Stricto Sensu* (UEG, 2019d).

Portanto, independentemente de sua implantação estar vinculada de forma espontânea ou compulsória pela Instituição, a adoção de ações afirmativas é indispensável para a mitigação das diferenças históricas ainda presentes em nossa sociedade atual, sejam elas etnicorraciais, pela discriminação de gênero, orientação sexual, ou de natureza física-intelectual, além dos fatores vinculados à situação econômico-financeira e de classe social dos indivíduos.

Nesse contexto, o sistema de cotas para o ingresso em conjunto com a política de bolsas e auxílios, são ferramentas fundamentais para garantir o acesso democrático ao ensino superior público e gratuito, bem como para o fomento dos meios necessários à sua manutenção e conclusão. Essas são obrigações que o Estado, na figura de suas Instituições públicas de ensino, deve priorizar em face à promoção do bem comum e da justiça social.

5 A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS: INDICADORES QUANTITATIVOS FINANCEIROS E AMBIENTAIS

A apuração dos resultados na gestão financeira compreende um dos principais expoentes para o levantamento da saúde e longevidade em um empreendimento. Pela análise dos indicadores quantitativos relacionados à administração do numerário monetário, é possível constatar a situação econômica e a sustentabilidade financeira de uma instituição. Em âmbito da UEG, a necessidade do conhecimento da destinação no uso dos recursos públicos, oriundos da força do Estado em arredar tributos e aplicá-los em razão do bem comum social, intensifica a imprescindibilidade de averiguar a conduta do ente público no emprego das verbas governamentais para sua manutenção e fomento.

Desta forma, no presente capítulo, inicialmente trataremos acerca dos aspectos associados ao uso do dinheiro público na UEG, com ênfase na relação de evidenciação histórica dos valores destinados de receitas em oposição às despesas totais, e o conseqüente reflexo no fluxo de recursos monetários à disposição da instituição. Além disso, também se destaca a mensuração dos indicadores quantitativos relativos à folha de pagamento do corpo funcional técnico-administrativos e docentes, o qual representa um dos maiores gastos da Universidade.

Em seguida, são avaliados os impactos ambientais que a Universidade produz ao meio ambiente, pois, mesmo que sua atuação econômica e social esteja vinculada ao âmbito educacional no ensino superior, a atuação de toda e qualquer tipo de organização reflete em impactos no meio ao qual está inserida, seja pelo uso de recursos naturais, bem como pela produção e descarte de resíduos. Contudo, diante da limitação na capacidade de averiguação quantitativa dos seus indicadores ambientais, buscou-se investigar a relação do consumo de água e energia pelos câmpus da Instituição.

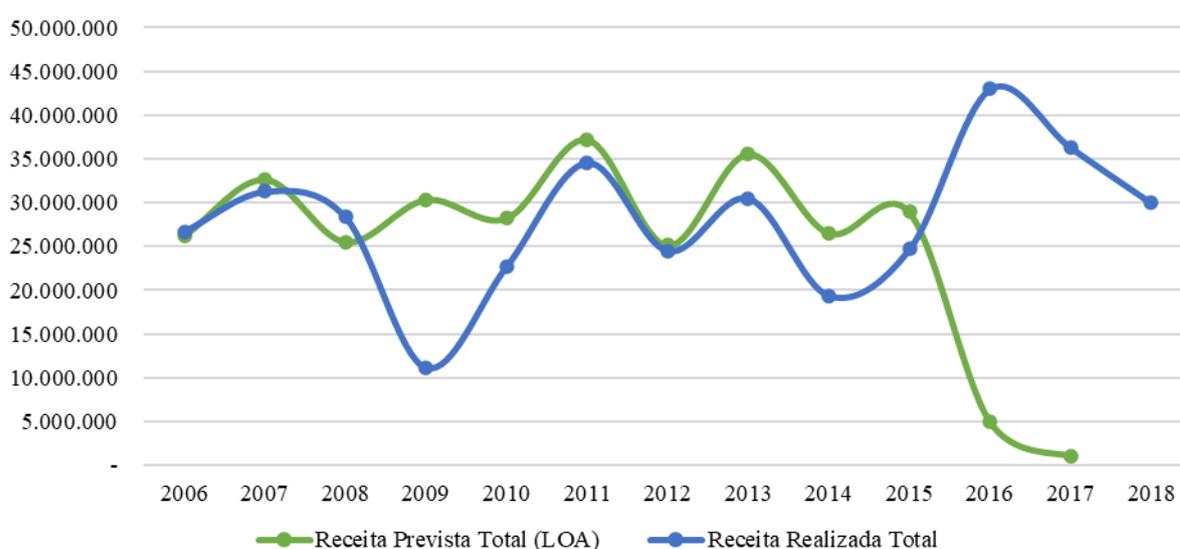
5.1 Indicadores de Nível Financeiro

A principal fonte de recursos financeiros da UEG é proveniente da arrecadação do Estado. Até o mês de setembro de 2019, segundo Emenda Constitucional nº 61, que alterou o Artigo 158 da Constituição Estadual de Goiás, o estado deveria aplicar anualmente na UEG 2% da sua receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino superior na universidade (GOIÁS, 2019a). Em 5 de dezembro de 2019 a Emenda Constitucional nº 64, removeu esta destinação exclusiva à instituição e o Artigo 158 da Constituição Estadual passou a vigorar sob a seguinte afirmação: “O Estado aplicará, anualmente, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de

transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino” (GOIÁS, 2019b). Portanto, esta alteração na Constituição do Estado removeu a destinação obrigatória dos 2% à UEG.

Em relação aos dados históricos, podemos observar na Figura 37 os valores destinados à Universidade nas receitas previstas e realizadas, extraídos diretamente do portal da transparência do estado. A disponibilização dos valores de Receita Prevista de 2018 não se encontrava disponível, pois conforme notificação no site, ainda estavam sendo realizados ajustes para atender ao Novo Ementário de Receita Orçamentária estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

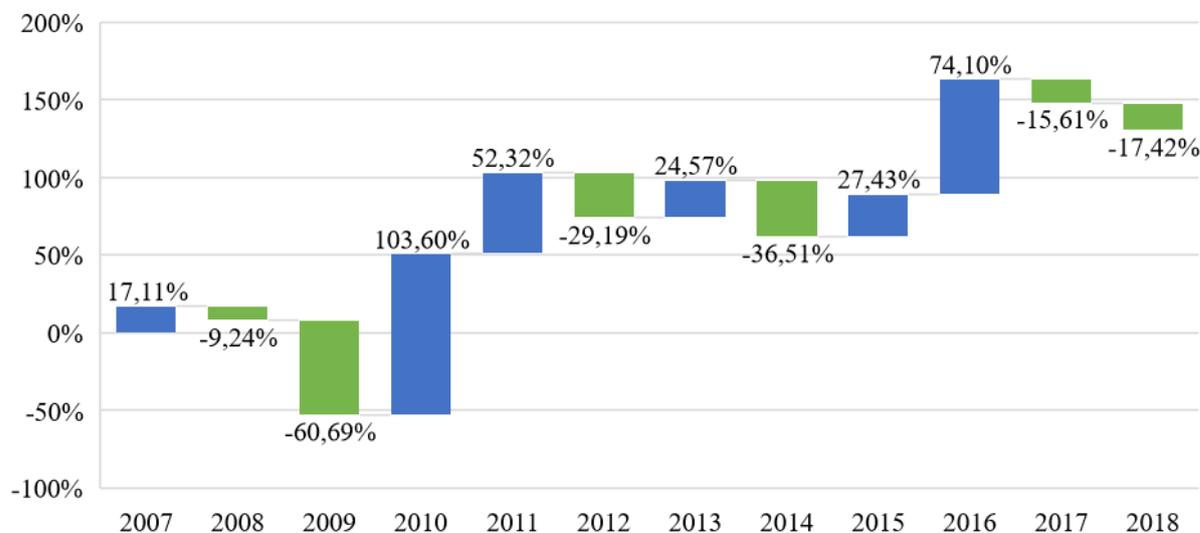
Figura 37 – Relação entre a Receita Prevista e Realizada na UEG



Fonte: Adaptado de CGE (2019b)

É possível verificar que entre os anos de 2006 a 2015, as receitas realizadas ficaram abaixo do previsto de 8 dos 10 anos analisados. A maior disparidade foi registrada no ano de 2009, onde a receita realizada foi de apenas 37% do previsto. Além disso, podemos analisar pela curva, que os dados históricos são irregulares, apresentando picos de aumento e redução. Entretanto, a média de receitas anuais realizada e destinada à Instituição no período foi de R\$ 27.931.847,38.

O histórico de flutuação nos valores é melhor expresso pela Figura 38, na qual podemos verificar com maior clareza, os picos de crescimento e decréscimo nas verbas destinadas à Instituição. Os maiores aumentos são visualizados nos anos de 2010, 2016 e 2011, e as maiores reduções em 2009, 2014 e 2012. Em uma média, levando-se em conta os aumentos e reduções no período, as verbas da UEG cresceram cerca de 10,87% ao ano. Além disso, tomando como base a receita realizada em 2006, a destinação de recursos para a UEG aumentou 61% em 2016, ano com maior numerário alocado à Universidade.

Figura 38 – Histórico de Flutuação em Proporção nas Receitas Realizadas na UEG

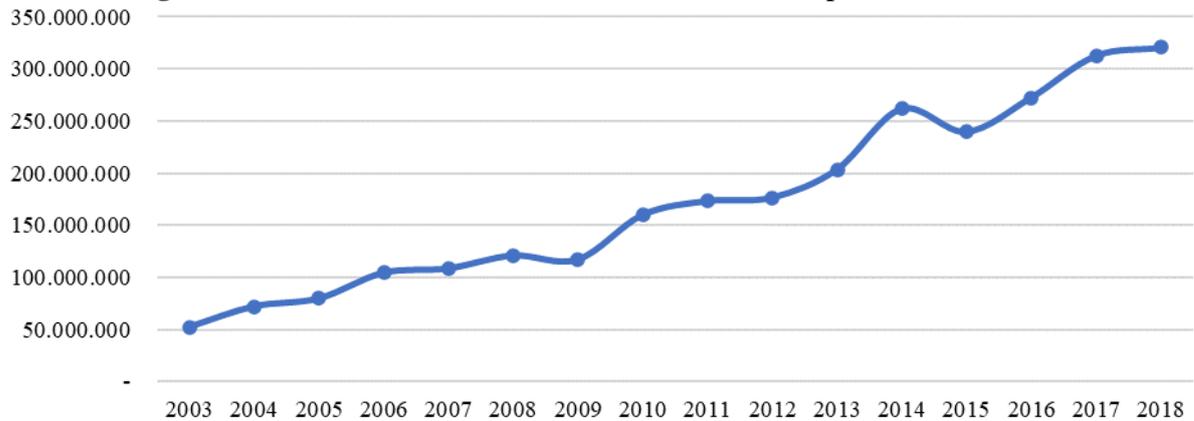
Fonte: Adaptado de CGE (2019b)

Além dos recursos orçamentários vinculados à arrecadação do Estado, a UEG também realiza a captação de outras fontes de receitas, vinculadas à prestação de serviços e pela captação por intermédio de convênios e parcerias. Segundo a UEG (2018) foram arrecadados R\$ 3,7 milhões em 2011, R\$ 10,7 em 2012, R\$ 15,6 em 2013, R\$ 14,7 em 2014, R\$ 14,9 em 2015, R\$ 15,2 em 2016 e R\$ 33,6 milhões de reais em 2017. A origem destes recursos fora oriunda de:

Na vertente da prestação de serviços se destaca a parceria firmada, desde 2006, com o Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Goiás (Detran - GO¹⁵), por meio do Programa Educando e Valorizando a Vida (EVV), cujo objetivo é a aplicação das provas para os candidatos à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Outro meio importante nessa vertente é a prestação de serviços de realização de concursos públicos a outros entes, tanto municipais quanto estaduais, por meio do Núcleo de Seleção da UEG. Além desses principais serviços, a UEG também obtém recursos por meio da arrecadação de taxas e tarifas por serviços como a chancela de diplomas de outras universidades. Na vertente da captação de recursos por meio de convênios, destacam-se aqueles firmados com entes federais. Tais convênios possuem objetos variados, tanto para investimentos em infraestrutura como também para fomento ao ensino, à pesquisa e à extensão (UEG, 2018b).

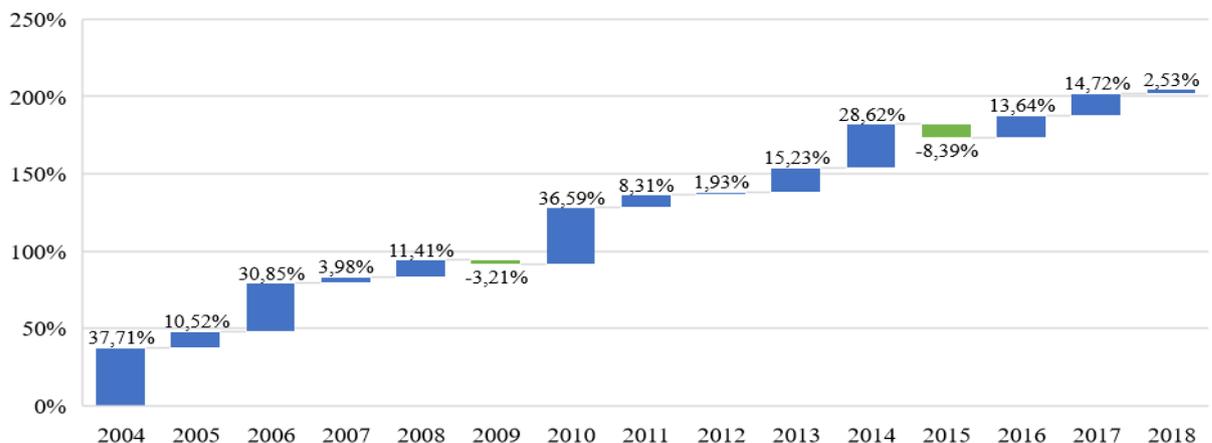
Em contrapartida às receitas, os totais anuais de gastos governamentais empenhados em nome da UEG são evidenciados na Figura 39. Diferentemente do que foi visto com a curva histórica das receitas, as despesas da UEG demonstram-se constantemente crescentes, com um aumento de 13,63% ao ano. Em 2003, a Instituição possuía uma despesa em torno de 52 milhões, que em 2018 subiu para mais de 320 milhões no ano. O aumento representou 511%, ou seja, quintuplicou no período de 16 anos.

¹⁵ Em agosto de 2019, o convênio entre a UEG e o Detran foi cessado em atendimento ao pedido do Tribunal de Contas do Estado (TCE) realizado em 2017, o qual avaliou a parceria como irregular, visto que dispensava o processo licitatório. Desde 2006, o convênio havia sido renovado três vezes. (GONÇALVES; MARTINS, 2019)

Figura 39 – Histórico de Gastos Governamentais Empenhados da UEG

Fonte: Adaptado de CGE (2019c)

O histórico de flutuação nos valores, também é expresso pelos dados da Figura 40, que evidencia a redução dos gastos em apenas dois anos, em 2009 com -3,21% e em 2015 com um total de -8,39% em relação ao ano anterior. Removendo-se estes dois períodos, a taxa de aumento nos gastos é de 16,62% ao ano.

Figura 40 – Histórico de Flutuação em Proporção nas Despesas da UEG

Fonte: Adaptado de CGE (2019c)

Os maiores aumentos foram registrados em 2004, 2010, e 2006. Portanto, destaca-se o ritmo acelerado no aumento das despesas na instituição. Diante desse contexto do aumento nas despesas da Instituição, também foram analisados os valores de saldos iniciais e finais no Fluxo de Caixa da Instituição, entre o ano 2006 e 2018, os quais estão expressos na Tabela 16. Entre os anos de 2005 a 2015, os valores foram extraídos do Balanço Patrimonial da Instituição pela soma dos saldos nas contas Bancos Conta Movimento, Aplicações Financeiras e Vinculado em C/C Bancária. A partir de 2016, são apresentados os saldos extraídos da Demonstração dos

Fluxos de Caixa e Equivalente de Caixa, presente no anexo 18 das Demonstrações Contábeis do Estado¹⁶.

Nos 13 anos analisados, podemos visualizar pelos dados que a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa foi negativa em 7 anos, inclusive nos últimos 5 anos do período. Isto evidencia, que a quantidade de recursos monetários que ‘saem’, é maior do que a quantidade de recursos financeiros que “entram”. Contudo, no período total a geração de caixa e equivalentes na Instituição foi de R\$ 13.104.022,03. Embora a quantidade de períodos onde houve uma geração negativa, os anos de 2012 e 2013 foram os períodos onde houveram o maior crescimento dos recursos de caixa na UEG, com um aumento de mais de 78 milhões e 42 milhões respectivamente.

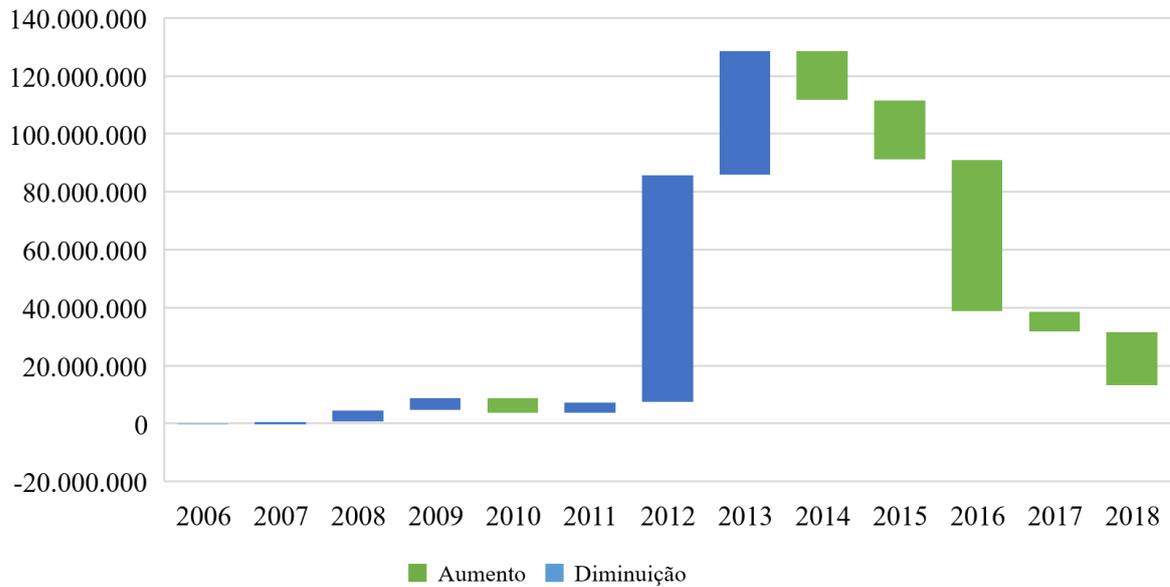
Tabela 16 – Saldos Iniciais e Finais do Fluxo de Caixa da UEG

<i>Ano</i>	<i>Saldo Inicial</i>	<i>Saldo final</i>	<i>Diferença</i>
2006	412.624,32	54.623,40	-358.000,92
2007	54.623,40	959.781,18	905.157,78
2008	959.781,18	5.156.018,33	4.196.237,15
2009	5.156.018,33	9.185.655,93	4.029.637,60
2010	9.185.655,93	4.144.903,25	-5.040.752,68
2011	4.144.903,25	7.676.397,90	3.531.494,65
2012	7.676.397,90	86.262.503,06	78.586.105,16
2013	86.262.503,06	129.117.920,74	42.855.417,68
2014	129.117.920,74	111.946.348,96	-17.171.571,78
2015	111.946.348,96	91.554.405,25	-20.391.943,71
2016	91.529.453,25	39.009.859,90	-52.519.593,35
2017	39.009.859,90	32.056.147,83	-6.953.712,07
2018	32.056.147,83	13.491.694,35	-18.564.453,48

Fonte: Adaptado de UEG (2019g) e SCGI (2019)

Na Figura 41 podemos visualizar claramente os períodos de aumento e redução de caixa e equivalentes na Instituição. Segundo os dados, a subida vertiginosa nos anos de 2012 e 2013, provavelmente decorreu de repasses retroativos de anos antecedentes e seguiu de períodos consecutivos de decréscimo. Em 2013, a UEG chegou a possuir em suas contas de caixa e equivalentes mais de R\$ 129 milhões de reais, que em 2018, caíram para cerca de R\$ 13 milhões. Todavia, mesmo diante desta redução, no período analisado, o valor disponível no último ano investigado aumentou 31 vezes em relação ao saldo inicial de 2006.

¹⁶ Os Balanços Gerais do Estado dos exercícios de 2006 a 2015 foram emitidos pelo Sistema de Contabilidade Pública (SCP), sistema que foi desativado, porém, encontram-se para consulta pública via site: <<http://aplicacao.sefaz.go.gov.br/post/ver/142156/balanco-geral-do-estado>>. A partir de 2016, as Demonstrações Contábeis do Estado são elaboradas via Sistema de Informação de Contabilidade do Estado de Goiás (SCGI) e encontram-se disponíveis para consulta via site:<<http://scgi.sefaz.go.gov.br/scgi>>.

Figura 41 – Flutuação Histórica no Saldo de Equivalentes de Caixa

Fonte: Adaptado de UEG (2019g) e SCGI (2019)

Nesse contexto, na Tabela 17 temos evidenciados os valores de restos a pagar da Instituição, que correspondem às despesas empenhadas, porém não pagas ao final do exercício. Aclaramos que os dados foram extraídos do Demonstrativo Sintético de Restos a Pagar do Sistema de Contabilidade do Estado e indicam o aumento nas despesas não quitadas dentro do exercício financeiro que ocorreram. Pelos dados, podemos observar que ao final de 2014 não houve nenhuma despesa sem pagamento, contudo, os valores passaram a crescer nos anos seguintes.

Tabela 17 – Demonstrativo Sintético de Restos a Pagar

Ano	Não Processados	Processados	Total Geral	% Aumento
2012	-	4.411,20	4.411,20	
2013	-	4.085,16	4.085,16	-7,39%
2014	-	-	-	-
2015	-	58.507,98	58.507,98	1.332,21%
2016	-	63.850,32	63.850,32	9,13%
2017	-	466.000,74	466.000,74	629,83%
2018	10.301.270,53	22.334.394,51	32.635.665,04	6.903,35%

Fonte: Adaptado de UEG (2019g) e SCGI (2019)

Em 2018, concomitante com o período da troca do governo em Goiás, houve o escalonamento de pagamento do salário e 13º referentes a 12/2018 em Goiás, que somente foi quitado em agosto de 2019, na sexta e última etapa de escalonamento¹⁷, fato que resultou na elevação nos restos a pagar no período. Entretanto, é preciso considerar que em 2017, o valor

¹⁷ Comunicação Setorial - Economia Goiás. Governo de Goiás quita dezembro. Notícia publicada em 28 de agosto de 2019. Disponível em: <<http://aplicacao.sefaz.go.gov.br/post/ver/233272/governo-de-goias-quita-dezembro>>.

das dívidas contraídas e ainda não quitadas na UEG, já somavam mais de R\$ 466 mil reais. Assim, somente após o encerramento das demonstrações contábeis no exercício de 2019, poderemos avaliar se os valores de restos a pagar na instituição reduziram ou não.

A folha de pagamento representa um dos maiores gastos da UEG. Na Tabela 18, podemos observar os valores totais de gastos com pessoal por ano e por tipo de vínculo com a Instituição entre os anos de 2010 a 2018. Podemos observar, que o valor total pago demonstrou o acréscimo anual iniciado com mais de R\$ 87 milhões em 2010 para mais de R\$ 247 milhões em 2018, um aumento de mais de R\$ 160 milhões de reais anuais em 9 anos.

Além do mais, no período total, a maior despesa com pessoal registrou-se para os funcionários efetivos na instituição, e em seguida pelos temporários, os quais englobam simultaneamente o corpo administrativo e docente. As médias anuais de gastos anuais foram: R\$ 88.309.333 para funcionários efetivos; R\$ 49.686.070 temporários; R\$ 14.089.163 aos aposentados e pensionistas; R\$ 3.319.857 gastos com funcionários em cargo de comissão; R\$ 1.388.769 para o pagamento de pessoas sem vínculo; R\$ 364.417 requisitados; e R\$ 206.960 para o pagamento de estagiários.

Tabela 18 – Gastos Anuais com Pessoal por Tipo de Vínculo

Ano	Efetivo	Temporário	Aposentado		Sem vínculo	Requisitado	Estagiário	Total
			Pensionista	Comissionado				
2010	31.431.015	43.985.581	8.127.021	3.226.577	-	157.642	205.482	87.133.317
2011	41.656.973	39.651.143	9.134.838	2.930.478	-	208.171	164.339	93.745.942
2012	57.892.953	38.220.888	11.442.952	3.176.951	-	303.848	362.258	111.399.850
2013	66.863.855	48.791.502	12.590.073	2.952.731	1.291.062	331.519	397.690	133.218.433
2014	80.654.421	58.276.482	14.063.419	3.669.902	2.068.333	292.948	327.646	159.353.151
2015	103.535.200	53.973.433	15.779.786	3.179.592	1.384.661	346.615	205.300	178.404.587
2016	114.180.959	53.785.660	16.309.961	3.682.643	1.306.855	439.229	11.770	189.717.078
2017	137.509.145	50.671.808	18.674.191	3.268.055	1.092.117	464.870	77.440	211.757.626
2018	161.059.473	59.818.136	20.680.229	3.791.780	1.189.587	734.911	110.715	247.384.832
Total	794.783.995	447.174.634	126.802.471	29.878.708	8.332.616	3.279.754	1.862.639	1.412.114.816

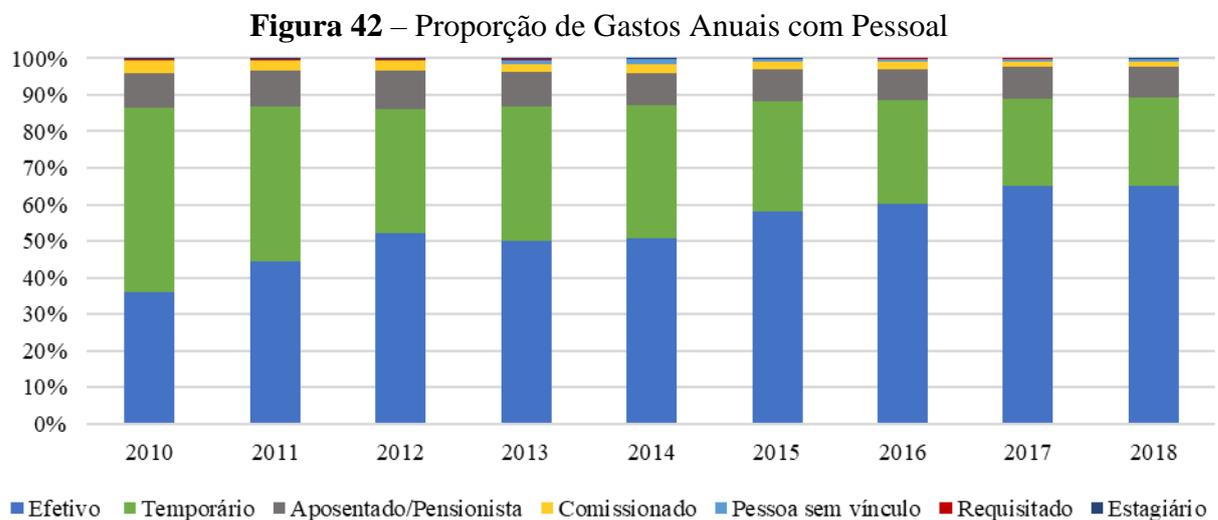
Fonte: Adaptado de UEG (2019a)

Podemos observar melhor, a proporção dos gastos por vínculo pela Figura 41, em que se destaca com maior proporção em relação ao gasto total, os funcionários efetivos, temporários e Aposentados/pensionistas. Pelas curvas do percentual, nota-se que em 2010 a participação dos efetivos em relação ao gasto total era menor, o qual obteve um crescimento, em decorrência da redução nos gastos com servidores temporários. Em 2010 o gasto com funcionários efetivos era de 36% e de 50% para temporários em relação ao total do ano. Em 2018 os valores se invertem, e apresentam uma proporção de 65% dos efetivos, *versus* 24% para os temporários.

Em relação aos aposentados, a média de participação no total ficou em torno de 9%, com variação de 1 ponto percentual para mais ou para menos, como podemos observar pelos

dados disponibilizados, expressa a não variação no período analisado. Em contrapartida, a participação dos servidores comissionados sem vínculo, requisitados e estagiários em conjunto apresentaram uma média de 3,2% de participação, com variação máxima de 0,9% a maior e a menor. Estes dados indicam, que estes grupos de despesas possuem uma participação menor nos gastos com a folha de pagamento da Instituição (Figura 42).

De modo geral em relação ao total do período, os valores pagos aos servidores efetivos representam a proporção de 56,3%, aos temporários 31,7%, aos aposentados e pensionistas 9%, aqueles em cargos de comissão 2,1%, aos prestadores de serviço sem vínculo com a instituição 0,6%, para funcionários requisitados 0,2% e aos estagiários 0,1%.

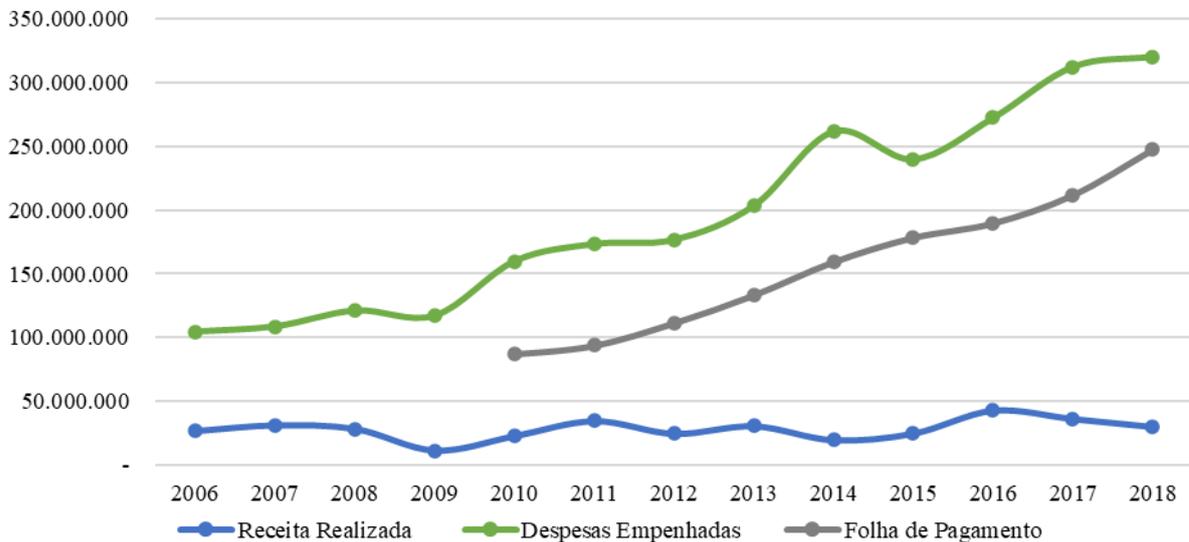


A questão do aumento dos gastos com a folha de pagamento, também necessita ser confrontada em relação às despesas totais e às receitas realizadas da Instituição. Na Figura 42 foram agrupados três grupos de valores totais anuais. Conforme apontado anteriormente, as receitas da Instituição não acompanharam o aumento no crescimento das despesas totais vinculadas e tais dados podemos perceber que o aumento da folha de pagamento contribuiu significativamente para o vertiginoso aumento das despesas na UEG. É perceptível pela curva, que foi a majoração dos salários que elevaram as despesas totais no período.

É fato que as despesas totais decorrem da dotação dos 2% da arrecadação do estado e mesmo sendo a principal fonte de financiamento, não são suficientes para cobrir as despesas totais da UEG, que necessita de outros repasses para sua manutenção (Figura 43). A folha de pagamento não se inclui no orçamento dedicado da Instituição, que é paga pelo estado e não pela própria UEG. Nesse contexto, é discutível, inclusive, a questão de sua autonomia

financeira, visto que suas receitas são insuficientes frente aos gastos totais, principalmente, aqueles vinculados à folha de pagamento UEG¹⁸.

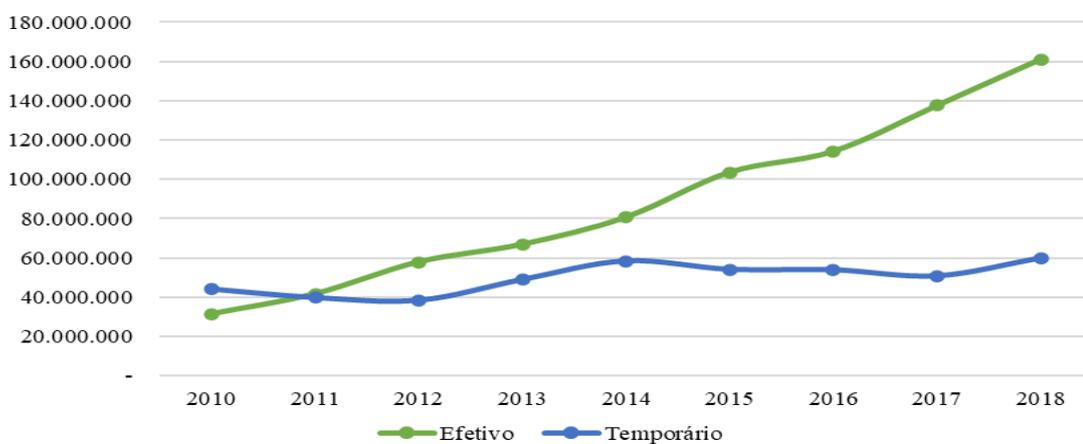
Figura 43 – Comparação entre o Total de Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas e a Folha de Pagamento (2006-2018)



Fonte: Adaptado de CGE (2019a, 2019b, 2019c)

Portanto, cabe analisar àquela relação de gastos entre servidores efetivos e temporários que vigorou até o início de 2020. A Figura 44 traz a confrontação dos valores de gastos totais com as duas categorias de vínculos com a UEG. Podemos observar pelas curvas que o custo dos salários de servidores efetivos obteve um crescimento consideravelmente mais acentuado em relação ao gasto com temporários no mesmo período. Aos funcionários efetivos, o valor da folha de pagamento saltou de R\$ 31 milhões em 2010 para R\$ 161 milhões em 2018, um crescimento de 412%.

Figura 44 – Comparação de Gastos Totais com Pessoal entre Efetivos e Temporários

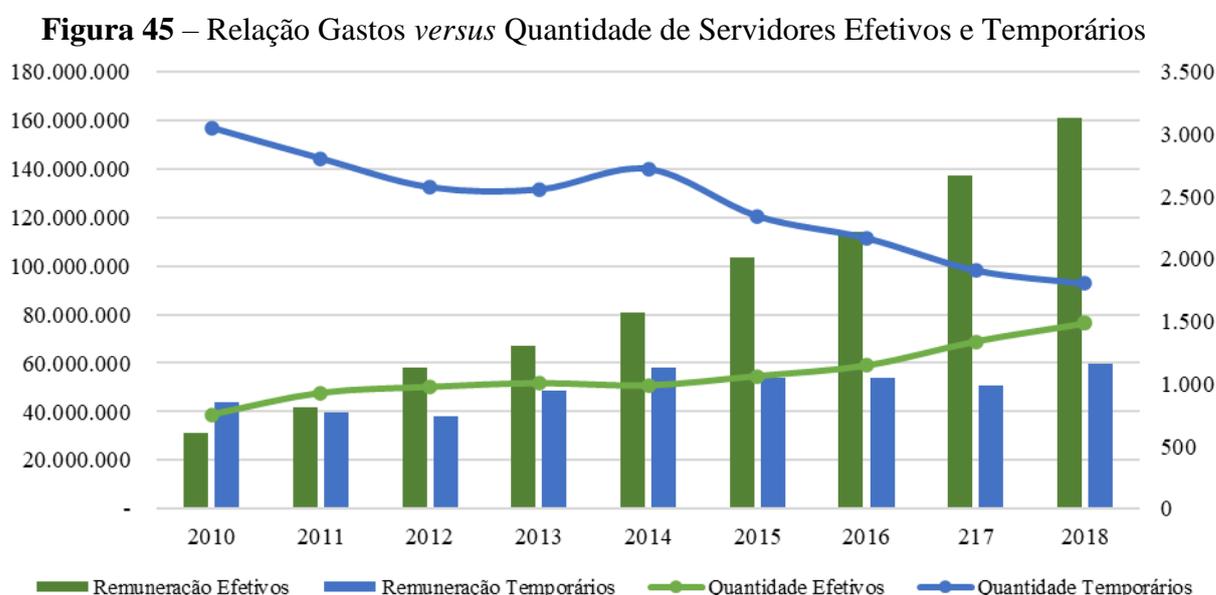


Fonte: Adaptado de UEG (2019a)

¹⁸ Orientação recebida do Procurador Municipal da Prefeitura de Morrinhos Murilo Moraes Alexandre, via e-mail em 24 de maio de 2019.

Em relação aos temporários, em 2010 foram pagos quase R\$ 44 milhões em salários, valor que em 2018 representou R\$ 59 milhões, o que corresponde a um aumento de apenas 36%. Nesse cenário, é evidente o peso financeiro que a Instituição arca(ou) para a manutenção dos seus servidores técnico-administrativo e docentes em nível efetivo.

Além de considerar tal gasto, precisamos associá-lo à quantidade do corpo funcional. Na Figura 45 estão agrupados os valores totais de gasto por ano com a quantidade média de servidores temporários e efetivos, que já havia sido demonstrada nos indicadores de cunho social. Nesse aspecto, o ponto que mais chama a nossa atenção diz respeito ao aumento dos gastos na quantidade dos servidores efetivos. Pelas informações disponibilizadas torna-se evidente que a quantidade de funcionários efetivos aumentou no decorrer do tempo analisado, todavia, a proporção do aumento no gasto foi visivelmente vultuosa.



Fonte: Adaptado de UEG (2019a)

No tocante ao valor, o gasto com efetivos aumentou 412% no período e em relação à quantidade, o número de servidores cresceu apenas 97%, o que indica que o aumento de poucos servidores efetivos possui um alto impacto no gasto com a folha de pagamento, pois conforme trataremos a seguir, a sua média salarial é maior em relação aos temporários. Nesse mesmo aspecto, o gasto com servidores temporários aumentou apenas 36%, conforme já apresentado, porém, a sua quantidade reduziu em -41% no período.

Ainda a respeito da questão sobre os gastos salariais com o corpo funcional, uma dúvida se insere tanto nos indicadores financeiros quanto nos sociais, ou seja, a disparidade entre as médias salariais, inclusive pelo aspecto do gênero. Para a análise, apuramos os rendimentos brutos do corpo funcional em dezembro de 2018, último período de avaliação do estudo, excluindo-se os rendimentos de Férias e 13º salário.

Na Tabela 19, apresentamos a média salarial por tipo de vínculo e gênero, onde podemos observar que as maiores médias salariais tanto no sexo masculino quanto no feminino, são fato para os servidores efetivos da Instituição. Este número era supostamente esperado em virtude de os gastos com efetivos representarem a maior parcela do gasto total com pessoal, conforme anteriormente discutido. Em segundo lugar, sem a distinção de gênero, a maior média salarial é apresentada aos servidores requisitados, seguidos na sequência em ordem decrescente pelos comissionados em terceiro, temporários em quarto e estagiários em quinto e último.

Tabela 19 – Rendimentos Brutos e Média Salarial/Tipo de Vínculo e Gênero (12/2018/Exceto 13º e Férias)

Vínculo	Feminino			Masculino			Total		
	Nº	Bruto (R\$)	Média	Nº	Bruto (R\$)	Média	Nº	Bruto (R\$)	Média
Comissionado	30	134.130,66	4.471,02	31	156.925,51	5.062,11	61	291.056,17	4.771,41
Efetivo	725	5.886.541,32	8.119,37	747	6.481.061,81	8.676,12	1.472	12.367.603,13	8.401,90
Estagiário	9	5.445,00	605,00	4	2.420,00	605,00	13	7.865,00	605,00
Requisitado	7	38.117,91	5.445,42	5	23.829,81	4.765,96	12	61.947,72	5.162,31
Temporário	1.193	2.962.619,03	2.483,34	592	1.710.818,24	2.889,90	1.785	4.673.437,27	2.618,17
Total	1.964	9.026.853,92	4.596,16	1.379	8.375.055,37	6.073,28	3.343	17.401.909,29	5.205,48

Fonte: Adaptado de UEG (2019a)

Em relação à segregação por gêneros, a segunda maior média apresentada para o sexo feminino é de funcionários comissionados e ao gênero masculino de servidores requisitados. Em ambos os casos, os vínculos temporários se encontram em quarta colocação no *ranking*. Esta informação corrobora para com o discutido anteriormente sobre os gastos com servidores temporários ser visivelmente menor em relação aos efetivos.

De modo geral, podemos observar que dentro de todos os tipos de vínculos, a média salarial das mulheres é menor em relação aos homens. Enquanto elas ganham cerca de R\$ 4.596,16, os cargos masculinos têm uma média de R\$ 6.073,28, o equivalente acerca de 24% à menos. Quanto à média salarial geral de R\$ 5.205,48, os valores pagos às mulheres são 12% menores. Esta diferença, talvez se explique pela variação do tempo de serviço e pela titulação dos servidores, bem como, pelo fato de os homens ocuparem um volume maior de cargos de liderança ou chefia com funções gratificadas.

Ademais, conforme o Plano de Carreira e Vencimentos do Pessoal do Magistério Público Superior da Fundação Universidade Estadual de Goiás, instituído pela Lei nº 13.842, de 01 de junho de 2001, a remuneração dos docentes em carreira de magistério público superior estadual é classificada segundo a titulação acadêmica (graduado, especialista, mestre, doutor e pós-doutor) (GOIÁS, 2001). A diferença salarial por gênero não necessariamente é expressa por uma política interna da Instituição em si, mas sim, como reflexo da própria sociedade patriarcal. Em outro aspecto, a desigualdade salarial pode ser acentuada em face à redução da

titulação acadêmica das mulheres docentes, visto que a política de proventos da UEG utiliza a titulação como base para cálculo da remuneração salarial.

A única função que não apresentou diferença foi a de estagiário, que tem valor de forma padronizada. E, quando olhamos a média de rendimentos entre os efetivos e temporários, em ambos, as mulheres recebem menos que os homens. O único vínculo feminino com maior rendimento médio, foi apresentado pelas servidoras requisitadas.

Além disso, quando analisamos em recorte as médias entre servidores técnico-administrativos e docentes na Tabela 20, percebemos que esta situação permanece. A média salarial de servidores administrativos do gênero femininos, é 10% menor que a média geral e 22% menor que a média salários dos servidores administrativos do sexo masculino. Em nível docente, embora menor, a média salarial do sexo feminino em relação à média geral é 9% menor e 18% menor em relação à média dos docentes masculinos.

Tabela 20 – Rendimentos Brutos e Média Salarial por Cargo, Tipo em Vínculo e Gênero em 12/2018 (exceto 13º e Férias)

	<i>Vínculo</i>	<i>Feminino</i>			<i>Masculino</i>			<i>Total</i>		
		Nº	Bruto (R\$)	Média	Nº	Bruto (R\$)	Média	Nº	Bruto (R\$)	Média
<i>Administrativo</i>	Comissionado	30	134.130,66	4.471,02	31	156.925,51	5.062,11	61	291.056,17	4.771,41
	Efetivo	261	1.378.726,37	5.282,48	239	1.314.143,03	5.498,51	500	2.692.869,40	5.385,74
	Estagiário	9	5.445,00	605,00	4	2.420,00	605,00	13	7.865,00	605,00
	Requisitado	5	28.970,79	5.794,16	3	12.863,38	4.287,79	8	41.834,17	5.229,27
	Temporário	660	1.213.289,11	1.838,32	280	567.701,40	2.027,51	940	1.780.990,51	1.894,67
	Total	965	2.760.561,93	2.860,69	557	2.054.053,32	3.687,71	1.522	4.814.615,25	3.163,35
<i>Docente</i>	Efetivo	464	4.507.814,95	9.715,12	508	5.166.918,78	10.171,10	972	9.674.733,73	9.953,43
	Requisitado	2	9.147,12	4.573,56	2	10.966,43	5.483,22	4	20.113,55	5.028,39
	Temporário	533	1.749.329,92	3.282,04	312	1.143.116,84	3.663,84	845	2.892.446,76	3.423,01
	Total	999	6.266.291,99	6.272,56	822	6.321.002,05	7.689,78	1.821	12.587.294,04	6.912,30

Fonte: Adaptado de UEG (2019a)

Nos cargos administrativos efetivos, as mulheres recebem 4% a menos em relação à média de rendimentos brutos masculinos, e 9% a menos nos cargos temporários. Para as docentes do sexo feminino, o salário também é 4% menor em cargos efetivos e 10% menor em cargos temporários. Além disso, a única média salarial maior para o gênero feminino, é apresentada para as servidoras em âmbito administrativo, com vínculo requisitado. Em todos os demais níveis e tipos de vínculos, com a média de rendimentos no gênero masculino é maior.

Além disso, a disparidade em valor entre o menor e o maior salário também é evidenciada na Tabela 21, por tipo de vínculo e gênero. Podemos avaliar que o único salário em pé de igualdade entre os sexos é o salário mínimo pago aos servidores administrativos. Embora as mulheres com vínculo docente, efetivo e temporário, possuam um valor de menor salário superior aos menores salários pagos aos homens, os maiores salários em nível de administrativo, docentes, efetivos e temporários são pagos ao gênero masculino. Os maiores

salários femininos em relação aos maiores salários masculinos somente estão presentes em cargos requisitados e comissionados.

Tabela 21 – Disparidade entre o Menor e o Maior Salário Bruto por Tipo de Vínculo e Gênero em 12/2018 (exceto 13º e Férias)

Vínculo	Menor Salário Bruto		Maior Salário Bruto		Diferença	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Administrativo	954,00	954,00	21.997,58	22.232,49	21.043,58	21.278,49
Docente	827,78	428,49	26.053,21	33.341,54	25.225,43	32.913,05
Efetivo	1.745,03	1.059,65	26.053,21	33.341,54	24.308,18	32.281,89
Temporário	827,78	428,49	13.460,80	14.070,79	12.633,02	13.642,30
Requisitado	1.527,70	1.663,75	15.030,74	8.025,74	13.503,04	6.361,99
Comissionado	1.478,00	1.833,33	14.000,00	13.560,00	12.522,00	11.726,67

Fonte: Adaptado de UEG (2019a)

O maior salário em ambos os sexos é pago a servidores docentes efetivos, contudo, o maior salário feminino ainda é 22% menor, o equivalente a R\$ 7.288,33 reais a menos. Em uma média geral, os salários femininos são 13% maiores que a média de menores salários masculinos; os maiores salários de mulheres são 6% menores que a média de maiores salários de homens; e a variação entre o menor e o maior pagamento é 8% maior no gênero masculino. A diferença entre o menor salário e o maior pagamento para mulheres é de R\$ 18.205,88, enquanto aos homens, este valor corresponde a R\$ 19.700,73. Dessa forma, os dados demonstraram que a desigualdade histórica nos salários pagos a mulheres e homens, também se faz presente na Universidade Estadual de Goiás.

5.2 Indicadores de Nível Ambiental

Um importante tripé de avaliação da sustentabilidade é composto pelos indicadores ambientais que medem o impacto causado pela organização no meio ambiente. Nesse contexto, diante da impossibilidade de medição objetiva, para o presente estudo foram considerados dentro da perspectiva de indicadores ambientais, os consumos de água em m³ e de energia elétrica.

Em face a não identificação de nenhuma política interna explícita, seja via internet e/ou relatórios de gestão em relação ao uso consciente e sustentável de água e energia elétrica na Instituição, foi realizada uma manifestação pelo sistema de ouvidoria sob o protocolo nº 2020.0316.191016-75, indagando acerca da política interna de sustentabilidade no consumo de água e energia, bem como as ações adotadas para sua redução e desperdício. Segundo a resposta fornecida pela Gerência de Apoio Logístico e Infraestrutura e pela Diretoria de Gestão Integrada:

[...] existe um convênio com a ENEL a substituição de todas as lâmpadas fluorescentes e mistas das 42 unidades da UEG por lâmpadas LED que possuem menor consumo e maior durabilidade, melhorando a eficiência energética das instalações e propiciando

maior segurança aos alunos e funcionários. Já se iniciou a troca de mais de 20.000 lâmpadas e o restante já se encontra em poder da UEG para efetuar a troca, conforme expresso no Despacho nº 76/2020 - GERINFRA (000012212670). Cada Câmpus e Unidades Universitárias, no âmbito de suas gestões, podem adotar cotidianamente medidas de racionalização do uso de energia elétrica e de água, contudo, as informações em relação as mesmas não são de conhecimento geral, assim como as ações determinadas pela gestão contratual das concessionárias fornecedoras destes produtos (SILVA JUNIOR, 2019).

Podemos perceber pela resposta fornecida, que a UEG ainda não implantou uma política interna verdadeiramente voltada ao uso sustentável dos recursos naturais de água e energia elétrica, os quais poderiam ser objetivamente mensuráveis pela Instituição. Nesse contexto, cabe a cada unidade/câmpus adotar suas próprias medidas, as quais não são de conhecimento geral. Entretanto, o destaque feito às trocas de lâmpadas, demonstra que existem ações que podem ser implantadas em face à redução do consumo.

Em relação ao consumo de água, foi levantado diretamente junto à SANEAGO o relatório com o histórico de consumo total anual em m³, nas unidades de responsabilidade da Instituição entre os anos de 2010 a 2018. Os valores foram compilados e apresentados na Tabela 22. Nele podemos observar uma grande disparidade na quantidade anual de água consumida entre as cidades onde a UEG está presente, visto que as necessidades e tamanhos dos câmpus variam. Em alguns casos, como em Itumbiara e Itaberaí, não foram disponibilizados dados acerca de todo o período analisado.

Tabela 22 – Histórico de Consumo de Água por Cidade em Volume Faturado (m³)

Cidades	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Anápolis	3.415	2.390	1.931	2.246	1.725	1.202	1.941	2.394	3.600	20.844
Aparecida de Goiânia	304	407	1.729	1.676	2.681	2.409	3.115	4.676	3.243	20.240
Campos Belos	1.272	1.337	1.496	1.469	843	603	908	725	842	9.495
Ceres	3.025	4.487	3.979	2.684	3.540	2.122	2.609	1.805	1.655	25.906
Crixás	548	159	748	2.325	4.641	1.275	822	381	446	11.345
Edéia	1.203	1.046	341	120	160	1.240	960	1.202	139	6.411
Formosa	2.754	2.860	2.464	2.286	1.492	1.065	1.395	1.103	1.225	16.644
Goianésia	2.398	1.270	1.523	1.222	1.583	895	786	839	991	11.507
Goiânia	43.558	26.257	27.978	22.436	11.504	9.881	33.079	30.348	49.363	254.404
Goiás	1.401	768	784	757	743	670	759	827	915	7.624
Inhumas	1.000	614	410	585	614	434	512	505	472	5.146
Ipameri	2.874	3.281	5.477	2.581	2.484	3.668	3.117	1.986	1.856	27.324
Iporá	1.575	1.391	1.432	1.476	1.443	838	943	1.189	1.247	11.534
Itaberaí	-	-	-	-	229	101	935	738	1.302	3.305
Itapuranga	3.615	2.454	1.965	1.784	2.180	986	862	1.063	893	15.802
Itumbiara	-	-	-	-	-	1.506	5.967	4.433	5.239	17.145
Jaraguá	843	573	1.148	858	1.073	966	765	824	739	7.789
Jussara	2.002	390	268	320	443	168	221	242	292	4.346
Minaçu	1.327	1.002	1.211	1.446	1.017	774	955	1.154	891	9.777
Morrinhos	4.027	3.833	2.663	1.630	2.271	1.892	3.025	2.348	2.181	23.870
Palmeiras de Goiás	1.564	1.725	1.603	1.323	3.707	1.631	3.262	4.285	6.743	25.843
Pirenópolis	833	792	834	2.287	821	881	1.099	1.115	1.124	9.786
Pires do Rio	2.981	1.197	1.568	1.880	1.449	1.234	938	781	1.091	13.119
Porangatu	2.697	1.611	2.684	1.380	1.803	1.762	2.029	3.758	3.214	20.938

Posse	1.430	755	1.519	1.702	3.093	2.192	2.473	2.238	3.348	18.750
Quirinópolis	5.615	2.072	1.183	1.440	2.573	2.541	1.822	2.043	2.929	22.218
Sanclerlândia	804	833	678	675	713	547	2.370	969	443	8.032
Santa Helena de Goiás	5.013	2.854	3.665	3.615	3.306	3.029	4.055	3.981	3.708	33.226
São Luís de Montes Belos	1.500	1.657	1.739	1.663	1.727	1.431	1.229	1.159	1.072	13.177
Silvânia	2.551	2.351	2.125	2.208	2.408	2.337	2.984	2.154	1.698	20.816
Uruaçu	2.010	1.722	2.054	1.988	2.186	1.087	1.612	851	780	14.290
Total Anual	104.139	72.088	77.199	68.062	64.452	51.367	87.549	82.116	103.681	710.653

Fonte: Adaptado de SANEAGO (2019)

Em relação à quantidade de Unidades Consumidoras (UC), o maior número encontra-se em Goiânia com 9 no total, seguida de Quirinópolis com 4, Inhumas e São Luís de Montes Belos com 3 cada, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Minaçu e Morrinhos com 2 cada, e as demais cidades com apenas 1 UC cada.

De modo simplista, pela amplitude e extensão do assunto e tendo em vista que o presente estudo não pretende esgotar o assunto, porém inseri-lo em debate, podemos classificar um *ranking* das unidades que mais consomem em gastos totais, médias anuais e mensais, em ordem decrescente, conforme exposto na Tabela 23. Pelos dados, parece haver uma disparidade entre o número de alunos e servidores com o consumo faturado pelos câmpus. Anápolis por exemplo, possui um número de alunos e número servidores bem maiores que de outras cidades e, existem câmpus menores com gastos equivalentes ou superiores, como é constatado pelo consumo total de Ceres e Palmeira de Goiás.

Tabela 23 – *Ranking* das Cidades com Maiores Valores de Consumo Total, Médias Anual e Mensal em Volume Faturado (m³)

Cidades		Gasto Total	Média Anual	Média Mensal
Goiânia	1°	254.404	28.267,11	2.355,59
Itumbiara	2°	17.145	4.286,25	357,19
Santa Helena de Goiás	3°	33.226	3.691,78	307,65
Ipameri	4°	27.324	3.036,00	253,00
Ceres	5°	25.906	2.878,44	239,87
Palmeiras de Goiás	6°	25.843	2.871,44	239,29
Morrinhos	7°	23.870	2.652,22	221,02
Quirinópolis	8°	22.218	2.468,67	205,72
Porangatu	9°	20.938	2.326,44	193,87
Anápolis	10°	20.844	2.316,00	193,00
Silvânia	11°	20.816	2.312,89	192,74
Aparecida de Goiânia	12°	20.240	2.248,89	187,41
Posse	13°	18.750	2.083,33	173,61
Formosa	14°	16.644	1.849,33	154,11
Itapuranga	15°	15.802	1.755,78	146,31
Uruaçu	16°	14.290	1.587,78	132,31
São Luís de Montes Belos	17°	13.177	1.464,11	122,01
Pires do Rio	18°	13.119	1.457,67	121,47
Iporá	19°	11.534	1.281,56	106,80
Goianésia	20°	11.507	1.278,56	106,55
Crixás	21°	11.345	1.260,56	105,05
Pirenópolis	22°	9.786	1.087,33	90,61

Minaçu	23°	9.777	1.086,33	90,53
Campos Belos	24°	9.495	1.055,00	87,92
Sanclerlândia	25°	8.032	892,44	74,37
Jaraguá	26°	7.789	865,44	72,12
Goiás	27°	7.624	847,11	70,59
Edéia	28°	6.411	712,33	59,36
Itaberaí	29°	3.305	661,00	55,08
Inhumas	30°	5.146	571,78	47,65
Jussara	31°	4.346	482,89	40,24

Fonte: Adaptado de SANEAGO (2019)

Considerando que em algumas cidades há mais de uma unidade/câmpus da UEG e o relatório fornecido pela concessionária identificava o consumo por Unidade Consumidora e Hidrômetro, optamos por consolidar os registros apenas pela categoria “cidade”. Mesmo que de forma limitada, podemos vislumbrar a situação de consumo na Instituição, que se demonstra obscura pela Gerência de Apoio Logístico e Infraestrutura e pela Diretoria de Gestão Integrada, segundo o parecer da solicitação na Ouvidoria.

Assim, os dados indicam que a atuação da UEG em Goiânia é disparadamente a unidade que mais consome água para o seu funcionamento. Nesses 9 anos do levantamento de dados, foram mais de 254 mil m³ consumidos, o equivalente a uma média anual de 28 mil m³, e uma média mensal de 2.355 m³ de água consumida. A quantidade de água que se gasta na cidade demonstra-se exorbitante, à medida que o 2º lugar no *ranking* consome em média, apenas 357 m³ mensais, o equivalente a uma diferença de mais de 2 mil m³ mensais. Além do *ranking*, também classificamos as 31 cidades em 4 grupos, segundo a quantidade média mensal de consumo:

- Grupo 1 – 1º colocação no *ranking* (acima de 308 m³);
- Grupo 2 – entre a 2º a 8º (entre 206 a 308 m³);
- Grupo 3 – 9º a 21ª (entre 105 a 194 m³);
- Grupo 4 – 22ª a 31ª (abaixo de 91 m³).

De acordo com a Tabela 24, o Grupo 1 é composto apenas da cidade de Goiânia, que apresenta uma média mensal significativamente superior a outras unidades. No Grupo 2 temos 7 cidades com média de consumo de 252 m³; o Grupo 3 compreende 13 cidades com média mensal de 148 m³ e, por fim, no Grupo 4 temos as 10 últimas cidades com média de 69 m³ mensais.

A diferença média de consumo mensal entre o Grupo 3 e 2 é de 103 m³ a mais, e entre o grupo 3 e 4 de 79 m³ consumidos a mais mensalmente. Neste critério de agrupamento e classificação, também identificamos que a maioria das cidades está situada no Grupo 3, no qual

compreendem aproximadamente 42% da quantidade total de municípios em que a UEG se faz presente. E, no Grupo 4 temos 32% das cidades e 22% no grupo 2.

Tabela 24 – Classificação dos Grupos de Cidade Segundo Consumo (m³)

	Cidades	(%)	Gasto Total (m ³)	Média Anual (m ³)	Média Mensal (m ³)
Grupo 1	1	3,2%	254.404,00	28.267,11	2.355,00
Grupo 2	7	22,6%	175.532,00	3.026,41	252,20
Grupo 3	13	41,9%	209.006,00	1.786,38	148,86
Grupo 4	10	32,3%	71.711,00	833,85	69,49
Total:	31	100,0%			

Fonte: Adaptado de SANEAGO (2019)

Além disso, Goiânia sozinha gasta uma média mensal maior que o consumo médio de cada grupo isoladamente. Seu consumo médio mensal se equipara à soma do consumo médio individual nos grupos 2 e 3, que em conjunto compreende 17 cidades. Nesse aspecto, mesmo diante da presença de piscinas no câmpus, isso não justifica um gasto tão elevado no consumo.

Podemos observar os valores consolidados por ano na Tabela 25. Para os cálculos, foram considerados todos os gastos individuais pela quantidade total de UC's da Instituição, excluindo-se os dados destoantes apresentados pelo consumo de Goiânia. Dessa maneira, obtivemos um panorama médio de consumo mensal por UC mais próximo à realidade do consumo real dos câmpus.

Tabela 25 – Consumo de água total anual, média mensal e por unidade consumidora

Ano	Total Anual	Média por UC	Média Mensal
2010	60.581	1.637,32	136,4
2011	45.831	1.206,08	100,5
2012	49.221	1.295,29	107,9
2013	45.626	1.140,65	95,1
2014	52.948	1.260,67	105,1
2015	41.486	964,79	80,4
2016	54.470	1.296,90	108,1
2017	51.768	1.203,91	100,3
2018	54.318	1.263,21	105,3
Total	456.249	1.252,09	104,3

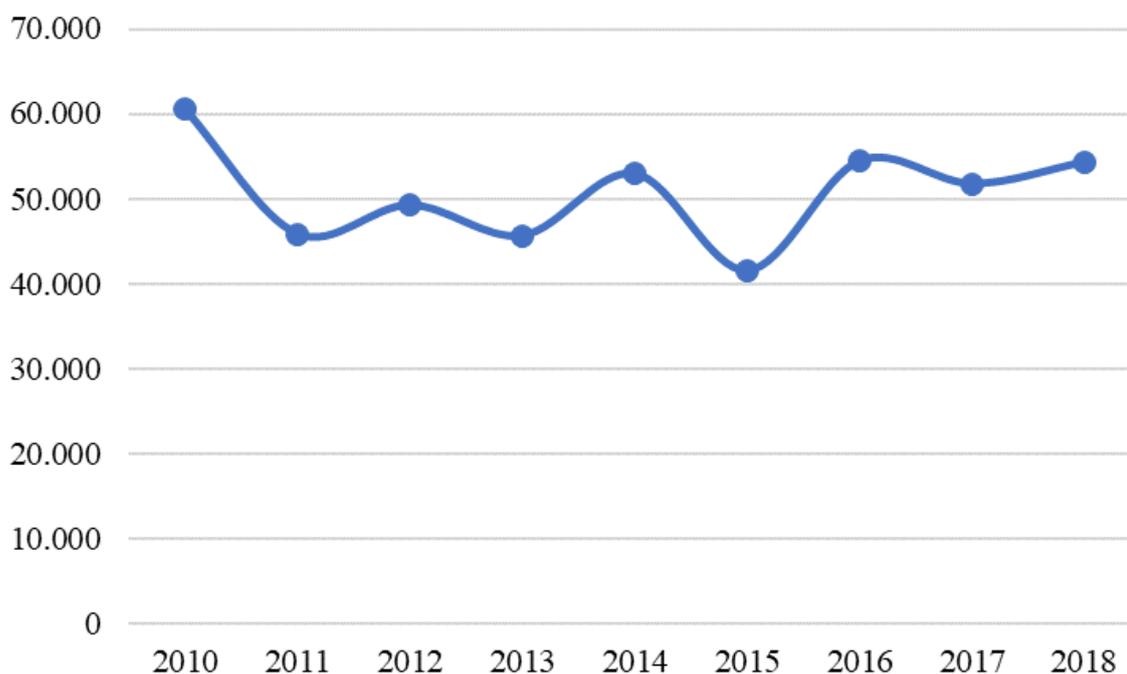
Fonte: Adaptado de SANEAGO (2019)

Nessa prerrogativa, podemos identificar que um consumo médio nas UC's da UEG, exceto no município de Goiânia, gira em torno de 104 m³ mensais. O menor consumo médio foi registrado em 2015 com apenas 80 m³ mensais e o maior em 2010 com 136 m³. A diferença entre o menor consumo médio registrado e o maior correspondeu a uma diferença de 56 m³ de água.

Outra informação que obtivemos (Figura 46), trata justamente da curva de consumo total anual nas unidades consumidoras da Instituição, excluindo-se também os dados de Goiânia. Nela, visualizamos que os dados históricos não são lineares, crescentes ou decrescentes no recorte temporal, porém, evidenciam um processo contínuo de decréscimo no consumo, seguido por um aumento no ano subsequente, sucessivamente. A oscilação do

consumo total anual em relação ao ano anterior representou -24% em 2011, +7% em 2012, -7% em 2013, +16% em 2014, -22% em 2015, +31% em 2016, -5% em 2017 e +5% em 2018. Em outra perspectiva, entre os anos de 2010 e 2018, a redução no total consumido foi de apenas 10,3% e embora corresponda a 6.263m³, demonstra que a Instituição não reduziu consideravelmente o consumo de água em suas instalações. Além disso, os picos de maior e menor quantidade de água utilizada foram registrados em 2010 e 2015 respectivamente.

Figura 46 – Curva de Consumo Total Anual de Água em m³



Fonte: Adaptado de SANEAGO (2019)

Pela falta de conhecimento na situação concreta da Instituição, não é possível dizer que as reduções no consumo foram motivadas pela implantação de políticas para o uso racional e sustentável da água no ambiente interno da UEG. Contudo, é notório que nos últimos 3 anos analisados, a quantidade de água utilizada cresceu significativamente em relação ao pico de menor quantidade registrada no ano de 2015, sendo registrado um aumento de 31% em relação ao faturado em 2018.

Sem sombra de dúvida, o desconhecimento da situação concreta não pode ser alegado como justificativa para os resultados apresentados. Nesse aspecto, urge a necessidade de um maior controle acerca deste indicador, bem como de averiguação no funcionamento correto dos hidrômetros e vazamentos nos câmpus, em especial nas UC's de Goiânia e demais câmpus onde a proporção de alunos/servidores não condiz com os dados apurados. É necessária, portanto, a implantação de uma política interna frente ao uso racional e sustentável dos recursos hídricos, que são públicos e finitos.

Em relação ao consumo energético da Instituição, em um primeiro momento houve a tentativa de conseguir mensurar quantitativamente o gasto energético dos câmpus em kWh. Para isso, no dia 24/05/2019 foi realizada uma solicitação à ENEL (antiga CELG) via LAI no portal da Ouvidoria, sob protocolo nº 2019.0524.100543-98. No dia 24/06/2019, em resposta, a ENEL negou-se a fornecer o relatório, pois desde janeiro de 2017 as atividades foram repassadas à iniciativa privada e mesmo a solicitação tratando de informação pública, a empresa não se enquadraria nos critérios da LAI. Diante disto, foi informado que o relatório poderia ser disponibilizado, desde que por ofício do Reitor ou de um de seus representantes.

Nessa direção, no dia 11/09/2019 encaminhamos a solicitação à UEG sob protocolo nº 2019.0911.210435-99. Nele, foi detalhada a recusa da ENEL em disponibilizar o relatório, bem como feita a solicitação que a própria Instituição realizasse o pedido e a posterior disponibilização. A resposta definitiva fornecida pela Gerência de Gestão e Finanças da UEG e pela ENEL, foi encaminhada no dia 01/11/2019 via e-mail.

Contudo, os relatórios históricos repassados pela ENEL não puderam ser compilados de maneira simplista, pois – diferente do relatório fornecido pela SANEAGO que contemplava apenas uma unidade de medida (m³) – não apresentou a unidade de medida, mas, apenas o total de insumos, conforme Figura 47.

Figura 47 – Modelo de Relatório de Consumo/Unidade Consumidora repassado pela ENEL



Histórico de Consumo por Unidade Consumidora

UC	MEDIDOR	MESANO	LEITURA	TIPO_LEITURA	FUNCAO	DIAS_FAT	Insumo	valor	dtapresentacao	consumidor
20917788	2684870-8	dez/18	10140	Regular/Registrada	CONSUMO EM HORÁRIO RESERVADO	29	7468,8	R\$25.002,32	11/12/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	dez/18	39234	Regular/Registrada	CONSUMO FORA DE PONTA	29	29472	R\$25.002,32	11/12/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	dez/18	570617	Regular/Registrada	CONSUMO NA PONTA	29	4213,82	R\$25.002,32	11/12/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	dez/18	4973	Regular/Registrada	CONSUMO REATIVO EM HORÁRIO RESERVADO	29	3878,4	R\$25.002,32	11/12/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	dez/18	15425	Regular/Registrada	CONSUMO REATIVO FORA DE PONTA	29	12211,2	R\$25.002,32	11/12/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	dez/18	231785	Regular/Registrada	CONSUMO REATIVO NA PONTA	29	1900,8	R\$25.002,32	11/12/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	dez/18	5164	Regular/Registrada	DEMANDA FORA DE PONTA	29	144,384	R\$25.002,32	11/12/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	dez/18	3351	Regular/Registrada	DEMANDA NA PONTA	29	92,928	R\$25.002,32	11/12/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	dez/18	1927	Regular/Registrada	DEMANDA NO HORÁRIO RESERVADO	29	57,6	R\$25.002,32	11/12/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	dez/18	19275	Regular/Registrada	DMCR FORA DE PONTA	29	135,552	R\$25.002,32	11/12/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	dez/18	6637	Regular/Registrada	DMCR HORÁRIO RESERVADO	29	48,576	R\$25.002,32	11/12/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	dez/18	12555	Regular/Registrada	DMCR NA PONTA	29	84,864	R\$25.002,32	11/12/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	dez/18		Regular/Registrada	FATOR DE POTENCIA	29		R\$25.002,32	11/12/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	dez/18	415	Regular/Registrada	UFER FORA DE PONTA	29	422,4	R\$25.002,32	11/12/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	dez/18	0	Regular/Registrada	UFER HORÁRIO RESERVADO	29	0	R\$25.002,32	11/12/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	dez/18	2358	Regular/Registrada	UFER NA PONTA	29	45,88	R\$25.002,32	11/12/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	nov/18	9751	Regular/Registrada	CONSUMO EM HORÁRIO RESERVADO	33	8409,6	R\$28.316,87	11/11/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	nov/18	37699	Regular/Registrada	CONSUMO FORA DE PONTA	33	34176	R\$28.316,87	11/11/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	nov/18	548670	Regular/Registrada	CONSUMO NA PONTA	33	4950,14	R\$28.316,87	11/11/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	nov/18	4771	Regular/Registrada	CONSUMO REATIVO EM HORÁRIO RESERVADO	33	4339,2	R\$28.316,87	11/11/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	nov/18	14789	Regular/Registrada	CONSUMO REATIVO FORA DE PONTA	33	13747,2	R\$28.316,87	11/11/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	nov/18	221885	Regular/Registrada	CONSUMO REATIVO NA PONTA	33	2073,79	R\$28.316,87	11/11/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
20917788	2684870-8	nov/18	4976	Regular/Registrada	DEMANDA FORA DE PONTA	33	162,048	R\$28.316,87	11/11/2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS

Fonte: UEG (2019h)

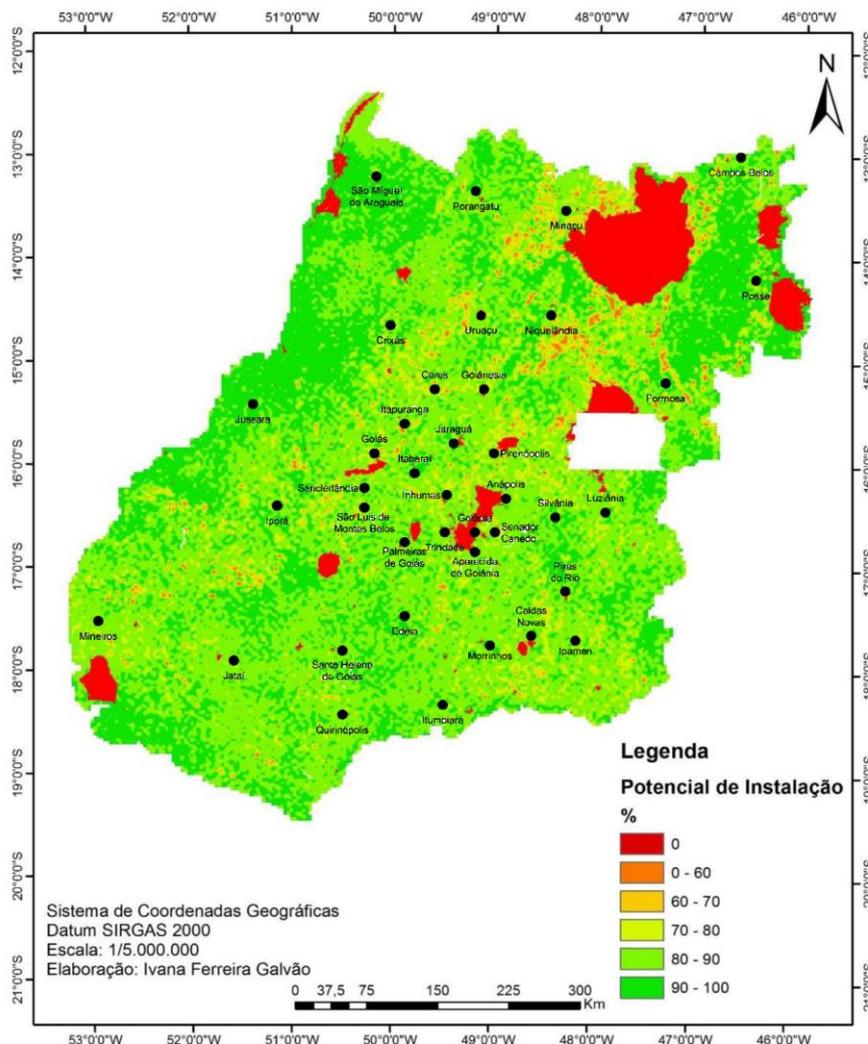
Dessa forma, não é possível apurar de maneira detalhada o consumo total, pois são várias unidades de medidas envolvidas no cálculo dos insumos que envolvem a necessidade de conhecimento na área de engenharia elétrica, que perpassa o objetivo do presente estudo. Nesse contexto, insere-se a necessidade de um estudo por parte da Instituição para uma correta

avaliação de seu consumo total, visto que este tema inclusive de desconhecimento da própria UEG.

Em tal contexto de consumo de energia elétrica, é importante destacar que a análise em âmbito da UEG, além de importante em face à obtenção de dados históricos, também se insere na questão da potencialidade apresentada pelo estado de Goiás na geração energética sustentável via sistema solar fotovoltaico. Diferentemente do que ocorre com o uso da água, no qual não há uma possível fonte de substituição sustentável, apenas a redução no uso consumo/descarte, mas, quanto tratamos acerca do consumo energético a matriz solar se insere como alternativa sustentável.

Na Figura 48 extraída originalmente do estudo de Ivana Ferreira Galvão (2017) foram incluídas as marcações das cidades onde a UEG se faz presente. Podemos observar destacado em tons de verde, a grande potencialidade de instalação desse tipo de usinas para geração de energia solar no estado, inclusive nas cidades onde se localizam os câmpus da UEG.

Figura 48 – Potencial de Instalação de Usinas Fotovoltaicas em Goiás



Fonte: Adaptado de Galvão (2017, p. 38)

O estudo de Galvão (2017, p. 39) sobre o Potencial de Instalação de Usinas Fotovoltaicas no Estado de Goiás demonstrou que Goiás “possui apenas 6,2% (equivalente a 22.064 km²) do território não apto para a instalação destas usinas, restando, portanto, 93,8% da área para este fim”. Além disso, o estado também possui cerca de 80% a 90% em seu território total com área de ótimo potencial para esta fonte de geração energética.

Outro estudo que discutiu sobre a geração de energia solar em prédios públicos e teve como objeto de estudo de caso a UEG Câmpus Morrinhos, foi realizado por Túlio Silva Oliveira e orientado pelo Prof. Dr. José Oswaldo Cândido Júnior no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Contemporânea do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Segundo os dados da pesquisa, a média de consumo mensal apresentada pelo câmpus entre 08/2017 a 07/2018 foi de 3.848,17 kWh e o cálculo estimado para a produção mensal de energia elétrica após a instalação do sistema fotovoltaico seria de 3.922,33kWh. Segundo o estudo, neste cenário “a produção e consumo são praticamente coincidentes” (OLIVEIRA; CÂNDIDO JÚNIOR 2018, p. 14-15). Além disso, a pesquisa também conclui que:

Os índices calculados mostraram que, para o prédio da Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Morrinhos, há viabilidade econômica e financeira na instalação do sistema para produção de energia elétrica em todos os três cenários de reajuste tarifário. A análise da viabilidade mostrou que, para o prédio em estudo, a instalação do sistema de geração de energia fotovoltaica reduziu em quase 100% os gastos com energia elétrica, e obteve o retorno do investimento em tempo inferior à durabilidade do sistema (OLIVEIRA; CÂNDIDO JÚNIOR, 2018, p. 22).

Portanto, a implantação do sistema fotovoltaico além de apresentar-se viável no quesito consumo energético, viabilidade financeira e potencial para instalação, também se insere na perspectiva das sustentabilidades organizacionais frente aos recursos ambientais. Cabe aqui destacar que o Decreto nº 8.892/2017, instituiu em Goiás o Programa Estadual para o Desenvolvimento da Energia Solar Fotovoltaica (Programa Goiás Solar), vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA), sob a coordenação da Superintendência de Energia, Telecomunicações e Infraestrutura. O objetivo do Programa é definir as políticas públicas relativas ao desenvolvimento da fonte solar fotovoltaica no Estado e insere a UEG como ente integrante do Comitê Estadual de Energia Solar Fotovoltaica (GOIÁS, 2017).

No dia 02/04/2020 realizamos uma solicitação via sistema da Ouvidoria sob protocolo nº 2020.0402.095201-32, no qual indaga ao Comitê, a existência de algum estudo acerca da implantação da fonte solar fotovoltaica no âmbito da Universidade Estadual de Goiás (UEG), mas até o presente momento não obtivemos resposta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento exerce papel fundamental na sociedade contemporânea do século XXI, conhecida como a “sociedade do conhecimento”, à medida que seu uso foi vinculado ao desenvolvimento e atendimento das demandas do capitalismo neoliberal como sistema hegemônico na sociedade contemporânea. Nesse contexto, a Universidade foi obrigada em menor ou maior intensidade a se afastar de seu paradigma tradicional, focado na pesquisa e difusão do conhecimento intelectual formal como ferramenta de disseminação cultural, em meio ao atendimento das demandas econômicas do capitalismo.

O processo de ajustamento das instituições políticas e educacionais às exigências do capital internacional, por meio de ações de adequação para a transformação e regulação para promover o aumento da acumulação e concentração do capital, bem como para a desoneração e maximização do lucro. É exatamente nesse contexto, que destacamos a transferência de boa parte das medidas adotadas pelo Estado para a transferência da responsabilidade pelo financiamento do campo social para a sociedade civil, que é justificada pela fundamentação capitalista neoliberal sob a alegação de que “a solução da crise (financeira) do Estado requer a redução do déficit causado por supostos excessivos gastos públicos com o pessoal e as políticas sociais. Em decorrência, recorre-se à privatização para reduzir a presença do Estado” (CHAVES, 2015, p. 439).

O capitalismo, além de modificar a estrutura das relações de trabalho no interior da sociedade, também redefiniu o papel do conhecimento, que passa a ser visto como um fator necessário para a exploração da mão de obra assalariada. Nesse cenário, o conhecimento que ora era mecanismo de libertação e racionalização do indivíduo, viu-se transformado em aparelho de alienação por intermédio da instrução puramente técnica e massiva para a execução do trabalho pela classe proletária.

A adequação da educação superior às determinações das instituições multilaterais internacionais realizada pelo Estado brasileiro obedeceu a uma orientação baseada na promoção da expansão tanto da rede pública, fundamentada na contenção de despesas, quanto da privada, fundamentada no efetivo incentivo e na liberalização de recursos, especialmente, por meio da do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Apesar de as políticas públicas de financiamento para a democratização do acesso à educação superior dos Governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Vana Rousseff (2011-2016) terem sido bastante significativas, na medida em que proporcionaram à população de baixa renda cursar uma graduação, elas foram fundamentadas pela lógica

produtivista do sistema econômico e com a racionalização de recursos necessária à viabilização do ajuste fiscal em prejuízo da aplicação de recursos no campo social.

Com a ressignificação do papel e função da Universidade, a atual política pública nacional de abertura à mercantilização do ensino superior na iniciativa privada, inseriu-se como meio de difusão e massificação do ensino superior não gratuito. A Universidade pública, gratuita e de qualidade luta para sobreviver e manter seu espaço na sociedade, à medida que as verbas públicas destinadas à sua manutenção estão cada vez menores.

Em meio a tal contexto, buscamos com a realização da presente pesquisa, que por meio dos indicadores pré-definidos, apurar o cenário atual na gestão da Universidade Estadual de Goiás (UEG), única instituição de ensino superior pública e gratuita mantida pelo poder estadual. Sua criação em 1999 trouxe um novo patamar de desenvolvimento educacional em nível superior e tecnológico, à medida que consolidou sob uma única tutela, as diversas faculdades espalhadas e isoladas entre si no estado. Pudemos observar pelos resultados apurados na avaliação do macrocenário atual do ensino superior em Goiás, que a participação da UEG no panorama educacional tornou-se reduzida, principalmente, em relação à quantidade de matrículas efetuadas comparada às demais instituições públicas de ensino superior. Em contraposição, constatamos que a Instituição possui a maior estrutura física *multicampi* de Goiás.

Entretanto, a sua grande estrutura física não foi suficiente para elevar ou sequer manter uma maior participação da Instituição no acesso ao ensino superior gratuito, visto que a quantidade de matrículas em 2017 foi menor que o apresentado no primeiro ano de criação da Universidade. Além disso, as 4 instituições públicas municipais não gratuitas, contêm praticamente a mesma quantidade de alunos matriculados em relação aos 41 câmpus da UEG em 2017. Aqui, apontamos a necessidade de discussão acerca da viabilidade de manutenção da grande estrutura física da Instituição, visto que o esperado era ou seria uma maior efetividade de participação da UEG no estado, segundo os resultados apresentados pelos indicadores analisados em face aos seus 21 anos de existência e sua ampla abrangência territorial.

Mesmo que os resultados da Instituição não possam ser economicamente auferidos em relação ao atendimento das demandas sociais, é prudente considerar que os recursos públicos devem ser alocados de forma a proporcionar o maior benefício social possível. Com isso, não defendemos o corte de verbas públicas, mas sim, a iminente necessidade de rediscussão da aplicação dos recursos para a manutenção da UEG, visto que os valores destinados, podem/poderiam ser alocados em outros setores/departamentos que atualmente estão sucateados.

Na perspectiva de análise do microcenário em âmbito de gestão interna da UEG, o enfoque adotado para definição dos indicadores de desempenho foi agrupado em quatro cenários de análise: transparência de gestão, situação econômica, social e impactos ambientais. Por seu intermédio, foi possível realizar uma análise holística da Instituição pela compreensão das suas partes individuais, apresentadas pelos indicadores pré-definidos.

Vale ressaltar que por ser uma instituição pública, o quesito transparência foi respaldado pela Lei nº 12.527, conhecida como Lei de Acesso à informação (LAI), instituída em de 18 de novembro de 2011 pelo governo de Dilma Vana Rousseff, e que representou um marco histórico para a garantia da democracia no país, à medida que estabeleceu a obrigatoriedade na transparência das informações mantidas e/ou custodiadas pelos entes públicos da federação, além de assegurar a legitimidade de qualquer cidadão solicitar a disponibilização de informações para a produção e difusão do conhecimento.

Nessa direção, a recente pesquisa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) demonstrou uma ótima posição da UEG no 1º *ranking* de transparência do estado em 2019, figurando em 3º lugar com a atendimento de 72% dos quesitos obrigatórios, essenciais e opcionais estabelecidos. Fato que indica, o fomento da UEG à transparência ativa da gestão, à medida em que cumpre a grande maioria dos itens de publicidade determinados pela Lei, independentemente de terem sido requisitados. Além disso, verificamos que em relação à transparência passiva, ou seja, aquela oriunda das solicitações individuais realizadas por intermédio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) na Ouvidoria do estado de Goiás, a UEG cumpre em média os prazos limites de entrega das solicitações.

Todavia, a pesquisa do TCE também apresentou a ausência de publicidade no item relativo à gestão fiscal da Instituição, ocorrência que configura ponto negativo e urgente de ser atendido, pois é com base nele que poderemos conhecer em profundidade a situação concreta nas finanças da Instituição. Destacamos também, a ausência de padronização na elaboração e divulgação de um Relatório Institucional de Gestão, que seja elaborado e divulgado para a comunidade em geral. Desde 2012, foram elaborados 7 diferentes tipos de documentos, os quais não seguem uma estrutura definida e um período de tempo uniforme, o que prejudica o conhecimento do panorama histórico nos resultados pela incongruência dos padrões de avaliação ao longo do tempo. Esse tipo de informe institucional se faz relevante, à medida em que os dados da LAI são disponibilizados *on-line* e em sua natureza pura, cabendo ao receptor da informação seu agrupamento e interpretação.

Com isso, as informações úteis, históricas e contextualizadas tornam-se distantes da grande camada populacional, que deveria ser o alvo da transparência. Recomendamos com

urgência a adoção de um padrão de relatório institucional que apresente os resultados dos indicadores para avaliação de desempenho a longo prazo, tais como os definidos no presente estudo e que a sua adoção perpassa a política transitória de reitorado e se consolide como política permanente na Universidade Estadual de Goiás.

Partindo para a análise dos indicadores de nível social, que envolvem as relações entre os indivíduos e a UEG, podemos notar um avanço na redução do quadro de servidores temporários em face ao aumento dos vínculos efetivos. Entretanto, desde o seu nascimento, a Instituição sempre travou uma disputa nesta relação e em 2019, em decorrência de ação judicial, ocorreu uma grande rescisão dos contratos temporários irregulares, que se encontravam ativos após sua validade legal. Ainda hoje, a Instituição reluta na contratação via concurso público, inclusive no aproveitamento da reserva técnica do primeiro e único concurso para provimento de servidores técnico-administrativos, sob a justificativa de uma crise fiscal no Estado. Independentemente desta situação, a IES vive 21 anos à mercê da inexistência de uma gestão de recursos humanos, baseada na carreira pública em caráter permanente/efetivo.

Em relação ao corpo estudantil, constatamos a redução na quantidade total de matrículas nos cursos presenciais. Nesse sentido, é fundamental que a UEG avalie pormenorizadamente o motivo da redução em seu corpo discente, visto que pode significar um indicador da perda de espaço dentre as demais opções de ensino superior presentes no Estado. Medidas corretivas precisam ser avaliadas e implantadas para fomentar o ingresso e manutenção dos estudantes. Como exemplo, podemos citar o aumento nas matrículas em cursos de bacharelado e a redução em licenciaturas, o que indica uma mudança no perfil dos atuais estudantes.

Verificamos que houve um aumento do distanciamento entre a quantidade de alunos que ingressam na Instituição e a quantidade que consegue concluir a graduação. Em nenhum relatório técnico a UEG apresentou seu índice de evasão e paradoxalmente houve o crescimento do número de professores efetivos e com titulação de mestre e doutor, o que também implicou no crescimento de investimentos públicos na Universidade. Nesse aspecto, uma estrutura administrativa extremamente corporativista, burocrática e inerte à auto avaliação e reestruturação dos cursos, torna-se inflexível diante dos novos anseios de uma sociedade cada vez mais dinâmica e flexível.

No que diz respeito à diversidade de gênero, averiguamos que em média o público feminino prevalece na Instituição, tanto no corpo funcional de docentes quanto técnico-administrativo, assim como no corpo discente nos processos seletivos de alunos ingressantes, matriculados e concluintes. Por meio deste indicador, observamos que o índice de mulheres que

conclui a graduação é superior ao ingresso, sinalizando uma maior evasão dos alunos do sexo masculino. Apuramos uma disparidade na remuneração média salarial por gênero, que se demonstra menor ao sexo feminino em vários tipos de vínculos, apontando que a questão da distinção do pagamento por gênero está presente na Instituição. Além disso, a quantidade de mulheres em cargos de gestão é reduzida, revelando a incoerência da IES que tem um material humano de ampla maioria do sexo feminino, praticar a distinção de salários pelo gênero, além de apresentar uma baixa participação nos cargos de alta gestão.

Ainda a respeito dos indicadores sociais, foi possível analisar as ações afirmativas que a UEG adota em face à inclusão e permanência dos alunos das camadas marginalizadas pela sociedade. A implantação do sistema de cotas, responsável pela mitigação das diferenças sociais e raciais históricas, mostrou que não representa a forma significativa na quantidade de ingressos na Instituição, que chegou à porcentagem de quase 54% em 2009 e nos anos seguintes estabilizou-se em cerca de 24% a 36%. Assim, a maior destinação de vagas a novos estudantes, ainda se concentra no sistema universal de ingresso.

Seguindo neste prisma de análise, a concessão de bolsas e auxílios demonstra-se um importante fator no fomento da manutenção dos alunos em situação de vulnerabilidade social e carência financeira, à medida que são disponibilizados aos estudantes da graduação e pós-graduação, bolsas vinculadas à CAPES, FAPEG e via programa próprio. Essas ações são fundamentais para o incentivo à permanência do aluno, pois contribui para a sua permanência na formação universitária. No entanto, os valores disponibilizados aos estudantes não representam um numerário significativo, sobretudo, se comparados aos valores previamente estimados.

Sob a ótica dos indicadores de nível econômico visualizamos uma delicada situação financeira da Instituição, pois o aumento nas receitas destinadas à manutenção da IES não seguiu a proporção de aumento contínuo e sucessivo de suas despesas. Nesse aspecto, o valor expressivo do aumento na folha de pagamento alavancado pelo crescimento dos vínculos efetivos, foi um dos principais fatores para a disparidade nesta relação, acarretando uma consequente redução nos valores do fluxo de caixa.

Aqui se insere a questão relativa ao custo de manutenção da grande estrutura física dos 41 câmpus da UEG, que necessita com urgência ser revista em face aos seus resultados. Todas as discussões acerca da redução na sua estrutura, sempre acabam esbarrando em critérios políticos locais e/ou pessoais, que impedem uma avaliação pragmática da relação custo/benefício dos câmpus. A UEG precisa avaliar se o custo para a manutenção de algumas

unidades é maior que o benefício social proporcionado, o que inviabilizaria sua manutenção e continuidade, visto que os recursos públicos destinados são escassos.

Os indicadores ambientais, por seu tempo, demonstram a total ignorância por parte da Instituição na relação com o meio ambiente em que está inserida, bem como na total ausência de políticas internas voltadas à mitigação do consumo de recursos naturais, em específico, dos gastos com água e energia elétrica. Os altos valores históricos e médios, evidenciaram uma situação de consumo de água em m³ absurda em alguns câmpus “menores”, que chegam a gastar muito mais que outras unidades fisicamente maiores e em número de servidores e alunos.

Quanto ao consumo de energia elétrica, em razão da complexidade de apuração do consumo real, que demanda uma equipe técnica especializada, apuramos que em praticamente todas as unidades da UEG há a possibilidade da substituição da energia hidrelétrica pela fonte ecologicamente correta da energia fotovoltaica. O estudo realizado por Túlio Oliveira no câmpus Morrinhos, comprovou a viabilidade econômica e financeira de tal substituição.

No tocante aos impactos ambientais, o desconhecimento da situação concreta nos efeitos da UEG no meio ambiente é totalmente contraditório à política de sustentabilidade visualizada no interior de seus cursos de graduação e pós-graduação. Portanto, a Instituição precisa com urgência aplicar aquilo que difunde sobre a preservação do meio ambiente e instaurar um comitê de impactos ambientais em busca da mitigação dos problemas ambientais.

Nesse contexto é fundamental que as políticas públicas vinculadas à UEG sejam continuamente avaliadas para que possamos verificar o atual patamar de sua gestão e, assim, potencializar os aspectos positivos e corrigir e/ou amenizar os negativos. Para tanto, é de grande importante a utilização de indicadores métricos no levantamento quantitativo dos resultados apurados, que podem servir de parâmetros para análise e/ou comparação, pois além de avaliar os resultados históricos concretos, também é possível vislumbrar o cenário atual e futuro na gestão da instituição pública e gratuita do ensino superior, bem como traçar as medidas efetivas para diminuição dos desvios identificados.

Enfim, precisamos acompanhar e analisar permanentemente as políticas públicas implantadas no estado por meio de estudo dos indicadores relativos ao desenvolvimento histórico do ensino superior em Goiás, na perspectiva de permanecer na luta em defesa da garantia do direito à educação de qualidade, assim como ampliar a divulgação de informações fundamentais para que a sociedade possa acompanhar e cobrar das instâncias de poder de nosso país a implementação de novas medidas a fim de reduzir os aspectos negativos na gestão das políticas públicas e potencializar os aspectos assertivos na consolidação do Plano Estadual de Educação para o ensino superior em Goiás.

7 REFERÊNCIAS

ARANTES, Adriana Rocha Vilela. Refletindo sobre a UEG: o programa licenciatura plena parcelada de pedagogia para trabalhadores da educação, In: II Seminário de Educação, Linguagem e Tecnologias; X Simpósio de Educação, Modernidade e Cidadania; X Seminário de Estudos Linguísticos e Literários, 2013, Anápolis. **Anais...** Anápolis: UEG, 2014. p.1-6. Disponível em: < <https://www.anais.ueg.br/index.php/selt/article/view/3733>>. Acesso em: 09 set. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social**. São Paulo: Cultrix, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2001a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_lei10172.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília: Presidência da República/Casa Civil, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm>. Acesso em: 22 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República/Casa Civil, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República/Casa Civil, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 16 nov. 2019.

BRASIL. **Medida provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência

social no ensino superior, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República/Casa Civil, 2004. Disponível em:
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2004/medidaprovisoria-213-10-setembro-2004-534036-norma-pe.html>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

BRASIL. **Meta 12 – Educação Superior**: Indicador 12A: Taxa bruta de matrículas na graduação (TBM). Brasília: MEC, 2018a. Disponível em:
<http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php>. Acesso em: 24 jul. 2019.

BRASIL. **Prestação de contas ordinárias anual**: Relatório de gestão do exercício de 2017. Brasília: MEC/SES, 2018b. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98081-rg-fies-2017&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **PROUNI - Programa Universidade para todos**: Bolsas ofertadas por ano. Brasília: MEC, 2018c. Disponível em:
<http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO. **Diagnóstico Fies**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2017. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=66921-diagnosticofies-junho2017-pdf&category_slug=julho-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 jul. 2019.

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Informações sobre Bolsas e Auxílios pagas pela Capes à Universidade Estadual de Goiás – UEG**: Protocolo e-SIC CGU nº 23480011662201973. 2019.

CGE - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO. **Folha de Pagamento**: Cargos e Tipos de Vínculo por Órgão. Disponível em:
<http://www.transparencia.go.gov.br/lai.php?painel=folha_de_pagamento_cargos_por_orgaos&orgao=ueg>. Acesso em: 23 mai. 2019a.

CGE - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO. **Receitas**: Visão Geral. Disponível em:
<http://www.transparencia.go.gov.br/lai.php?painel=receitas_estaduais&orgao=ueg>. Acesso em: 23 mai. 2019b.

CGE - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO. **Gastos Governamentais**. Disponível em:
<http://www.transparencia.go.gov.br/lai.php?painel=gastos_governamentais&orgao=ueg>. Acesso em: 24 mai. 2019c.

CGE - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO. **Origem dos Dados**. Disponível em:
<<http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/origem-dos-dados>>. Acesso em: 24 mar. 2020a.

CGE - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO. **Ouvidoria**: Relatório de gestão. Disponível em: <<http://www.cge.go.gov.br/ouvidoria/relatorioGeral.php>>. Acesso em: 30 mai. 2020b.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Política de financiamento e a expansão da educação superior no Brasil: o público e o privado em questão. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 17, n. 2, mai./ago. 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8635212/7085>>. Acesso em 19 de dez. 2019.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **A sociedade pós-capitalista**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1993. (Coleção novos umbrais). Tradução de: Nivaldo Montingelli Jr.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Uma era de descontinuidade: Orientações para uma sociedade em mudança**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FAPEG - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS. **Termo de resposta nº 05/2019 - Ouvidoria/ FAPEG**. Protocolo nº 2019.024.120903-72. Goiânia, 2019.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Da universidade modernizada à universidade disciplinada**: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cultura, Autores Associados, 1991.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Ministério da Educação. Serviço de Informação ao Cidadão: **Pedido e-SIC 23480020645201927**. Brasília/DF, 2019.

GALVÃO, Ivana Ferreira. **Estudo de Potencial de Instalação de Usinas Fotovoltaicas no Estado de Goiás Utilizando SIG**. 2017. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, Escola de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/140/o/Estudo_de_Potencial_de_Instala%C3%A7%C3%A3o_de_Usinas_Fotovoltaicas_no_Estado_de_Goi%C3%A1s_Utilizando_SIG.pdf. Acesso em: 02 abr. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Célia Regina Rodrigues; IVAMA, Adriana Mitsue. O planejamento estratégico situacional aplicado à gestão universitária: a construção de processos participativos. In: ALMEIDA, Marcio (Org.). **A universidade possível: experiências da gestão universitária**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2001.

GOIÁS. **Decreto nº 7.904, de 11 de junho de 2013**. Regulamenta a Lei n. 18.025, de 22 de maio de 2013, que dispõe sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Estado de Goiás, institui o serviço de informação ao cidadão e dá outras providências. Goiânia: 2013.

GOIÁS. **Decreto nº 8.039, de 28 de novembro de 2013**. Regulamenta a lei nº 17.405, de 06 de setembro de 2011, que dispõe sobre o Programa Bolsa Universitária e dá outras providências. Goiânia, 2013. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/2013/decreto_8039.htm>. Acesso em: 19 set. 2019.

GOIÁS. **Decreto nº 8.892, de 17 de fevereiro de 2017**. Institui o Programa Estadual para o Desenvolvimento da Energia Solar Fotovoltaica -Programa Goiás Solar. Goiânia: 2017

GOIÁS. **Emenda constitucional nº 61, de 11 de setembro de 2019**. Acrescenta os parágrafos 6º, 7º e 8º ao artigo 101 e altera o art. 158 da Constituição do Estado de Goiás. Goiânia: 2019a.

GOIÁS. **Emenda constitucional nº 64, de 05 de dezembro de 2019.** Altera a Constituição do Estado de Goiás e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Goiânia: 2019b.

GOIÁS. **Lei nº 13.456, de 16 de abril de 1999.** Dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências. Goiânia: 1999.

GOIÁS. **Lei nº 13.842, de 01 de junho de 2001.** Institui o Plano de Carreira e Vencimentos do Pessoal do Magistério Público Superior da Fundação Universidade Estadual de Goiás. Goiânia, 2001.

GOIÁS. **Lei nº 17.405, de 06 de setembro de 2011.** Dispõe sobre o Programa Bolsa Universitária. Goiânia, 2011. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2011/lei_17405.htm>. Acesso em: 23 jul. 2019.

GOIÁS. **Lei nº 18.025, de 22 de maio de 2013.** Dispõe sobre o acesso a informações e a aplicação da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Estado de Goiás, institui o serviço de informação ao cidadão e dá outras providências. Goiânia: 2013.

GOIÁS. **Lei nº 18.969, de 22 de julho de 2015.** Aprova o Plano Estadual de Educação para o decênio 2015/2025 e dá outras providências. Goiânia, 2015. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=14188>. Acesso em: 23 jul. 2019.

GONÇALVES, Rodrigo; MARTINS, Vanessa. Detran não renovará contrato com UEG para exames de CNH em Goiás. **G1 Goiás.** Goiânia. 27 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/03/27/detran-nao-renovara-contrato-com-ueg-para-exames-de-cnh-em-goias.ghtml>. Acesso em: 07 set. 2020.

HANSEN, Gilvan Luiz. Limites e potenciais das novas modalidades de gestão universitária. In: ALMEIDA, Marcio (Org.). **A universidade possível: experiências da gestão universitária.** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2001.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Síntese de Indicadores Sociais: Goiás. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/pesquisa/45/77295?ano=2018>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais - SIS.** 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES. Secretaria de Estado da Economia. **1º Relatório de Monitoramento do Plano Estadual de Educação de Goiás.** Goiânia: IMB, 2017. Disponível em: <<https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/monitoramento-do-plano-estadual-de-educacao/1-relatorio-de-monitoramento-do-pee-goias.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES. Secretaria de Estado da Economia. **Análise da educação em Goiás segundo a Pnad Contínua.** Goiânia: IMB, 2018. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/images/imagens_migradas/release/pdf/pnade201831.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES. Secretaria de Estado da Economia. **Goiás - Visão Geral.** Goiânia: IMB, 2019a. Disponível em:

<http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=145#educacao-superior>. Acesso em: 14 set. 2019a.

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES. Secretaria de Estado da Economia. **Síntese de Indicadores Socioeconômicos**. Goiânia: IMB, 2019b. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=88&catid=28&Itemid=216>. Acesso em: 12 set. 2019b.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Investimentos Públicos em Educação**: Indicadores Financeiros Educacionais. Brasília: MEC/INEP, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-financeiros-educacionais>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Ministério da Educação. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior**: Graduação. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Câmpus**. Disponível em: <<https://www.ifg.edu.br/>>. Acesso em: 14 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Campi**. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/>>. Acesso em: 14 set. 2019.

KERR, Clark. **Os usos da Universidade**: Universidade em questão. 15. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

LANE, Robert. E. The decline of politics and ideology in a knowledgeable society. **American Sociological Review**, v. 31, n. 5, out. 1966. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2091856>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

MASSON, Gisele.; MAINARDES, Jefferson. A ideologia da sociedade do conhecimento e suas implicações para a educação. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, jul./dez. 2011.

MAZIEIRO, Guilherme. Em 4 anos, Brasil reduz investimento em educação em 56%; cortes continuam. **UOL**. 02 mai. 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/05/02/em-4-anos-brasil-reduz-investimento-em-educacao-em-56.htm>. Acesso em: 08 set. 2020.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**. 2019a. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 14 set. 2019a.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Quadros Informativos**: Bolsas ofertadas por Unidade da Federação. Brasília/DF: MEC, 2019b. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/9-quadros-informativos>>. Acesso em: 11 set. 2019.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **MEC autoriza autarquias municipais e estaduais de educação superior a aderir ao FIES**. Brasília/DF: MEC, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/59581-autarquias-municipais-e-estaduais-podem-aderir-ao-fies>>. Acesso em: 16 set. 2019.

OLIVEIRA, Túlio Silva.; CÂNDIDO JÚNIOR, José Oswaldo. **Geração de energia solar em prédios públicos**: estudo de viabilidade para redução de despesa corrente em Goiás. 2018. 25

f. TCC (Pós-Graduação *Lato Sensu*) - Curso de Gestão Pública Contemporânea, Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS (OVG). **Histórico de quantidade e valores de bolsas - de 2003 a 2018**. Ouvidoria Controladoria Geral do Estado de Goiás. Protocolo nº 2019.0912.214450-14. Goiânia, 2019a.

ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS (OVG). **Programa Bolsa Universitária**. Disponível em: <<http://www.ovg.org.br/post/ver/164172>>. Acesso em: 20 set. 2019b.

PIMENTA, Aluísio. **Universidade: A destruição de uma experiência democrática**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília/DF: PNUD/IPEA/FJP, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_municipal_pt.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

REZENDE, Antonio Muniz de. **O saber e o poder na universidade: Domínio ou serviço?** 3 ed. São Paulo: Cortez, 1984.

SANEAGO - COMPANHIA SANEAMENTO DE GOIÁS S/A. **Termo de resposta-Ouvidoria: nº 38/2019**. Protocolo nº: 2019.0527.111223-70. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipadora da Universidade**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Flávio Reis dos. **Capitalismo, tecnocracia e educação: da utopia social saintsimoniana ao (neo)liberalismo econômico friedmaniano**. Jundiaí/SP: Paco, 2015.

SANTOS, Flávio Reis. Os processos de instalação e expansão do ensino superior no estado de Goiás: as iniciativas pública e privada (1930-2020). **Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Rural no Brasil (NEPERBR)**, Morrinhos/GO, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **História do tempo e tempo da história: estudos de historiografia e história da educação**. Campinas: Autores Associados, 2015.

SCGI – SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA CONTABILIDADE DO ESTADO DE GOIÁS. Disponível em: <<http://scgi.sefaz.go.gov.br/scgi/#!/balanco>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SCHWARTZ, Laurent. **Para salvar a Universidade**. 4 ed. São Paulo: T.A. Queiroz/Ed. da USP, 1984.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI: Desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA JUNIOR, Valter Ferreira da. **Despacho nº 118/2020 - GEALI- 18874: Processo SEI! nº 202000020004053**. Anápolis:2019.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: Reforma do Estado e mudanças na produção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TCE - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS. **Avaliação dos Portais de Transparência**. Disponível em:

http://paineis.tce.go.gov.br/extensions/Avaliacao_dos_Portais_de_Transparencia_2/Avaliacao_dos_Portais_de_Transparencia_2.html. Acesso em: 14 mar. 2020b.

TCE - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS. **Índice de Transparência em Goiás**. Disponível em:

<https://portal.tce.go.gov.br/documents/20181/242833/%C3%8Dndice%20da%20Transpar%C3%Aancia/0510ea82-8fa3-4c21-b84d-906be0e7b894>. Acesso em: 14 mar. 2020a.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Acesso à informação**. Disponível em: <<http://www.ueg.br/referencia/9994>>. Acesso em: 15 maio 2019a.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Acesso à informação**. Disponível em: <<http://www.ueg.br/referencia/9994>>. Acesso em: 24 mar. 2020a.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Despacho nº 185/2019 - GEIT- 06217**. Processo SEI! nº 201900020009213. Anápolis: 2019c.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Despacho nº 2949/2019 - GGESFIN- 14465**. Processo SEI! nº 201900020012798. Anápolis: 2019h.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Despacho nº 42/19 - GEGP- 09770**. Processo SEI! nº 201900020009201. Anápolis: 2019a.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **UEG - Diversidade e Inclusão: Notícia** publicada em 06/12/2019. Disponível em: <<http://www.ueg.br/noticia/51728>>. Acesso em: 27 mar. 2020b.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Memorando nº: 134/2019 - PRPPG- 06591**. Processo SEI! nº 201900020008888. Anápolis: 2019d.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Memorando nº: 151/2019 - DINUS- 06539**. Processo SEI! nº 201900020008880. Anápolis: 2019b.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Relatório Consolidado do ciclo de Autoavaliação Institucional da Universidade Estadual de Goiás: Triênio 2015-2017**. Anápolis: UEG, 2018a.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Relatório de situação e resultados de gestão 2012-2018**. 2018b. Disponível em: <http://cdn.ueg.edu.br/source/universidade_estadual_de_goiás_306/noticias/49098/Relatorio_de_Gestao.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Rescisão dos contratos temporários**: Circular nº: 19/2019 - REIT- 06537 Processo SEI! nº 201900020015079. Anápolis: 2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Resolução CsU nº 711, de 28 de abril de 2015**. Cria a Ouvidoria da Universidade Estadual de Goiás, aprova seu Regulamento dá outras providencias. Disponível em: <http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=lista_tipo_doc_legislacao&variavel=27&id_origem=9&tipo=CsU&ano=2015>. Acesso em: 10 jun. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE Goiás. **Resolução CsU n. 900, de 8 de maio de 2018**. Aprova o encaminhamento de cronograma de 5 (cinco) anos para realização de concursos públicos na Universidade Estadual de Goiás. Disponível em: <http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?aplicativo=consulta_tipo_doc_legislacao&funcao=montar&variavel=30516>. Acesso em: 23 mai. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Sobre a UEG**. Disponível em: <<http://www.ueg.br/conteudo/13645>>. Acesso em: 15 maio 2019b.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Termo de Resposta nº 174/2019 – Ouvidoria UEG**. Processo SEI! nº 201900020009154. Anápolis: 2019g.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **UEG em dados 2018**: produzindo conhecimento transformando vidas. Anápolis/GO: UEG, 2018. Disponível em: <<http://www.ueg.br/exec/revista/?funcao=visualizar&variavel=37>>. Acesso em: 14 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Regionais**. Anápolis/GO: UEG, 2019. Disponível em: <<https://www.ufg.br/p/27153-regionais>>. Acesso em: 14 set. 2019.

WIESNER, Rodrigo; SANTOS, Flávio Reis. Políticas públicas para a educação superior: análise do panorama histórico em Goiás por meio de dados quantitativos. In: SANTOS, Flávio Reis (Org.). **História, educação e relações de poder**. Curitiba: CRV, 2020.